



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**GUERRAS ISRAELO-LIBANESAS NO DISCURSO
DA FOLHA DE S. PAULO**

GABRIEL DESLANDES CARIN

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**GUERRAS ISRAELO-LIBANESAS NO DISCURSO
DA FOLHA DE S. PAULO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

GABRIEL DESLANDES CARIN

Orientador: Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto.

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Guerras israelo-libanesas no discurso da Folha de S. Paulo**, elaborada por Gabriel Deslandes Carin.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação. - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Fernando Antônio Mansur Barbosa
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof.^a Leonor Werneck dos Santos
Doutora em Letras Vernáculas pela Faculdade de Letra - UFRJ
Departamento de Letras Vernáculas – UFRJ

RIO DE JANEIRO
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

DESLANDES, Gabriel.

Guerras israelo-libanesas no discurso da Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Paulo Guilherme Domenech Oneto

DESLANDES, Gabriel. **Guerras israelo-libanesas no discurso da Folha de S. Paulo.**

Orientador: Paulo Guilherme Domenech Oneto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.

Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a cobertura jornalística dos dois principais conflitos entre Israel e Líbano – a Primeira Guerra do Líbano (1982) e Segundo Guerra do Líbano (2006) – realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O trabalho busca elencar os elementos linguísticos e narrativos mais significativos que integram o discurso jornalístico presente na abordagem desses dois eventos históricos. Tal análise será articulada com a devida contextualização historiográfica, problematizando os fatores sociais, geopolíticos e culturais que abarcam os atores envolvidos nos conflitos descritos. Em seguida, será apresentado, de forma sistematizada, o conjunto de características que compõe tanto as matérias, como as colunas de opinião e editoriais relativos a cada guerra. Para isso, foi feita a seleção de 14 edições referentes à guerra de 1982 e sete referentes à guerra de 2006 e, a partir dos principais conteúdos publicados nos exemplares do jornal, será elucidada a maneira pela qual a *Folha*, em sua editoria internacional, retratou a progressão dos acontecimentos no campo de batalha e seus desdobramentos diplomáticos, além das transformações editoriais percebidas entre ambas as coberturas em função dos 24 anos que separam as duas guerras.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, pelo carinho imensurável e paciência ao compartilharem suas vidas comigo nesses últimos quatro anos,

Aos meus pais, por fazerem de mim o que sou hoje,

Ao meu orientador Paulo, pela franqueza, companheirismo e bom humor quase involuntário antes, durante e depois da elaboração deste trabalho,

À minha amiga Bárbara, por, hoje e sempre, fazer de suas angústias e vitórias as minhas também,

Aos amigos jornalistas Lucas, Aldir, Thiago, Felipe e Gustavo, por firmarem comigo os mais inquebrantáveis laços fraternais,

À minha amiga Thaís, por, tantas vezes, ter sido meu braço direito dentro e fora da faculdade,

Às demais amigas também próximas Fernanda, Vanessa, Ana Luiza, Luísa, Carol, Paula e Júlia pela ternura e afeição que manifestam por mim,

Aos professores Leonor Werneck e Fernando Mansur, não só pelo interesse em participar da minha banca, como por tudo que representaram para mim em sala de aula e fora dela,

À professora Raquel Paiva, por todos os ensinamentos divididos comigo nesses anos em que fui seu aluno e bolsista,

A todos os demais colegas e professores queridos que fazem da ECO-UFRJ a melhor faculdade de Comunicação Social do Brasil.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	13
2.1 A formação do Oriente Médio moderno.....	13
2.2 O Líbano e a Questão Palestina.....	18
2.3 Israel x Líbano.....	22
2.4 Hezbollah, o “Partido de Deus”.....	25
3. OPERAÇÃO PAZ NA GALILEIA (1982).....	34
3.1 A <i>Folha de S. Paulo</i> , 1982.....	34
3.2 Junho de 1982: O cerco a Beirute.....	35
3.3 Julho de 1982: As negociações.....	64
3.4 Agosto de 1982: A retirada.....	74
4. OPERAÇÃO RECOMPENSA JUSTA (2006).....	87
4.1 A <i>Folha de S. Paulo</i> , 2006.....	87
4.2 Julho de 2006: A nova invasão.....	90
4.3 Agosto de 2006: O cessar-fogo.....	118
5. CONCLUSÃO.....	134
6. BIBLIOGRAFIA.....	141
7. ANEXOS.....	147

1. INTRODUÇÃO

A guerra, para além de uma tragédia humana que afeta milhões de vidas e altera bruscamente o destino das nações, é, desde a constituição das primeiras agências de notícias, uma das principais matérias-primas do jornalismo internacional. Em se tratando de Oriente Médio, berço de civilizações milenares e das três grandes religiões monoteístas do mundo – Judaísmo, Cristianismo e Islã -, o papel do correspondente internacional ganha o peso peculiar da comunicação de todo um universo social, político e cultural multifacetado distante do mundo ocidental.

Porém, ciente da inexistência da chamada “imparcialidade jornalística” e que o profissional de imprensa é passível de interpretar o que se dá em seu entorno de maneiras diversas, é possível perguntar como uma equipe jornalística de um grande veículo brasileiro exerce a apreensão de outra realidade historicamente tão densa sem se pautar por uma ótica unilateral? A que expectativas a cobertura jornalística de um conflito bélico no Oriente Médio pretende atender a fim de cumprir seu compromisso informativo sem recorrer ao reducionismo de estereótipos e interpretações superficiais?

Tais questionamentos, permanentemente tão caros à prática jornalística contemporânea, podem resumir, de modo articulado, a motivação da escrita desse trabalho de conclusão de curso. Não se trata apenas da elaboração de uma monografia voltada para o registro, em linhas gerais, de algumas características narrativas empregadas mecanicamente na redação de matérias a respeito desse ou daquele evento noticioso, ou seja, a mera observação de que um veículo de comunicação aplica um determinado formato padrão de texto, um modelo semipronto de notícia, a um compilado de informações condensadas. O propósito primordial desse trabalho foi, desde o princípio, buscar integrar o estudo sistematizado dos principais elementos discursivos, imagéticos e gráficos recorrentes em um jornal de grande porte com uma pesquisa historiográfica que explique, com embasamento zeloso sobre fontes variadas, o processo político-histórico no qual Estados, personalidades públicas e múltiplos grupos étnicos e sociais estavam inevitavelmente envolvidos.

A opção por um trabalho dedicado à cobertura jornalística de um ou mais acontecimentos históricos não se dá de modo arbitrário. Pelo contrário, ela se fundamenta no reconhecimento do próprio papel comunicativo inerente à imprensa. Em primeiro lugar, faz-se necessário discernir as características mais substanciais da comunicação jornalística em relação a outros tipos de domínio de linguagem, a começar

pelo campo da referencialidade. “A comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si” (LAGE, 1999, p. 39). Portanto, esse fator, além de ser intrínseco à natureza do discurso jornalístico, condiciona o emissor da mensagem a um afastamento estratégico do objeto a ser relatado. Segundo Nilson Lage, a dinâmica da referencialidade no discurso jornalístico convencional, com poucas exceções como reportagens-testemunho, crônicas e alguns textos intimistas, “impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa” (1999, p. 39).

A postura assumida pelo jornalista como emissor e co-responsável pelo sistema de referencialidade também se justifica pela posição ocupada por um grande veículo de comunicação no seio da sociedade. A complexa relação existente entre o emissor e receptor das mensagens na esfera midiática é relevante para a compreensão do exercício jornalístico. “A situação corrente em jornalismo é a de um emissor falando a um grande número de receptores. Tais receptores formam um conjunto disperso e não-identificado, cujo conhecimento só é um possível por amostragem estatística” (LAGE, 1999, p. 40). Assim, quando um jornal impresso publica um conteúdo, fruto de um processo de apuração, o redator deve ter consciência de que tais informações atingem um público consumidor difuso, inexistindo um interlocutor estável e previamente determinado. Essa observação serve de explicação para a preferência dos jornais modernos pela impessoalidade em seus discursos. Este trabalho parte do reconhecimento desse princípio ao realizar as análises de cada um das peças jornalísticas selecionadas.

O distanciamento em relação ao receptor externado na produção jornalística tem implicações propositais para o exercício de poder pelo veículo de comunicação. Segundo o linguista holandês Teun Adrianus van Dijk, o discurso escrito no jornalismo é, em sua maior parte, mais bem programado explicitamente e, portanto, mais bem planejado: “Esse caráter público pode implicar que, nos textos, haja a possibilidade de o poder ser exercido e formulado de maneiras mais indiretas, veladas e formalizadas, em especial, quando tal poder não é estabelecido legal ou organizacionalmente” (2008, p. 73). Desse modo, convém atentar para a natureza dos meios de comunicação de massa como instrumentos de certos detentores de poder, confirmando ou legitimando o status privilegiado de que dispõem indivíduos e grupos políticos e econômicos na pirâmide social. “Mesmo quando o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, ele possui seu próprio papel autônomo na produção e reprodução das estruturas de poder social” (VAN DIJK, 2008, p. 73).

É preciso ter em mente que toda a estrutura social, em suas múltiplas esferas, está passível não só da apreensão promovida pelos meios de comunicação, como a forma como orienta sua organização simbólica, seja em seus cadernos noticiosos, seja reportagens audiovisuais, evidencia sua natureza de instrumentos de poder. “Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (VAN DIJK, 2008, p. 74). Como salienta Van Dijk, a partir dos dados coletados na apuração, cada meio jornalístico constrói seu produto não simplesmente por noções intuitivas, mas baseando-se em critérios que conferem às pessoas e organizações, tais como organismos políticos de Estado, polícia, tribunais e grandes empresas, um espaço de influência. Assim, não é pretensioso considerar que os grandes canais midiáticos de informação, especialmente no Ocidente, fornecem ao público-alvo uma série de cognições marcadas ideologicamente pelas ideias gerais professadas pelos detentores de poder em questão.

Essas considerações iniciais não têm o intuito de defender a noção reducionista de que os profissionais que trabalham nos grandes meios de comunicação são meramente porta-vozes das elites. Este trabalho tem como preceito básico a crítica contínua de toda tentativa de simplificação dos objetos de estudo analisados empiricamente por assimilar a total impossibilidade de condicionar a realidade objetiva em rótulos unidimensionais. É essencial esclarecer que todo o trabalho se encontra em fase inicial e não tem a pretensão de ser enquadrado como uma análise definitiva, sobretudo pelo caráter multifacetário dos diversos agentes políticos em questão. Contudo, a compreensão dos meios de comunicação *stricto sensu* como ambiente de manifestação das relações historicamente constituídas de poder e contra-poder institucional servirá de ponto de partida para o desenvolvimento teórico e experimental do trabalho, ainda que sejam explicadas as circunstâncias de dissidência e contraposição ocasionais. “Apesar dessas contradições, assumimos com os teóricos críticos que as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas dominante [...]” (VAN DIJK, 2008, p. 75).

Nesse sentido, dada a dificuldade de consolidar uma análise ampla a respeito de todos os meios de comunicação existentes no Brasil, a solução encontrada foi realizar o recorte específico de um jornal impresso em particular. Entre as opções pensadas, foram escolhidas edições do jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha se justifica, em primeiro lugar, pela alta tiragem da *Folha* em relação a seus concorrentes. De acordo com dados

do Instituto Verificador de Circulação (IVC) da Associação Nacional de Jornais (ANJ)¹, a *Folha de S. Paulo* lidera o ranking dos jornais de maior tiragem e circulação no Brasil, acima de outros veículos importantes como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Extra* ou *Zero Hora*. Um balanço realizado pelo próprio Grupo Folha,² que publica o jornal, informa que a *Folha* atinge a venda de 321.535 exemplares aos domingos e 297.927 exemplares em dias úteis, totalizando a média de 301.299 exemplares no decorrer de uma semana. Essa observação é válida para confirmar o papel da *Folha* como fonte de informação credível para parcela representativa da população brasileira e como componente fundamental para a formação da opinião pública.

Além do contingente considerável de consumidores das publicações, as características próprias do jornal também foram de suma importância para sua seleção como objeto de estudo. Entre elas, a que mais contribuiu para essa escolha foi a proposição editorial disponibilizar o espaço do periódico para diferentes discursos sobre as mais variadas temáticas, tornando os cadernos da *Folha* abertos para a publicação de opiniões que, muitas vezes, contrapõem-se às dos editores do jornal. Esse fator contribui para que não predomine uma visão unívoca e monolítica ante os acontecimentos jornalísticos relatados nas páginas da *Folha*. A diversidade de opiniões corrobora para a imagem da *Folha* não só como um periódico verdadeiramente democrático e plural, como também representa um fomento ao debate aberto sobre os principais temas em pauta na esfera pública (NATALI, 2015, p. 87).

Também tendo em vista a iniciativa da *Folha*, bem como de qualquer grande jornal, em se aproximar de um ideal de “imparcialidade”, convém analisar justamente os espaços em que claramente não há a necessidade de se ater ao distanciamento do conteúdo noticioso, ou seja, em editoriais e colunas de opinião. A publicação desses textos consiste uma oportunidade de identificar a opinião formal do jornal acerca das próprias informações jornalísticas que a edição comporta e as possíveis divergências de seus colunistas oficiais ou convidados. Além disso, todas as visões de mundo divulgadas, tanto nos editoriais, como nos colunas de opinião, são complementadas com publicações especializadas oriundas de arquivos do Banco de Dados da *Folha*, que tem a função de contextualizar o leitor sobre a conjuntura social, política, econômica ou cultural dos assuntos noticiados (NATALI, 2015, p. 90). No decorrer deste trabalho,

¹ JORNais DE GRANDE CIRCULAÇÃO. **JJG Distribuidora**. Disponível em: <http://www.jjgdistribuidora.com.br/jornais-grandescirculacoes> Acesso em: 7 de Junho de 2015.

² CIRCULAÇÃO – O MAIOR JORNAL DO BRASIL. **Grupo Folha**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml> Acesso em: 7 de Junho de 2015.

será visto como esse processo de contextualização se dá e como ele é responsável para melhor elucidação do leitor, sobretudo em se tratando da editoria internacional.

Outro fator que colaborou para a escolha da *Folha* se relacionada diretamente à opção do trabalho por retratar a cobertura de eventos internacionais. A editoria internacional em qualquer meio de comunicação apresenta fundamentos inerentes a sua condição peculiar dentro da estrutura do jornal. Ao contrário de todas as demais editorias, a área de internacional não enfrenta os desafios cotidianos a que estão sujeitos, por exemplo, os redatores e editores de Política nacional, Economia ou Esportes. “No noticiário internacional, os personagens e instituições que são notícia praticamente não reclamam por meio de telefonemas ou correio eletrônico” (NATALI, 2015, p. 8). Isso ocorre, essencialmente, porque o redator tem pouco acesso às fontes que estão na origem da informação publicada, havendo sempre a intermediação das agências de notícias internacionais, comentaristas estrangeiros de cujas colunas o jornal é assinantes e serviços que fornecem fotografias e infográficos (NATALI, 2015, p. 9).

No caso específico da *Folha*, a editoria internacional contava com o serviço de agências como UPI (United Press International), AFP (Agence France Presse) e AP (Associated Press), conforme será explicitado neste trabalho (NATALI, 2015, p. 83). A Internet representaria, a partir de meados da década de 90, um incremento à apuração jornalística para além da dependência de recursos tradicionais. “Ela fez com que o redator abandonasse seu papel passivo diante dos telegramas das agências. Deu a ele um poder de intervenção inimaginável na elaboração mais pessoal de um texto noticioso (NATALI, 2015, p. 57). Porém, independente da relativamente recente adesão à Internet, a *Folha* sempre dispôs de um corpo de correspondentes no exterior, trazendo informações exclusivas para o caderno e compondo a variedade já citada de visões críticas, nas colunas de opinião, sobre cada episódio (NATALI, 2015, p. 103).

Com o recorte de qual jornal seria analisado, faz-se preciso ainda explicar qual evento histórico foi selecionado para ter sua cobertura jornalística estudada neste trabalho. O adjetivo “histórico” não foi empregado por acaso, já que partimos do reconhecimento de que um fato – ou uma sucessão de fatos –, para ganhar uma ampla cobertura midiática no exterior, deve conter que elementos noticiosos justifiquem essa atenção especial. É inevitável que os confrontos bélicos no Oriente Médio propiciem costumeiramente matéria-prima jornalística farta para as redações ao redor do mundo, dada a influência que boa parte dos acontecimentos exercem não apenas nos países da região, como nas potências centrais. Assim, os dois eventos escolhidos tiveram

desdobramento no mesmo país: o Líbano. Mais do que isso, envolve diretamente um dos mais complexos e duradouros conflitos do século XX: o conflito árabe-israelense.

Por conseguinte, este trabalho desconsiderará, *a priori*, outras guerras envolvendo diferentes países do Oriente Médio e as potências regionais e globais que os apóiam com fins geopolíticos. Também não pretende discorrer a fundo sobre problemas internos do Líbano, como, por exemplo, a traumática Guerra Civil Libanesa (1975-76), embora, nesse caso, seja inevitável ponderar sobre a constituição de toda a conjuntura sociopolítica do país e os movimentos que, dentro do processo histórico, corroboraram para a formação do Líbano como Estado-nação. Dito isso, a relação entre o Líbano, um país de maioria étnica árabe, e Israel, um país de maioria judia, apresenta dois clímax passíveis da apreensão da imprensa internacional, bem como de todos os registros historiográficos cabíveis: a Primeira Guerra do Líbano, entre Junho e Setembro de 1982, e Segunda Guerra do Líbano, entre Junho e Julho de 2006.

Nesse ponto, cabe a pergunta: por que um jornal brasileiro dedicaria um espaço reservado consecutivamente em suas edições para a cobertura de duas guerras no Líbano, país tão distante geograficamente do Brasil? Tal opção tem relação com os laços históricos existentes entre o Líbano e o Brasil desde 1880, que iniciou o processo imigratório de centenas de milhares de libaneses para a América Latina. Segundo o historiador André Gattaz, o movimento tomou fôlego em 1895, quando “houve a entrada de 11.101 imigrantes sírio-libaneses pelo Porto de Santos” (2012, p. 25). O autor acrescenta que, entre 1908 e 1941, os sírio-libaneses representaram a sexta nacionalidade com o maior número de entradas em São Paulo. Entre os fatores que provocaram essa imigração massiva, estão a baixa produtividade agrícola das regiões montanhosas do Líbano, que não acompanhavam o crescimento populacional, e a rejeição ao domínio otomano de seu território, especialmente entre seitas heterodoxas cristãs e muçulmanas, já que Líbano, como será explicado no capítulo 2, era parte integrante do Império Otomano até o início do século XX (GATTAZ, 2012, p. 27).

Outras levas de imigrantes libaneses vieram para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1940, motivadas pela falta de perspectivas para as populações urbanas, sobretudo para os jovens formados (GATTAZ, 2012, p. 35), e de 1940 e 1970, fugindo da depressão econômica após a Segunda Guerra Mundial e da discriminação social sofrida pelos muçulmanos nas áreas rurais em relação às cidades do litoral (GATTAZ, 2012, p. 59). O agravamento dos conflitos sectários, que culminaram na Guerra Civil de 1975-76, representou o fator responsável pela vinda de libaneses para o Brasil, haja

vista a forte comunidade libanesa de xiitas e sunitas refugiados instalados em Foz do Iguaçu, no Paraná (GATTAZ, 2012, p. 66).

São múltiplos os motivos que serviram de incentivo para que os libaneses escolhessem o Brasil como destino. De acordo com André Gattaz, o Brasil necessitava de mão-de-obra imigrante para substituir a escrava no trabalho agrícola nas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX (2012, p. 80). Essa requisição de mão-de-obra se somou a oferta de empregos especializados que se intensificaram com os processos de urbanização e industrialização do país entre as décadas de 1930 e 1950 (GATTAZ, 2012, p. 80). Além disso, a liberdade de culto e a multiplicidade étnica existentes no Brasil colaboraram para o crescimento da comunidade libanesa, que é a maior do mundo, alcançando entre seis a nove milhões de pessoas, incluindo nascidos no Líbano e descendentes de famílias libaneses (GATTAZ, 2012, p. 80). A comunidade libanesa no Brasil representa nada menos que quase o triplo da população nativa do Líbano, que totaliza 3,5 milhões de habitantes.³ Está comprovado, portanto, o grau de importância que Brasil e Líbano exercem um para o outro.

Os laços sociais e culturais do Brasil com os libaneses influenciaram a *Folha* para dar ampla cobertura jornalística aos acontecimentos políticos que envolvem o país árabe. Por outro lado, considerando que as duas guerras libanesas analisadas neste trabalho envolvem o Estado de Israel, é previsível que a publicação das notícias também seja do interesse da comunidade judaica residente no Brasil. Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),⁴ 107.329 brasileiros professam a religião judaica. O Instituto aponta que a inexistência de movimentos antisemitas representativos no país “contribuiu para a identificação geral dos judeus como brasileiros de classe média”.⁵ No Brasil, há um número significativo de instituições, incluindo jornais, escolas, bibliotecas e associações políticas, fundados por judeus. Tal representatividade pode ter servido para a comunidade judaica no país ser vista como

³ COMUNIDADE LIBANESA NO BRASIL É MAIOR QUE POPULAÇÃO DO LÍBANO. **Senado Notícias**, 8 de maio de 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/22/comunidade-libanesa-no-brasil-e-maior-que-populacao-do-libano> Acesso em: 8 de Junho de 2015.

⁴ TABELA 1.4.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE RELIGIÃO - BRASIL – 2010. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf) Acesso em: 9 de Junho de 2015.

⁵ JUDEUS NO BRASIL: VIDA SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/territorio-brasileiro-e-povoamento/judeus/judeus-no-brasil-vida-social-politica-e-cultural> Acesso em: 9 de Junho de 2015.

público-alvo em potencial para o jornal, já que, assim como os libaneses, provavelmente desejavam estar a par das políticas de Israel no decurso dos conflitos no Oriente Médio.

Explicada a relevância das guerras no Líbano para um jornal brasileiro, não bastaria, entretanto, partir direto para a análise das edições da *Folha* sem antes compreender melhor o conjunto de fatores históricos que desencadearam as duas incursões das Forças Armadas israelenses dentro do Líbano. A elaboração das análises sem a devida contextualização histórica prévia não apenas tornaria este trabalho incompleto, como também impossibilitaria a explicação esquematizada quanto os agentes políticos e seus respectivos interesses, ideologias e idiossincrasias em jogo no seio da sociedade libanesa contemporânea. Ciente da necessidade da problematização das inestimáveis questões que envolvem as correntes político-partidárias e grupamentos étnicos ou religiosos que fazem parte do Líbano, este trabalho dedicará seu segundo capítulo a uma contextualização historiográfica, algo recomendável a qualquer estudo no campo da Comunicação que se propõe a analisar um evento histórico.

O capítulo 2, portanto, servirá de base para a compreensão dos dados sociopolíticos aludidos nos demais, partiremos da observação de que os países árabes, como um todo, e Israel, isoladamente, compõem organismos civilizacionais passíveis de uma separação entre si, haja vista suas diferenças sociais, econômicos e culturais. A interpretação da conjuntura histórica começa com a observação de que, para chegarmos ao modo como a política libanesa se organiza no século XXI, é preciso remontar ao próprio surgimento do Líbano como Estado, após a Primeira Guerra Mundial. Primeiramente, será explicada a formação das primeiras estruturas administrativas no que hoje consiste o território libanês, quando ainda era uma província semiautônoma do Império Otomano. O surgimento e desenvolvimento do Líbano como entidade administrativa independente, bem como dos demais países árabes, no início do século XX está relacionada com todo o alicerce político sobre o qual se organizaria a multifacetada sociedade libanesa. Portanto, será explicado o modo como cada segmento da população se encontra representado no Estado por critérios confessionais.

A partir dessa ponderação inicial a respeito do Líbano, também se faz necessário apresentar um breve histórico sobre a presença dos judeus no Oriente Médio. Serão explicados o surgimento do movimento sionista no século XIX, sua adesão programática pelas potências colonialistas e a implantação de seu projeto político na região da Palestina, o que resultaria na partilha do território palestino e a fundação do Estado de Israel em 1948. Esclarecer sobre a criação do Estado israelense é crucial para

compreender as repetidas guerras que se sucederam na segunda metade do século XX envolvendo, direta ou indiretamente, a maior parte dos países árabes, incluindo o Líbano. Como já dito, o trabalho não se estenderá a detalhar informações sobre confrontos bélicos que fujam à temática principal, ainda que, em alguns momentos, seja pertinente a elucidação de fatos históricos que dizem respeito tanto aos povos árabes fronteiriços ao Líbano, como a Israel, como a Questão Palestina.

Essa apresentação historiográfica se desdobra até a década de 70, quando a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) muda suas bases da Jordânia para o Líbano e passa a comandar de lá suas operações paramilitares contra Israel. Como será explicado no capítulo em questão, a eliminação dessa ameaça serviu de pretexto para a invasão do sul do Líbano pelas Forças de Defesa de Israel, em 4 de Junho de 1982. Durante essa ocupação de boa parte do território libanês, o Exército israelense comandou um cerco a Beirute, capital do país, com o objetivo político-militar de expulsar o quartel-general da OLP da região de forma definitiva. Esse cerco perduraria de 14 de Junho até 21 de Agosto, quando negociações tripartites, envolvendo a OLP, os Estados Unidos e governo libanês, encontram uma saída para tal crise com a retirada dos palestinos da cidade (GATTAZ, 2003, p. 163). As tropas israelenses ocuparam uma grande extensão do Líbano até ser acordada uma retirada em 1985 (QASSEM, 2010, p. 178), embora permanecessem na faixa fronteiriça entre os dois países até o ano 2000.

A cobertura jornalística dessa invasão israelense ao Líbano em 1982, conhecida como a Primeira Guerra do Líbano, pela *Folha* foi escolhida como o primeiro objeto a ser submetido à análise neste trabalho. Dada a impossibilidade de abranger todas as edições do jornal que fizessem referência ao conflito em suas páginas, fez-se necessário realizar o recorte de um espaço temporal entre os anos de 1982 e 1985. A solução encontrada foi analisar as edições do periódico que abordassem justamente o período entre o início das operações militares israelenses em solo libanês, no começo de junho, até o término do cerco das Forças de Defesa de Israel a Beirute com a partida dos combatentes da OLP para fora do país, no final de agosto. Portanto, o período optado foi restrito a pouco menos de três meses. Ainda assim, considerando que inexistia um padrão pré-estabelecido de abordagem para a guerra, já que havia maior ou menor destaque ao tema a depender da publicação, foi feita também a seleção de 14 edições específicas que dispusessem de matérias e colunas sobre o assunto na editoria internacional. A análise do conteúdo presente nessas 14 edições – cinco delas do mês de Junho, quatro de Julho e cinco de Agosto – será realizada no capítulo 3.

Ainda no capítulo 2, dedicado à contextualização histórica, será apresentado um breve histórico sobre as transformações nas relações entre árabes e israelenses no decorrer das décadas de 80 e 90, com ênfase em um ponto culminante: a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993, no qual Israel e OLP se reconheciam mutuamente pela primeira vez em uma tentativa de estabelecer finalmente a paz entre ambos os povos e a criação de um Estado palestino. Porém, as observações mais relevantes dizem respeito ao surgimento no sul do Líbano de um movimento político-partidário, paramilitar e filantrópico de resistência à ocupação israelense e de cunho fortemente religioso: o Hezbollah, ou o “Partido de Deus”, em árabe.

Ao comandar ataques contra as tropas israelenses que permaneciam no sul do país, o Hezbollah se projetaria como um dos maiores inimigos políticos do Estado de Israel, que sempre classificou a organização como “terrorista”, como também será explicado. Dentro do propósito de não desconsiderar a necessidade da contextualização acerca de cada acontecimento mencionado, o capítulo elucidará tanto sobre os fatores conjunturais que fomentaram a ascensão e popularização desse grupo de matriz islâmica xiita no quadro político libanês, quanto sobre a conjuntura regional e global que motivou sua perseguição por parte não só de Israel, como dos Estados Unidos. Em relação a esse último agente, será explicada ainda a geoestratégia anglo-americana que, na primeira década do século XXI, ficaria conhecida como “Guerra ao Terror” e como tal projeto político-militar se relacionaria com a eliminação do potencial bélico do Hezbollah e de sua singular integração à sociedade libanesa.

Essas informações servem de introdução para o segundo episódio a ser pauta do jornalismo internacional da *Folha*: a Segunda Guerra do Líbano, em 2006. Tal evento histórico se iniciaria com a crise decorrente do sequestro de dois soldados israelenses na fronteira israelo-libanesa por militantes do Hezbollah, o que serviu de pretexto para uma nova incursão das Forças de Defesa de Israel no Líbano em 12 de Julho de 2006. Diferentemente da Primeira Guerra do Líbano, essa nova invasão perduraria menos de dois meses, terminando com a aprovação, por meio do Conselho de Segurança da ONU, de um cessar-fogo imediato e a retirada das forças israelenses de território libanês, mesmo sem chegar a alcançar o resgate dos oficiais raptados (SULTAN, 2008, p. 47). Contudo, essa guerra seguramente recebeu atenção significativa da imprensa internacional não apenas pela importância geopolítica do Oriente Médio, como também pela possibilidade de realização de uma cobertura jornalística mais bem elaborada, graças, sobretudo, à troca dinâmica de informações por meio das novas tecnologias.

O fato de a Segunda Guerra do Líbano ter limitado a pouco mais de 30 dias possibilitou que este trabalho abarcasse todo o curto período do conflito em suas análises da cobertura. Ainda assim, foi realizado o recorte de sete edições – quatro do mês de Junho e três da primeira quinzena de Julho, até a data da deflagração do cessar-fogo – que contassem com publicações relevantes sobre a guerra e suas consequências geopolíticas para o Oriente Médio e para o mundo. O número reduzido de edições de 2006 selecionadas em comparação à outra cobertura analisada se justifica tanto pela própria brevidade de tempo em que transcorreu a guerra, como pela variedade de conteúdos existentes em uma mesma edição, ou seja, cada jornal dispõe de uma maior quantidade e diversidade de matérias, colunas de opinião e editoriais, dos mais heterogêneos autores, em relação aos jornais de 1982. Portanto, uma única edição já reproduzia uma cota suficiente de material jornalístico para a realização do estudo. A análise dessas publicações referentes à Guerra de 2006 será realizada no capítulo 4.

Convém ainda apontar os critérios utilizados no decorrer do trabalho para a escolha das edições selecionadas e, dentro de cada uma delas, do conteúdo submetido à análise. É preciso considerar que praticamente todas as edições da *Folha* publicadas no decurso de ambas as guerras continham textos a respeito dos novos acontecimentos relacionados ao conflito israelo-libanês, mesmo que fossem notas com informações oriundas das agências. Portanto, seria não só exaustivo, como despropositado, dedicar parte do trabalho à análise de textos que trazem informações repetitivas ou menos importantes. Investir em uma análise completa de absolutamente tudo que o jornal publicava desvirtuaria, inclusive, o objetivo do trabalho em si, uma vez que limitaria seu desenvolvimento a uma mera descrição de fatos e personagens de menor relevância para o desenrolar e a resolução das guerras.

Este trabalho, consequentemente, se ateve a três critérios basilares de seleção: 1) as edições que trouxeram uma matéria sobre a guerra como a principal manchete de capa, demonstrando que os editores consideram que um determinado acontecimento relativo ao conflito consiste a notícia mais “quente” do dia; 2) as edições que, mesmo não dando grande destaque ao assunto, apresentaram informações fundamentais, de fato, para o desenvolvimento do conflito, dignos de um registro historiográfico futuro, como, por exemplo, o caso do dia de partida definitiva de Beirute do líder da OLP, Yasser Arafat, em 31 de Julho de 1982; 3) as edições que reproduziram algum conteúdo realmente novo dentro da composição gráfica da *Folha*, como os primeiros editoriais referentes às guerras ou uma matéria especial sobre algum aspecto peculiar do tema.

Conforme já explicado, os capítulos 3 e 4 se referem à cobertura jornalística, respectivamente, das guerras de 1982 e 2006. Em ambos os casos, a análise partirá dos principais elementos discursivos e linguísticos que compõem todas as formas textuais presentes nas páginas do jornal. Além de esmiuçar as estruturas narrativas com que os redatores e colunistas redigem cada parágrafo ou oração dos textos, as análises se pautam pelo propósito de relatar, em linhas gerais, a construção de sentido pela *Folha* quanto ao conjunto de acontecimentos relatados. Mais do que isso, será elucidada a maneira como os múltiplos mecanismos e táticas de referênciação empregados pelo periódico se modificam no decorrer de cada cobertura a fim de salientar um ou outro enquadramento dos conflitos como um todo. Por exemplo, a forma como a abordagem em 1982 vai deixando de lado o aspecto exclusivamente belicista da guerra e passa a enfatizar questões diplomáticas, ou como as edições de 2006 ganharam um tom mais denunciativo ao lado israelense após bombardeios contra civis na cidade de Qana.

Entre as duas abordagens, serão destacadas também as diferenças mais significativas existentes em função da distância temporal de 24 anos que afasta cada evento histórico. Em primeiro lugar, será preciso apontar as diferenças relativas ao método de produção jornalística, uma vez que, conforme já dito, não só a organização interna da redação da *Folha* esteve sujeita a mudanças, como o próprio modo de se fazer jornalismo internacional se transformou, sobretudo em sintonia com o advento de novas tecnologias. Além disso, é reconhecível que, em paralelo às renovações estéticas e estruturais do jornal, a própria linha editorial da *Folha* e sua relação com os fatos que está cobrindo se modificaram. A hipótese defendida por este trabalho é de que, entre 1982 e 2006, a *Folha* optou por abrir mão de posições críticas mais confessas em favor de uma suposta abstenção, passando a denunciar, de forma mais equilibrada, as investigadas levadas a cabo pelos dois lados da guerra no campo de batalha libanês.

A metodologia utilizada nos capítulos 3 e 4 é a de análise de discurso, isto é, “os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 19). Essa análise serve, segundo o linguista Norman Fairclough, para “investigar a linguagem dinamicamente, em processos de mudança social e cultural (2008, p. 21). As análises de discurso presentes no trabalho se baseiam na observação de como se articulam as relações de poder e o papel da linguagem, conciliando análise linguística e teoria social. Convém, por fim, lembrar a fala de Fairclough: “Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as ‘constroem’ ou as ‘constituem’” (2008, p. 22).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A exposição das análises de discurso condiciona o conhecimento antecipado acerca dos personagens públicos descritos pela narrativa jornalística e a conjuntura sociopolítica a que estão inseridos. Neste capítulo, será apresentada a contextualização histórica que propiciaram a eclosão das duas guerras – 1982 e 2006 – selecionadas para este trabalho, bem como dos principais acontecimentos políticos marcaram a história do Líbano e do Oriente Médio em geral. Esses dados teóricos e historiográficos são cruciais para assimilação de cada contexto relatado nos dois capítulos seguintes, e, em determinados momentos do processo de análise, servirão de base para o aprofundamento das informações aludidas no decorrer da cobertura da *Folha*.

2.1 A formação do Oriente Médio moderno

A reflexão sobre a existência de confrontos armados na região do Oriente Médio passa fundamentalmente por tempos historiográficos recentes – início do século XX – por uma polarização basilar: o conflito político, militar, social e cultural entre o Estado de Israel e os povos árabes em disputa territorial conjunta pela chamada “Palestina histórica”, situada no Levante, região geográfica ao sul dos Montes Taurus e limitada a oeste pelo Mar Mediterrâneo e a leste pelo Deserto da Arábia. Por isso, embora seja primordial reforçar a consciência do quão heterogêneos são os povos árabes que vivem no Oriente Médio e na África setentrional do ponto de vista social, cultural, étnico e religioso, aqui há de se valer, fugindo de qualquer preconceito, a idealização dos povos árabes como uma identidade comum se – e, somente, se – contraposta ao modelo civilizacional construído pelos imigrantes judeus na formação de Israel.

Dito de outro modo, por mais que careça de sensibilidade política o mero ímpeto de relativização da diversidade milenar de que são compostos povos árabes, o Estado judaico - não só como instituição política bem definida, mas também como ente aglutinador dos estratificados traços sociais, culturais, étnicos e religiosos judaicos, - constitui, por si só, um referencial de organismo civilizacional que o diferencia das conjunturas sócio-políticas edificadas nos países árabes. Assim, é possível afirmar que a existência de Israel põe o conjunto de populações árabes em um bojo comum pelo fato de que todos dispõem dos elementos identitários que as classificam etnicamente como árabes e não como judeus.

Por essa ótica, convém mencionar a teoria desenvolvida pelo cientista político americano Samuel Huntington quanto ao significado do termo “civilização” e seu emprego no meio acadêmico como critério moderno para classificar distintos modelos de sociedade ao longo da história. Por “civilização”, Huntington comprehende:

Civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo, e civilização é uma cultura em escala maior. As duas envolvem “os valores, as normas, as instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental”. Para Braudel, uma civilização é um “espaço, uma ‘área cultural’ [...] uma coletânea de características e fenômenos culturais”. (2010, p. 46)

O ensaísta acrescenta que uma civilização “é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas” (2010, p. 48). Portanto, o que se comprehende por civilização implica a condensação histórica, direta ou indireta, dos valores compartilhados por indivíduos que fazem parte de uma unidade social, ainda que, muitas vezes, o espírito comum ultrapasse as delimitações geográficas dos Estados nacionais contemporâneos, onde o fator integrante de sua respectiva ordem civilizacional se encontra. “As civilizações não têm fronteiras nitidamente definidas, nem começos nem fins precisos. Os povos podem redefinir – e de fato o fazem – suas identidades e, em consequência, as composições e as formas das civilizações mudam com o tempo” (HUNTINGTON, 2010, 48).

Nesse contexto, ao explicar o conceito de “guerra de linha de fratura”, Huntington recorre à categorização de árabes e israelenses, unificadamente, como representantes, cada um a seu modo, de formas civilizacionais separadas:

No Oriente Médio, onde o conflito entre árabes e judeus na Palestina data do estabelecimento da pátria judaica, ocorreram guerras entre Israel e Estados árabes, e os palestinos estão engajados na *intifada* contra a autoridade israelense. (HUNTINGTON, 2010, 325, grifo do autor)

A relação dicotômica entre árabes e israelenses serve de modelo generalista de esquematização das contínuas crises políticas que se arrastam no Oriente Médio. Contudo, é essencial não perder de vista que compreender o conflito árabe-israelense é uma tarefa complexa. Primeiramente, o atual campo de batalha coletivo tem uma matriz comum: a interferência das potências europeias neocolonialistas na Ásia e na África nos séculos XIX e XX. A maior parte dos países árabes contemporâneos integrou como

território o antigo Império Otomano, que ocupou por quase sete séculos – de 1281 a 1924 – a Turquia, Oriente Médio, norte da África e sudoeste da Europa.

As conquistas do século XVII levaram o Império a ter a superfície de 5.600.000 km². Neste período em que as tropas otomanas alcançaram e cercaram Viena, sem conquistá-la, os domínios do sultão compreendiam os seguintes territórios espalhados em três continentes (Europa, Ásia e África): Hungria, Transilvânia, Moldávia, a totalidade da Península Balcânica (Sérvia, Montenegro, Dalmácia, Bulgária, Valquíria, Grécia, Trácia), Penínsulas da Criméia e da Anatólia, Geórgia, Ucrânia, Armênia, Ilhas de Creta e Chipre, Síria histórica (incluindo Palestina e as Montanhas do Líbano), Mesopotâmia, Cícília, Hedjaz, Egito, Trípoli (atual Líbia), Tunísia e Argélia, de forma que o território imperial era cercado pelos Mares Vermelho, Mediterrâneo, Egeu, Mármaro e Negro, além do Golfo Árabe-Pérsico. Esta configuração geográfica o tornava vulnerável a um poder marítimo ofensivo, o que de fato ocorreu na fase terminal do sultanato. (MAALOUF, 2011, p. 50)

Dessa forma, toda a vastidão territorial que hoje compreendem os países árabes, bem como contemporâneos Estados do Leste Europeu e a própria Turquia, integrava um extenso império plurinacional, sob controle estatal de dinastias de sultões enclausurados em Istambul. A centralização política, todavia, não foi excessiva, e as múltiplas regiões do Império gozavam de um grau significativo de autonomia sócio-política. O poder imperial se manifestava, prioritariamente, na administração burocrática por parte de Istambul. “O Império Otomano era um ‘império fiscal’, ou seja, a relação entre o centro administrativo e as províncias dava-se pelo recolhimento de impostos que essas deviam à corte e pela proteção militar recebida da mesma” (PINTO, 2010 *apud* MAALOUF, 2011, p. 52).

De acordo com Ramez Maalouf (2011), do ponto de vista administrativo-político, o Império era dividido em governos-gerais (*Vilayets*), governos (*Sanjakes*) e municípios (*Cazas*), de modo que Egito, Síria, Líbano, Iraque, Jordânia e Palestina correspondiam a províncias semi-autônomas do Império Otomano, inexistindo, àquela época, como territórios independentes. Assim, o fator unificador de distintas formas de soberania entrelaçadas, abrangendo variados grupos étnicos, era “a defesa da ortodoxia da fé islâmica (privilegiando os muçulmanos sunitas) e da comunidade de crentes (a *Umma*)” (MASSOULIÉ, 1996 *apud* MAALOUF, 2011, p. 52). Dentro do Império, diferentes grupos étnicos e religiosos tinham seus direitos jurídicos assegurados, desde que prevalecesse o respeito à *sharia* (lei islâmica) e a ortodoxia sunita pela qual o sultão de Istambul exercia seu poder. Dessa forma, o Islã consistiu, por séculos, o elemento de coesão do Império Otomano, mesmo entre as demais confissões religiosas.

Ainda segundo Ramez Maalouf, a idéia de nacionalidade, seja de origem étnica, linguística ou religiosa, era “uma ideologia estranha ao Império” (2011, p. 53). O nacionalismo árabe ascenderia como uma ideologia, de fato, reinante por influência direta das potências imperialistas euroasiáticas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), estopim para a reconfiguração do Oriente Médio moderno. Durante a guerra, a Inglaterra se valeu da retórica independentista árabe para suscitar a rebelião das províncias otomanas contra a centralização do poder do Império.

Porém, a aspiração separatista, estimulada pelo Império britânico, não culminaria na fundação, de fato, de uma grande nação árabe. Com a derrocada do Império Otomano na Grande Guerra, membro beligerante da Tríplice Aliança, suas províncias passam para domínio da França e da Inglaterra sem consentimento das populações envolvidas. A partilha do Império Otomano, estipulada no Acordo Sykes-Picot-Sazonov (1916), resultaria na criação dos mandatos da Palestina, Transjordânia e Iraque – sob colonização britânica – e Síria e Líbano – sob colonização francesa. As motivações para a desconsideração, por parte dos países imperialistas, do fomentado discurso independentista árabe em favor de sua própria expansão neocolonial sobre os territórios do caído Império Otomano se justificam por fins claramente econômicos.

Este discurso, no entanto, foi invalidado, mediante os Acordos anglo-franco-russo de Sykes-Picot-Sazonov (1916), uma vez que estas novas estruturas político-sócio-territoriais (através do sistema de mandatos) foram forjadas para ressaltar (ou aprofundar) a ausência de unidade da nação árabe dentro da lógica de “dividir para reinar”. Desta forma, minorias étnicas e confessionais, com a existência multissecular no seio dos povos árabes e do mundo muçulmano, foram instadas a participar na construção destes Estados, fornecendo-lhes a legitimidade e o apoio ausentes até então, sem, contudo, que fossem eliminadas as desigualdades sociais internas ou mesmo eludida a ressurgência de antigas questões identitárias de outras formações minoritárias ou mesmo majoritárias, seculares ou religiosas. (MAALOUF, 2011, p. 32)

Paralelamente, em 1917, a Inglaterra assina a Declaração de Balfour,⁶ firmando um compromisso com a comunidade judaica europeia de criar um Lar Nacional Judeu na Palestina. O incentivo britânico à imigração judaica às terras já habitadas por árabes durante décadas de 20 e 30 tem raízes em uma ideologia: o sionismo político.

⁶ Conforme afirma o prof.º André Gattaz, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Declaração de Balfour é resultado de articulações de lideranças sionistas com o governo britânico, contando com participação ativa do secretário de Estado Mark Sykes. O documento, endereçado ao banqueiro Lord Rothschild, o então secretário de Exterior britânico, Sir Arthur James Balfour, firmava o compromisso do rei George VI para com a instalação de um “Lar Nacional Judeu” na Palestina, ignorando as promessas anteriores ofertadas pela mesma Inglaterra quanto a soberania nacional árabe após o fim do Império Otomano. “Os palestinos, assim, tiveram seu destino traçado nas salas do *Foreign Office* em Londres, sem direito a emitir opinião.” (2003, p. 42).

Movimento político fundado pelo judeu austro-húngaro Theodor Herzl, o sionismo surgiu na Europa central e oriental no século XIX e defende a autodeterminação judaica em um Estado nacional próprio. De acordo com o prof.º André Gattaz (2003), a influência do correntes nacionalistas nos Estados-nações europeus instigou a convicção de intelectuais judeus de que as ligações religiosas entre as comunidades judaicas supostamente corresponderiam a uma identidade étnica comum, difundindo a crença de que, por pertencerem à mesma etnia, os judeus constituiriam também uma “nação”.

Outra característica da ideologia sionista remete à construção do Lar Nacional Judeu, já que, uma vez reconhecidos os direitos nacionais dos judeus, a integração social e cultural entre os membros dessa “nação” espalhada pelo mundo se torna uma prerrogativa filosoficamente legítima. Além disso, conforme menciona Gattaz (2003), o antisemitismo, fenômeno milenar na Europa, forçaria os judeus a estabelecerem um Estado próprio, desfrutando de condições de vida superiores às dos países onde eram perseguidos. Assim, Theodor Herzl vislumbra a região da Palestina como o destino final do reencontro de todos os judeus em uma “Terra Prometida”, visto que, por implicações religiosas, aquele era o local onde teria existido, na Antiguidade, o Reino de Israel, e de onde os judeus originários se dispersaram pelo mundo após a Diáspora.

O processo de ocupação de colonos judeus na Palestina, com favorecimento da Coroa britânica, o não-reconhecimento dos direitos nacionais dos árabes nativos trariam como consequência a disputa pela terra entre palestinos e colonos judeus. “Em face do não-cumprimento das promessas de autogoverno e soberania nacional, os árabes palestinos reagiram através de greves, manifestações e ataques [...]” (GATTAZ, 2003, p. 59). O embate entre nativos e colonos se tornava progressivamente mais agudo à medida que se elevava a presença de judeus imigrados na região.

Entre os anos de 1931 a 1935, o crescimento da população judaica para a Palestina foi exponencial, passando de 4.000 imigrantes/ano em 1931 para mais de 60.000 em 1935. Ao final da década de 1930, o número de judeus na Palestina era de 445.000, numa população total de 1.500.000. Em vinte anos, a população judaica havia passado de 10% para 30% da população total. (GATTAZ, 2003, p. 66)

A aspiração pela formação de um Estado nacional judaico ganhou vigor com a comoção mundial suscitada pela tragédia do Holocausto, genocídio de cerca de seis milhões de judeus perpetrado pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a crescente tensão entre os habitantes da Palestina obriga a Inglaterra a tomar medidas urgentes na resolução da crise política e social de seu

mandato. “Pressionados por todos os lados, os ingleses decidiram encaminhar o problema às Nações Unidas em fevereiro de 1947, ameaçando abandonar o Mandato antes do período estipulado” (GATTAZ, 2003, p. 83).

Após sete meses de discussão, o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, do qual os representantes palestinos do Alto Comitê Árabe Palestino se recusaram a participar, recomendou a partilha do território em um Estado árabe e um judeu por meio da aprovação da resolução 181,⁷ aprovada na Assembleia Geral da ONU. Contudo, enquanto as lideranças judias aceitaram a decisão da Assembleia Geral, propiciando as condições para a fundação do Estado de Israel, os países árabes boicotaram a opção e não reconheceram a Partilha da Palestina, nem o novo Estado israelense. Consequentemente, o confronto pela legitimidade da terra entre árabes e israelenses se arrasta por sete décadas, ocasionando quatro grandes guerras entre Israel e os já independentes países árabes – Guerra de Independência (1948), Guerra de Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967) e Guerra do Yom Kippur (1973) – e a mais duradoura crise humanitária dos séculos XX e XXI - a dos refugiados palestinos.

2.2 O Líbano e a Questão Palestina

Todos os países que mantém fronteiras com o Estado israelense já puseram suas Forças Armadas em ação contra o expansionismo ou a simples existência do “inimigo sionista”. Entre eles, o menor país árabe em extensão territorial e um dos mais complexos politicamente – o Líbano. A República do Líbano, localizada na bacia do Mediterrâneo, a oeste da Síria e ao norte de Israel, tem suas origens históricas na união de dois tipos distintos de sociedades, conforme salienta o historiador libanês Georges Corm (2006): o Monte Líbano, onde se enraizaram as grandes famílias de comunidades cristãs maronitas, drusas e xiitas com grande grau de emancipação em relação ao poder estatal, e as cidades litorâneas, diretamente governadas pela burocracia do Império Otomano e onde residiam comunidades sunitas e greco-ortodoxas⁸. Tal integração entre

⁷ UNITED NATIONS – GENERAL ASSEMBLY. Resolution 181 (II). Future government of Palestine. **United Nations**. Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253> Acesso em: 25 de Março de 2015.

⁸ Robert Fisk, em seu livro *Pobre nação: As guerras do Líbano no século XX*, resume as diferenças confessionais entre seitas religiosas presentes no Líbano: “Os maronitas, que tiraram o nome de um eremita sírio do século V, haviam surgido da grande divisão da Igreja Bizantina a respeito da divindade única de Cristo. O mesmo se deu com os melquitas, cujas as duas comunidades – gregos ortodoxos e gregos católicos – formam uma minoria, mas economicamente poderosa, no Líbano moderno. Os drusos

os modelos societários foi consumada com o projeto colonialista francês do “Grande Líbano”, tal qual também aponta Corm:

Com a instauração do Grande Líbano pela França em 1920, deu-se pela primeira vez a união entre as cidades costeiras com a montanha. O Líbano mudou então de rosto: as comunidades da montanha e as comunidades da cidade entraram por fim em contato orgânico, o que, por sua vez, foi fonte de tensões e conflitos. A sociedade do Monte Líbano, entidade feudal que teve, ao longo dos séculos, uma rica especificidade, baseada na integração de três comunidades religiosas, foi sucedida pela sociedade do Grande Líbano, conjunto sociologicamente mais complexo devido à integração dos sunitas e greco-ortodoxos das cidades e os maronitas, xiitas e drusos da montanha. (2006, p. 61)

O mandato francês, portanto, foi crucial para a transformação das relações intercomunitárias entre as populações religiosas multifacetárias presentes todo o território do Grande Líbano. O novo Estado libanês, embora não adote uma religião oficial, se estrutura em um regime confessionalista, no qual o sistema político é regido pela associação das comunidades religiosas consideradas “históricas”. “Essas comunidades são legalmente 17, mas as comunidades significativas politicamente são sete: os maronitas, os sunitas os gregos ortodoxos, os gregos católicos, os drusos e os armênios” (CORM, 2006, p. 18). Todas as comunidades gozam de exclusividades dentro do aparelho estatal, como tribunais específicos para cada confissão religiosa.

O confessionalismo político no Líbano foi institucionalizado com um Pacto Nacional não-escrito de 1943, que, segundo o jornalista inglês Robert Fisk, “deveria ser um paradigma de democracia num mundo árabe mais familiarizado com ditaduras do que com liberdade” (2007, p. 111). O acordo classifica o país como multiconfessional e, com o intuito de dar representatividade a cada comunidade, determina que o Presidente da República e o comandante do Exército libanês sejam sempre cristãos maronitas, o Primeiro-Ministro sempre um sunita e o Presidente do Parlamento sempre um xiita. Fisk aponta falhas nesse sistema, herança da colonização francesa, porque se baseava no censo de 1932, e a comunidade maronita “era quase certamente menor que as de sunitas ou xiitas” (2007, p. 112). Desse modo, o Pacto não se atualizou com o crescimento demográfico da população muçulmana.

tinham vindo originalmente do Egito. Considerados hereges pelos muçulmanos ortodoxos, eles acreditavam na reencarnação e na transmigração da alma. Mas a sua verdadeira fé – como a dos cristãos – era dirigida a seu próprio clã, suas vilas, seus líderes. [...] De modo similar, os xiitas disputam a liderança do Islã com os sunitas desde o assassinato de Ali, o genro do Profeta, no século VIII. Os xiitas acreditam que os descendentes de Ali – os imãs – são os sucessores de direito de Maomé. [...] Os sunitas, adeptos da *sunnah* (prática) de Maomé – os ensinamentos (*hadith*) atribuídos ao Profeta e a outras tradições islâmicas – acumularam seu poder comercial a partir da íntima associação com os mamelucos e depois com os turcos otomanos, uma aliança baseada na fé sunita compartilhada” (2007, p. 97, grifo do autor).

É notória também não apenas a rejeição dos palestinos ao projeto de Partilha de suas terras com os colonos judeus deliberado pelas Nações Unidas, mas o engajamento dos diferentes atores políticos palestinos para o combate ao Estado israelense e a reconquista do território que reivindicam como seu. A maior organização política em defesa da autodeterminação palestina foi a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), movimento paramilitar, nacionalista, laico e suprapartidário, liderada pelo egípcio Yasser Arafat. Fundada em 1964, a OLP era composta por grupos militantes e associações civis de operários, médicos, professores, estudantes, mulheres, entre outros segmentos engajados no combate às forças de ocupação israelenses. Entre as principais correntes políticas que atuavam dentro da Organização, estão a Al Fatah, grupo secular liderado por Arafat, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP).⁹

A ascensão da Organização é consequência do fracasso dos Estados árabes vizinhos em deter a ocupação territorial judaica, sobretudo após a grande derrota infligida por Israel na Guerra dos Seis Dias (1967), quando as Forças de Defesa de Israel invadiram e anexaram a Península de Sinai, as Colinas de Golã, Cisjordânia, Faixa de Gaza e a parte oriental de Jerusalém.

Após a vergonhosa derrota de junho daquele ano, percebendo que era inútil confiar nos outros Estados árabes para conseguir sua terra de volta, os palestinos assumiram o controle da Organização de Libertação da Palestina, até então mantida pela Liga Árabe. Em 1968, a Organização adotou uma nova Carta, considerando Israel um Estado ilegal e conclamando todos os palestinos a lutar por seus direitos, uma vez que a comunidade internacional até então havia se mostrado inábil para promover uma solução satisfatória. A OLP reafirmou ainda a identidade nacional palestina e seu direito inerente de autoafirmação, passando a efetuar ataques contra Israel através das fronteiras e atentados a alvos judaicos e israelenses em outras partes do mundo. (GATTAZ, 2006, p. 152)

Gattaz (2006) informa ainda que a OLP comandava táticas de guerrilha contra Israel a partir da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e instalou suas bases militares no Egito, Síria e Jordânia. A Organização, considerada pelo Estado israelense como “terrorista”, tinha seu quartel-general na Jordânia, de onde angariava recursos para o combate contra Israel. Contudo, o aumento do número de refugiados e as investidas militares de Israel contra o território jordaniano fizeram com que o rei jordaniano Hussein expulsasse os palestinos de seu país no episódio conhecido como “Setembro Negro”, no verão de

⁹ ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP). **Klick Educação**. Disponível em: <http://www.klickeducacao.com.br/enciclo/encicloverb/0,5977,PIG-10916,00.html> Acesso em: 21 de Junho de 2015.

1970. Durante o “Setembro Negro”, ocorreram violentos confrontos entre combatentes da OLP e o Exército jordaniano, deixando entre 2 a 3 mil mortos e culminando na expulsão dos palestinos da Jordânia.¹⁰

Novamente exilada, a OLP transferiu suas bases operacionais para o Líbano, que já comportava, de acordo com Robert Fisk (2007), 350 mil refugiados palestinos (p. 120). A presença desses exilados, bem como da força beligerante da OLP lançando ataques contra alvos israelenses no sul do país, desagravava parte considerável dos libaneses, como enfatiza Fisk:

Desde o começo, os palestinos foram tratados sem muito carinho pelos libaneses. Como a maioria dos refugiados era de sunitas, os maronitas corretamente intuíram que eles eram potenciais aliados dos muçulmanos do Líbano. Alguns palestinos com parentes no Líbano mais tarde iriam trocar de nacionalidade e se tornariam libaneses, mas a maior parte dos refugiados foi classificada como não-cidadã [...]. Eles não podiam trabalhar no serviço público ou ter os privilégios da cidadania libanesa. Era quase impossível obter visto de trabalho. (2007, p. 114)

A marginalização social dos refugiados palestinos e a insatisfação generalizada pelas atividades da OLP se tornaram não só um elemento preponderante nas relações intercomunitárias entre as facções políticas libaneses, como estavam sujeitas a difusas interpretações de acordo com os espectros ideológicos de direita ou esquerda. Georges Corm aponta que a fratura básica da vida política libanesa nos anos 60 e 70 era a dicotomia entre conservadores e progressistas, o que, refletido no sistema confessional, se verteu no confronto entre “o desejo de acabar com as estruturas comunitárias do país ou, pelo contrário, de mantê-las e reforçá-las para conservar a ‘especificidade’ do país” (2006, p. 132).

Em 1975, o confronto entre essas forças políticas opostas levaria a uma série de ataques entre palestinos e as Falanges Libanesas, milícias cristãs maronitas de extrema-direita, na parte oriental de Beirute, tradicional reduto cristão. Estava deflagrada, portanto, a Guerra Civil Libanesa (1975-76), caracterizada, segundo Corm, pelas “hostilidades generalizadas entre a coalizão de partidos libaneses denominados ‘progressistas’, aliados dos movimentos palestinos, e a de partidos cristãos denominados ‘conservadores’” (2006, p. 133). De um lado, as milícias cristãs das Falanges Libanesas, lideradas por Bachir Gemayel e defensoras a expulsão dos

¹⁰ ORIENTE MÉDIO RELEMBRA 40 ANOS DO “SETEMBRO NEGRO”. **Terra**, 16 de setembro de 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/oriente-medio-relembra-40-anos-do-setembro-negro.0eac78c65940b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso em: 26 de Março de 2015.

palestinos do Líbano, e do outro, Movimento Nacional Libanês, aliança de esquerda entre drusos e muçulmanos, liderada pelo druso Kamal Jumblatt.

A Guerra Civil Libanesa marcou um dos mais traumáticos conflitos militares do Oriente Médio, envolvendo, além das diferentes facções religiosas locais, a intervenção direta de tropas estrangeiras com o objetivo de solucionar a crise confessional. “A gestão da crise foi confiada primeiro à Síria, que tinha acessoriamente a Arábia Saudita do seu lado, e posteriormente Israel” (CORM, 2006, p. 137). A presença do Exército sírio no Líbano se respalda na solicitação à Liga Árabe, encaminhada pelo então presidente libanês Elias Sarkis, por uma Força Árabe de Dissuasão, missão pacificadora cujo comando foi encarregado à Síria pelos países árabes.

2.3 Israel x Líbano

Ainda que se reconheça a importância de cada agente político-militar atuante no Líbano, é preciso não esquecer que um fator sempre crucial para o agravamento das hostilidades foi o confronto entre OLP e Israel. Com o objetivo de retaliar os ataques da OLP ao norte de Israel, o primeiro-ministro israelense Menachem Begin¹¹ se alia a Bachir Gemayel, líder das Falanges Libanesas, e passa a fornecer apoio bélico e logístico aos falangistas a fim de expulsassem os palestinos do Líbano durante e após a Guerra Civil. Begin chegou a afirmar que o Estado de Israel era “protetor dos cristãos libaneses” (CORM, 2006, p. 140).

Paralelamente ao suporte às Falanges, Israel comandou sua primeira grande ofensiva militar no Líbano, a Operação Litani. Entre março e junho de 1978, as Forças de Defesa de Israel invadiram o sul do Líbano e chegaram até as margens do rio Litani, 30 km ao norte da fronteira. “Com essa iniciativa, Israel conduzia uma ‘anexação de fato’ dessa faixa de terreno, rica em reservas de água, muito cobiçada desde o início do século pelo movimento sionista” (CORM, 2006, p. 139). Tal invasão fez com que o

¹¹ Importante quadro do Likud, partido conservador israelense, a eleição de Menachem Begin como primeiro-ministro de Israel em 1977 marcou a ascensão da direita na cena política israelense. Nascido na Polônia, Begin era seguidor de Zeev Jabotinsky, judeu fundador do sionismo revisionista. Segundo essa corrente política, a implantação do projeto sionista não deveria estar restrita ao território concedido pelo mandato britânico na Palestina, mas precisava abranger também as terras a leste do Rio Jordão. Begin acreditava que Israel deveria anexar a maior quantidade de território possível, alegando que quanto mais terras seu país acumulasse, mais “judeu” o Estado de Israel seria. Para ele, as áreas ocupadas pelos israelenses na Guerra dos Seis Dias (1967) pertenciam originalmente à “Israel histórica” e, por isso, a anexação do território árabe estaria justificada. Begin foi o primeiro premiê israelense a se referir à Cisjordânia como “Judeia e Samaria”, nome daquela região segundo a tradição judaica. (PARSI, 2008, p. 69, tradução nossa)

Conselho de Segurança da ONU adotasse as resoluções 425¹² e 426¹³, ordenando a “retirada imediata” das tropas israelenses e a criação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com o intuito de levar auxílio humanitário à região.

A desmobilização das bases da OLP da fronteira israelo-libanesa foi alcançada em parte, porém a persistência dos ataques fez com que o governo Begin, sob orientação do novo ministro da Defesa Ariel Sharon, desencadeasse a Operação Paz na Galileia. O pretexto foi, como salienta Robert Fisk (2007), a tentativa de assassinato do embaixador israelense Shlomo Argov em Londres por um pistoleiro palestino. Embora o próprio serviço secreto israelense, soubesse que o atirador era filiado a um grupo dissidente à OLP, a Organização palestina foi apresentada mundialmente como culpada.

Em 4 de junho de 1982, cerca de 25 mil soldados das Forças de Defesa de Israel cruzaram a fronteira do Líbano (FISK, 2007, p. 283). “Em poucos dias, varre o Exército Nacional libanês e destrói as bases de mísseis soviéticos instaladas pelos sírios no leste do país. Chega às portas de Beirute.”¹⁴ De acordo com Ramez Maalouf, a invasão israelense em larga escala infligiu a destruição de parte considerável da infraestrutura da OLP e dos efetivos militares sírios da Força Árabe de Dissuasão, estacionados no leste do país. Porém, a incursão do Exército israelense também foi bem recebida por diferentes setores confessionais da sociedade libanesa:

Os sul-libaneses, maronitas, xiitas e drusos, não ofereceram nenhuma resistência, ressentidos da opressão da OLP. Pelo contrário, saudaram jogando arroz sobre os milhares de tanques israelenses, aos gritos de ‘nossos libertadores’. [...] A blitzkrieg israelense reduziu a pó todo o território libanês situado ao sul da estrada Beirute-Damasco. As FL [Falanges Libanesas], sob a liderança de Bachir Gemayel, aguardavam a chegada do *Tzahal* [Forças de Defesa de Israel] a Beirute para cercar a cidade e expulsar a OLP do país. Entretanto, as tropas invasoras encontraram feroz resistência dos palestinos, contrariando as estimativas militares de Ariel Sharon e Rafael Eytan. Ao mesmo tempo, os céus do Líbano foram o campo da mais feroz batalha aérea desde a II GM. A força aérea israelense, que havia sido modernizada pelos EUA, entraria em choque com a força aérea síria, equipada com caças de fabricação soviética ultrapassada. O resultado foi a derrota síria sob o céu do Bekaa. (MAALOUF, 2011, p. 272)

¹² SECURITY COUNCIL. Resolution 425 (1978) of 19 March 1978. **United Nations**. Disponível em: <http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/E25DAE8E3CE54FB5852560E50079C708> Acesso em: 29 de Março de 2015.

¹³ SECURITY COUNCIL. Resolution 426 (1978) of 19 March 1978. **United Nations**. Disponível em: <http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/DB9FD6B989BC0381852560E50079A532> Acesso em: 29 de Março de 2015.

¹⁴ ALTMAN, Max. Hoje na História: 1982 - Israel ataca Líbano na operação “Paz na Galiléia”. **Opera Mundi**, São Paulo, 6 de junho de 2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/35560/hoje+na+historia+1982+-+israel+ataca+libano+na+operacao+paz+na+galileia.shtml> Acesso em: 29 de Março de 2015.

André Gattaz informa que os planos de Begin e Sharon consistiam em fazer as Forças de Defesa de Israel estabelecerem o controle de uma faixa territorial de até 40 km no sul do Líbano, minando a capacidade bélica da OLP em lançar foguetes para o norte de Israel. Porém, a invasão, planejada para ser curta, se prolongou por meses. “Ao contrário do que foi divulgado, o Exército israelense continuou sua penetração até Beirute, onde procurou destruir as bases da OLP através de um constante bombardeio aéreo, naval e de artilharia” (GATTAZ, 2003, p. 162).

O intuito de Begin era destruir o quartel-general da OLP na parte ocidental de Beirute, ao mesmo tempo em que, como aponta Robert Fisk, induzia o novo presidente empossado do Líbano, Bachir Gemayel – o mesmo líder das Falanges – a assinar um tratado de paz com Israel (FISK, 2007, p. 649). “Israel agora tinha 100 mil soldados no Líbano, com 1.300 tanques, o mesmo número de blindados de transporte e 12 mil caminhões para soldados e suprimentos” (FISK, 2007, p. 362).

O cerco a Beirute perduraria por 70 dias, sitiando mais de 300 mil pessoas, e fora planejado para que Forças de Defesa de Israel obtivessem uma vitória rápida e decisiva. “Perdendo o apoio dos líderes libaneses [...], Arafat decidiu abandonar Beirute com a condição de uma força de paz multinacional fosse destinada para proteger as famílias palestinas remanescente” (GATTAZ, 2003, p. 163). No final de agosto de 1982, a Força Multinacional, composta por fuzileiros dos EUA, França e Itália, aporta a Beirute, e Yasser Arafat e quase 15 mil combatentes da OLP deixam a capital libanesa. Arafat partiu em navio para a Grécia e, o quartel-general da Organização foi novamente transferido – agora para a Tunísia.

A Operação Paz na Galileia, também conhecida como Primeira Guerra do Líbano, despertou a atenção da opinião pública internacional não só pela permanência do enfrentamento de Israel aos palestinos, mas também pelos métodos empregados. Por sete semanas, durante o cerco a Beirute, as Forças de Defesa de Israel manifestaram seu interesse em tanto debilitar o poder de fogo da OLP, como asfixiar todas as formas de a Organização se sustentar, cortando o fornecimento de água, alimentos e energia elétrica. “Nesse período, as tropas de Israel utilizaram bombas de fósforo branco, de vácuo, napalm, de fragmentação e de urânio empobrecido, que foram disparadas sobre a capital libanesa matando indiscriminadamente civis e guerrilheiros palestinos” (MAALOUF, 2011, p. 273). A entrada de alimentos e remédios, provindo de entidades internacionais, foi bloqueada sob alegação de que serviriam de suprimentos para os membros da OLP.

Além da destruição da capital, a invasão israelense ao Líbano também é marcada por tragédias humanas, como o Massacre de Sabra e Chatila. Após a evacuação da OLP e a retirada das forças de paz multinacionais, o então presidente cristão e líder falangista Bachir Gemayel é assassinado, em 14 de setembro, por um carro-bomba (CORM, 2006, p. 141). Em vingança ao assassinato, partidários das Falanges Libanesas invadem os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila e coordenam o massacre de mais de 3 mil civis palestinos e libaneses (KAPELIOK, 1983 *apud* MAALOUF, 2011, p. 276). O massacre, classificado pela ONU com genocídio, ocorreu “com a vigilância e permissão do Exército israelense” (GATTAZ, 2003, p. 164), que cercaram as saídas dos campos a fim de bloquear a saída dos moradores. Depois do episódio, Menachem Begin e Ariel Sharon foram acusados pela Comissão Kahan¹⁵ e renunciaram a seus postos.

Em setembro de 1983, as Forças de Defesa de Israel começam a se retirar da região central do Líbano, abandonando parcialmente o território libanês até 1985 (GATTAZ, 2003, p. 164). Contudo, a intervenção armada israelense e a permanência das tropas no sul do Líbano - ao longo da faixa de 30 km na fronteira israelo-libanesa - deixaram marcas profundas no país. É presente na memória da sociedade libanesa os saques de casas e lojas e a expulsão de moradores de suas terras. Há a lembrança histórica dos presídios de Khyam e Al-Ansar, para onde os prisioneiros de guerra do Exército israelense eram levados, submetidos à tortura e assassinados (CHOMSKY, 1999 *apud* MAALOUF, 2011, p. 286). Esse conjunto de arbitrariedades provocaria a ânsia dos libaneses pelo enfrentamento dos invasores.

2.4 Hezbollah, o “Partido de Deus”

Ainda em 1982, parcela dos muçulmanos xiitas do sul do Líbano começa a se organizar a fim de exercer o direito à defesa contra a presença das tropas invasoras. Esse movimento, segundo o escritor e xeque Naim Qassem (2010), é reflexo dos ensinamentos de clérigos muçulmanos que regressaram de escolas religiosas da cidade iraquiana de Najaf, centro de poder político xiita no país, e difundiam a fé islâmica em vilas sul-libanesas. Na época, a atividade clerical xiita se fragmentava em grupos missionários desvinculados de atividades, porém a Revolução Islâmica no Irã (1979),

¹⁵ “Comissão Kahan foi a comissão de inquérito para averiguar as responsabilidades das tropas israelenses, sob o comando de Ariel Sharon, no Primeiro Massacre de Sabra e Chatila (1982).” (MAALOUF, 2011, p. 277)

liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, influenciou os eclesiásticos na formação de um projeto político inspirado na experiência iraniana de criar um Estado islâmico moderno. A Revolução Iraniana consistiu em um movimento nacionalista xiita que derrubou a monarquia pró-americana secular do Xá Reza Pahlevi e instituiu um regime republicano islâmico, hostil aos interesses dos EUA (MAALOUF, 2011, p. 215).

Paralelamente, o sul do Líbano estava sob ocupação militar israelense. “Grupos de fiéis participaram nos confrontos na periferia de Beirute, colaborando com o Exército sírio e a resistência palestina e libanesa” (QASSEM, 2010, p. 64). No sul do Vale de Bekaa, as mesquitas se tornam importante centro de reuniões promovidas por clérigos xiitas objetivando a denúncia da ocupação israelense, bem como a correlação de forças político-religiosas em defesa da dissolução do Estado de Israel – “a entidade sionista”. A inexistência de uma grande milícia xiita de resistência no combate ao exército invasor serviu de força catalisadora para a congregação dos principais representantes clericais do Líbano e a criação de uma organização religiosa aos moldes da Revolução Iraniana.

A concentração crescente de fiéis do Islã em torno desse grupo de clérigos resultaria no início de treinamentos em esconderijos de táticas de guerrilha e sabotagem contra os invasores. Dessa integração entre a comunidade xiita marginalizada e, como Qassem (2010) acrescenta, o treinamento militar proporcionado pela Guarda Revolucionária Iraniana, foi fundado, ainda em 1982, o Hezbollah - “Partido de Deus”, em árabe. “O Partido, apoiado pelo Irã, adquiriu, em 1985, um notável espaço, alimentado pelo seqüestro de reféns franceses, ingleses e americanos” (CORM, 2006, p. 209). Em 1985, o Hezbollah reivindica a autoria de seus atentados e divulga sua Carta Aberta, declarando publicamente suas visões ideológicas, sociais e de *jihad*. “Com essa declaração, o Hezbollah entrou em uma nova fase, mudando das atividades secretas de resistência para percorrer livre no trabalho político público” (QASSEM, 2010, p. 181).

Mais do que um grupo paramilitar, o Hezbollah é um “movimento político-social-religioso e uma organização não-governamental benéfica” (MAALOUF, 2011, p. 285). O xeque Naim Qassem (2010) apresenta as idiossincrasias do movimento, como o pan-islamismo, o não-sectarismo religioso, o antissionismo e, consequentemente, não só a defesa da soberania do Líbano, como a solidariedade à questão palestina. O “Partido de Deus”, tal qual outras organizações islâmicas, está engendrado em três frentes. A primeira, já mencionada, consiste em um braço militar, responsável pela proteção dos civis libaneses e retaliação aos ataques israelenses. Porém, o movimento também mantém um braço político-partidário e um filantrópico:

Em princípio, [Hezbollah] pedia abertamente a criação de uma república islâmica no Líbano segundo o modelo iraniano, legitimando assim a reivindicação de um Estado cristão pelos grupos extremistas no interior das comunidades cristãs. Posteriormente, o partido foi moderando no plano ideológico; com a II República, integrou-se na vida parlamentar libanesa e obteve vários deputados nas eleições de 1992, que se converteram em um elemento familiar na paisagem política libanesa; seus representantes no Parlamento, preocupados por justiça social e pela obtenção de créditos para as regiões onde tinham implantação social, realizaram um papel sério e constante. (CORM, 2006, p. 209, tradução nossa)

Devido a seu caráter antisectário, à complexidade de sua estrutura comunicacional (rádio, televisão e publicações impressas) e à liderança assumida no embate à ocupação israelense, o Hezbollah angariou forte apoio popular de toda a sociedade libanesa. O Partido xiita mantém diálogo constante com outras correntes e ritos religiosos, como a Igreja Maronita (QASSEM, 2010, p. 342). O Hezbollah também conta com o suporte financeiro, logístico e bélico do Irã e da Síria, sendo reconhecido por esses países, inimigos geopolíticos de Israel, como importante instrumento de luta antissionista. Não obstante a popularidade e justamente por conta do financiamento iraniano, o Partido é classificado como “organização terrorista”¹⁶ pelos Estados Unidos, Canadá e, obviamente, Israel.

As transformações na conjuntura geopolítica mundial no decorrer dos anos 80 e início dos 90 imporiam desafios tanto a Israel, como aos árabes. O fim da Guerra Fria e superação da lógica de mundo bipolar trariam a tona o ímpeto da solução de outras disputas políticas, como observa o analista político iraniano-americano Trita Parsi:

De repente, todas as convencionais ameaças militares contra Israel quase evaporaram completamente. Essa monumental mudança geopolítica beneficiou a segurança de Israel de três formas. Primeiro, colocou um fim no apoio militar aos inimigos árabes de Israel, particularmente a Síria, eliminando efetivamente a opção militar árabe. Os árabes não mais tinham uma superpotência para dependerem. (2007, p. 147, tradução nossa)

Ainda em 1988, em um gesto histórico, Yasser Arafat e sua OLP já haviam declarado a aceitação da resolução de Partilha da Palestina e a renúncia à luta armada. Como informa André Gattaz (2003), Arafat reconheceu a Israel e, em troca, reivindicava um Estado palestino independente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, então ocupadas pelo Exército israelense, com um corredor conectando-as. O reconhecimento mútuo finalmente saiu com os Acordos de Oslo, em 1993, a partir do

¹⁶ AVRAHAM, Rachel. Gulf Council Labels All Wings of Hezbollah Terrorist Organization. **United with Israel**. Disponível em: http://unitedwithisrael.org/gulf-cooperation-council-gcc-labels-hezbollah-a-terrorist-organization/?ios_app=true Acesso em: 30 de Março de 2015.

qual foi formado uma Autoridade Nacional Palestina – até hoje, sem poder de Estado - e a remoção das Forças Armadas israelenses em Gaza e em Jericó. Contudo, a Declaração de Princípios, firmada entre Arafat e o primeiro-ministro israelense trabalhista Yitzhak Rabin em Oslo, não esclarece um conjunto de pontos obscuros entre as duas partes envolvidas e reflete o poder de Israel em relação a seus interlocutores palestinos:

Questões fundamentais, tais como a extensão dos territórios a serem ‘cedidos’ por Israel, a natureza da entidade palestina que seria estabelecida, o futuro dos assentamentos israelenses, e a solução do problema dos refugiados e do status de Jerusalém foram deixadas de lado, devendo ser discutidas em ‘negociações finais’ que seriam completadas até maio de 1999. Era parte fundamental dos processos de Oslo que as “concessões” de Israel fossem condicionadas a inúmeras exigências, fazendo com que os palestinos não pudessem desfrutar de nada semelhante à tão desejada autodeterminação, ao mesmo tempo em que se protelava a efetiva retirada israelense dos territórios ocupados. (GATTAZ, 2003, p. 181)

No Líbano, o Hezbollah renega os Acordos de Oslo, alegando que a assinatura do documento pela OLP representava o “primeiro passo em um longo caminho de consequências misteriosas” (QASSEM, 2010, p. 277). Ao mesmo tempo, a organização libanesa mantinha ativa suas ações contra o Exército israelense na fronteira. Em 1992, o secretário-geral do Partido, Abbas al-Moussawi, foi morto por um míssil israelense, o que alimentou o sentimento de vingança por parte dos libaneses. Em seu lugar, assumiria Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah até hoje (QASSEM, 2010, p. 197). A organização já era considerada inimigo primordial de Israel e passaria a ser o foco de todo o teatro de operações militares no Líbano. As Forças de Defesa de Israel desencadeariam a Operação Acerto de Contas,¹⁷ em Julho de 1993, e a Operação Vinhas da Ira,¹⁸ em Abril de 1996, contra alvos do Hezbollah.

¹⁷ Segundo Naim Qassem, a Operação Acerto de Contas, também apelidada de “Guerra dos Sete Dias”, objetivava pressionar o governo libanês contra o Hezbollah. Iniciada em 25 de Julho de 1993, a incursão israelense se prolongou por sete dias contínuos e consistiu em ataques da Marinha, Força Aérea e Exército israelenses contra alvos no sul do Líbano, vale de Bekaa, Nameh e o campo de refugiados palestinos de al-Bared. O então chefe de Estado-maior israelense avisou ao governo libanês que a Operação se justificava por três pontos específicos: “1- desarmar e render o Hezbollah por meio de uma forte ofensiva bélica; 2- quebrar a relação entre o Hezbollah e a população civil libanesa; 3 – forçar o governo libanês a tomar medidas contra as atividades de resistência” (QASSEM, 2010, p. 201). A operação resultou na morte de 140 civis e 13 combatentes do Hezbollah e na destruição de 120 vilas.

¹⁸ A Operação Vinhas da Ira, também segundo o xeque Naim Qassem, foi autorizada pelo presidente israelense Shimon Peres com o intuito de não só novamente pressionar o governo libanês para eliminar as atividades do Hezbollah, como para angariar apoio popular para as eleições israelenses de 1996. “‘Vinhas da Ira’ foi o título dessa operação infame. Foi uma agressão mais dura que Julho de 1993, abrangendo uma distância geográfica mais ampla e durando 16 dias. É reconhecida por quatro massacres: Suhmor no dia 2; a ambulância de al-Mansouri no dia 3; Nabatieh no dia 7; e o massacre de Qana, também mesmo dia, quando 188 mártires civis e 127 feridos foram registrados. No total, 250 civis morreram na agressão de Abril de 1996, incluindo quatro membros da resistência. Centenas de casas foram desalojadas no sul

Em 2000, fatigado dos custos financeiros e humanos da ocupação, o primeiro-ministro trabalhista Ehud Barak anuncia que aderiria às resoluções 425 e 426 da ONU, de 1978, e finalmente abandonaria o Líbano (QASSEM, 2010, p. 228). O Hezbollah proclamou a retirada como uma vitória da resistência libanesa, embora tropas israelenses ainda permaneçam no território chamado Fazendas de Shebaa, na fronteira com a Síria, o que é apresentado como prova de que Israel não cumpriu integralmente as resoluções da ONU (QASSEM, 2010, p. 233). De toda forma, a retirada das Forças de Defesa de Israel ratificou a crença do Hezbollah de que a resistência armada representa um caminho mais eficaz que a diplomacia para a solução de conflitos com Israel.

Exatamente 24 anos após a Operação Paz na Galileia, Israel e Líbano se envolveriam em um novo conflito armado em 2006. O pretexto, dessa vez, seriam dois soldados israelenses raptados pelo Hezbollah na fronteira israelo-libanesa. De acordo com Naim Qassem, o objetivo do Hezbollah era utilizá-los como moeda de troca por libaneses presos em Israel, porém “o Partido não esperava que a captura dos soldados resultaria em uma guerra em larga escala, embora estivesse preparado para possíveis represálias israelenses no Líbano antes e depois do incidente” (2010, p. 35). A cientista política Cathy Sultan acrescenta que não é a primeira vez que o Hezbollah e Israel se valem da prática da troca de prisioneiros:

Para nós que acompanhamos o Líbano de perto, esses raptos ao longo da fronteira israelo-libanesa, sejam executados por Israel ou pelo Hezbollah, são eventos rotineiros. As vítimas do sequestro são barganhadas para negociar a liberdade de prisioneiros de cada lado. O ex-primeiro-ministro Ariel Sharon negociou com o Hezbollah em Janeiro de 2004, quando obteve a libertação de um coronel israelense, um empresário e os restos mortais de três soldados em troca de 30 libaneses e os restos mortais de outros 60. Quando Sharon recusou libertar o resto dos prisioneiros previstos no acordo, incluindo um homem preso desde 1978, Hassan Nasrallah, o líder do Hezbollah, prometeu continuar raptando soldados israelenses. (SULTAN, 2008, p. 13, tradução nossa)

Dessa vez, porém, o rapto dos soldados faria irromper uma reação por parte de Israel em proporções inesperadas pelo Hezbollah. Em 12 de julho de 2006, a Operação Recompensa Justa, ordenada pelo primeiro-ministro liberal Ehud Olmert, marcava o início da Segunda Guerra do Líbano. De toda forma, uma série de acontecimentos políticos preliminares aponta que Israel já planejava uma nova ação militar em território libanês visando debilitar definitivamente o poder de fogo do Hezbollah. Segundo Trita

do Líbano. A destruição foi extensiva, afetando infraestrutura social, econômica e de serviços. Em torno de sete mil casas foram completamente ou parcialmente destruídas” (QASSEM, 2010, p. 207).

Parsi, Israel já se preparava para uma operação militar de tal envergadura no Líbano há bastante tempo.

Embora Israel não esperava que o ataque do Hezbollah em sua fronteira em 12 de julho e seqüestro de seus soldados, o Estado judeu tinha planejado e preparado para a guerra contra o Hezbollah por mais de dois anos. Em 2005, um oficial superior do Exército israelense começou a dar apresentações de PowerPoint confidenciais para diplomatas americanos, jornalistas e think tanks, definindo em detalhes assustadores o plano para a operação esperada. “De todas as guerras de Israel desde 1948, este foi a única para a qual Israel estava mais preparado”, explicou o Professor Gerald Steinberg, da Universidade Bar-Ilan. No início, tudo correu como o planejado. Como Washington deu à guerra de Israel sua bênção e seu apoio – a secretário de Estado, Condoleezza Rice, referiu-se ao confronto como as “dores de parto de um novo Oriente Médio” – o chefe de Estado-maior das Forças de Defesa de Israel, Dan Halutz e uma multidão de oficiais se reuniram no bunker de comando da Força aérea israelense para acompanhar o desenvolvimento da guerra. (PARSI, 2008, p. 274, tradução nossa)

O planejamento da ofensiva militar contra o Líbano se justificaria pela não só pelo anseio de Israel em subjugar um antigo inimigo, como também pelo projeto geopolítico de construção de um “novo Oriente Médio” delineado pelas potências ocidentais. Em Setembro de 2004, o Conselho de Segurança da ONU, em ação conjunta entre França e EUA, aprovou a resolução 1559.¹⁹ Naim Qassem (2010) aponta que a resolução estipulava a saída de todas as forças estrangeiras do Líbano, o desarmamento das milícias libanesas e não-libanesas, o controle do governo libanês de todos os territórios do país e apoio a eleições livres sem interferência de terceiros.

Tais pontos fazem referência à continuidade da presença militar síria no Líbano, bem como ao desarmamento do Hezbollah e de milícias palestinas (QASSEM, 2010, p. 26). Além disso, o documento manifestava a oposição ocidental ao presidente pró-sírio Émile Lahoud e a pressão para que o Parlamento libanês impedissem a extensão de seu tempo de mandato (2010, p. 27). Contudo, a implantação da resolução 1559 foi falha devido à consolidação do poder do Hezbollah. Em 2006, o Hezbollah já havia angariado uma intensa popularidade e provado seu caráter não sectário, sobretudo por ter firmado um memorando de entendimento com o Movimento Patriótico Livre, coalizão cristã liderada pelo ex-general Michel Aoun, o que minou, segundo Qassem, “qualquer esperança de opor o Exército libanês à resistência” (2010, p. 36).

A eliminação do Hezbollah e a expulsão do Exército sírio do Líbano estão diretamente ligadas ao projeto geopolítico anglo-americano de supressão da influência

¹⁹ SECURITY COUNCIL. Security Council declares support for free, fair presidential election in Lebanon; calls for withdrawal of foreign forces there. **United Nations**, 2 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2004/sc8181.doc.htm> Acesso em: 3 de Abril de 2015.

do Irã no Oriente Médio, haja vista que o então presidente norte-americano George W. Bush incluía a República Islâmica – junto ao Iraque e à Coreia do Norte - no que chamou de “Eixo do Mal”²⁰. Trita Parsi informa que a intervenção militar israelense tanto recebeu adesão imediata de políticos neoconservadores em Washington, como evidenciou uma posição vacilante do Irã frente à escalada do conflito:

O medo iraniano era de que Washington e Israel estivessem pavimentando o caminho para uma confrontação militar com Irã primeiro removendo o Hezbollah – a primeira linha de defesa do Irã. Essa não era mais uma Guerra por Procuração [conflito armado no qual dois países se valem de terceiros], temia Teerã; era o prelúdio de um confronto final. (PARSI, 2008, p. 275, tradução nossa)

O ataque israelense contou com o apoio prévio do Conselho de Segurança da ONU, alguns países árabes e a Coalizão 14 de Março, formada por partidários do então primeiro-ministro anti-sírio Fouad Siniora (QASSEM, 2010, p. 37). A Operação Recompensa Justa teve início com o bombardeio de pontes no Líbano central e do sul pela Força Aérea israelense. “Em alguns desses ataques iniciais, de acordo com a Anistia Internacional, 40 civis libaneses foram mortos perto de Nabatiye, incluindo uma família de dez, em que oito eram crianças; perto de Tiro, uma família de sete foi morta” (SULTAN, 2008, p. 29). Em retaliação, o Hezbollah submeteria cidades ao norte de Israel, como Haifa e Tiberíades, aos disparos de foguetes (SULTAN, 2008, p. 36).

A resposta israelense ao Hezbollah consistiu na destruição do aeroporto internacional de Beirute, seguida de bombardeios da Força aérea às cidades de Sidon, Nabatiye, Baalbek e Trípoli. “No bairro xiita de Dahiyeh, ao sul de Beirute, Israel usou GBU-28 americanas com bombas destruidoras de abrigos para neutralizar os bunkers do Hezbollah abaixo da terra” (SULTAN, 2008, p. 36). Apesar do clamor do governo libanês por cessar-fogo e o fim do bloqueio israelense ao mar e aos céus do Líbano, o embaixador americano na ONU, como reitera Cathy Sultan, renegou o pedido e optou por acusar o Irã e a Síria como responsáveis pelo conflito (2008, p. 35).

De fato, prevalecia a crença em Israel e nas potências ocidentais de que tal ofensiva bélica resultaria na erradicação rápida do Hezbollah e a implantação do desarmamento da milícia xiita, tal qual solicitada pela resolução 1559. O poder de fogo

²⁰ A classificação desses três países como “Eixo do Mal” por Bush integraria a geoestratégia político-militar anglo-americana conhecida, na primeira década do século XXI, como “Guerra ao Terror”: “Em 29 de Janeiro de 2002, no primeiro Discurso sobre o Estado de união de Bush, ele somou o Irã ao Iraque e à Coreia do Norte como perigosos e ameaçadores Estados que formam o ‘Eixo do Mal’. [...] Ironicamente, o Irã havia chamado os Estados Unidos de Grande Satã por mais de duas décadas antes da referência de Bush como Mal. Claramente, os Estados compartilhavam da retórica excessiva e contraproducente” (PARSI, 2008, p. 235).

do Hezbollah, entretanto, surpreendeu as Forças de Defesa de Israel, incapazes de prever a retaliação de seus aparatos de alta tecnologia pela resistência libanesa, como recorda Trita Parsi:

Depois de alguns sucessos iniciais, os israelenses foram aturdidos pelo poder de retaliação do Hezbollah, incluindo disparos de milhares de foguetes Katyusha ao norte de Israel. Mais do que enfrentar uma milícia amadora, os israelenses em pouco tempo perceberam que estavam lutando com um exército de guerrilha bem treinado e bem equipado. Hezbollah utilizou até mísseis C-807 chineses contra um navio de guerra israelense fora da costa libanesa, pegando os israelenses desprevenidos e inabilitando o navio. A inteligência israelense falhou completamente em descobrir antes da guerra o que o Hezbollah ocultava em seus arsenais. Os libaneses lutaram uma guerra de alta tecnologia, e se atentaram à batalha da mídia como fizeram em terra. Treinados e equipados pelos iranianos, os combatentes do Hezbollah descodificaram os códigos das comunicações de rádio israelenses, interceptando relatórios sobre as vítimas que infligiram [...]. O impacto psicológico nos israelenses – que cresceram acostumados com a superioridade sobre os exércitos de seus vizinhos árabes – foi devastador. (PARSI, 2008, p. 276, tradução nossa)

As derrotas infligidas a Israel pelo Hezbollah são também consequências do apoio popular dos libaneses ao braço armado da organização, aliada à cooperação com o Exército regular libanês. “Pessoas nas áreas atingidas, que enfrentaram o peso da guerra e foram expostos ao refúgio e sofrimento, expressaram seu apoio à resistência sob as mais difíceis circunstâncias” (QASSEM, 2010, p. 38). Por mais que setores da sociedade libanesa tentassem culpar o Hezbollah pela escalada militar, tais discursos tiveram pouco impacto graças ao clima de solidariedade nacional que tomou o Líbano.

Embora o Hezbollah seja signatário de um acordo estipulando o não-lançamento de mísseis contra território israelense a partir de áreas civis libanescas,²¹ a organização historicamente se faz presente nos redutos xiitas onde detém maior popularidade. Tais localidades – em especial, os subúrbios ao sul de Beirute e o vale de Bekaa - serviriam de palco dos bombardeios por parte das Forças de Defesa de Israel. “Israel despejou mais de quatro milhões de bombas de fragmentação” (QASSEM, 2010, p. 37).

²¹ A irrupção da Operação Vinhas da Ira, em Abril de 1996, se daria após a proposta israelense ao então secretário de Estado norte-americano Warren Christopher de um cessar-fogo temporário no Líbano. O governo libanês aceitaria a proposta unilateralmente, mas o Hezbollah rejeitou o acordo de cessar-fogo pela oposição à palavra “lançar”, presente no texto. O documento originalmente determinava que áreas civis não poderiam ser utilizadas como bases militares. O Hezbollah apenas aceitou o texto com a substituição de “lançar” por “disparar”. “Com a frase finalmente alterada, os combatentes poderiam lançar seus ataques a partir de quaisquer bases que considerassem suficientemente seguras e além do alcance de Israel, uma vez que esta última estaria compelida, pelas negociações, a não bombardear áreas civis, nem se defrontar com foguetes Katyusha em seus assentamentos ao norte. Como tal, áreas civis constituem áreas onde ataques podem ser lançados, mas não são bases para disparar foguetes em direção a Israel.” (QASSEM, 2010, p. 211)

Após 30 dias de combates, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1701, estabelecendo o cessar-fogo imediato, a retirada dos 10 mil soldados israelenses do Líbano e a formação de uma força de estabilização composta por 15 mil soldados libaneses e capacetes azuis da UNIFIL.²² “A resolução 1701 não fornecia um mecanismo de desarmamento do Hezbollah” (SULTAN, 2008, p. 47). O confronto, que, segundo Cathy Sultan (2008), deixou 1.109 civis libaneses mortos, 4.399 feridos e mais de 15 mil casas destruídas, redefiniria o balanço de poder no Oriente Médio, uma vez que Israel teve arranhada sua reputação frente aos árabes de força político-militar invencível. Por outro lado, o Hezbollah permaneceu no imaginário popular libanês como vencedor dessa guerra, haja vista que uma nova ocupação do Líbano não se concretizou, e o Partido ainda comandou os projetos de reconstrução da infraestrutura deteriorada. A organização financiou obras de reparação em áreas devastadas, estimadas em US\$ 188 milhões, além de erguer 274 blocos de apartamento com mais de seis mil casas para os desabrigados (QASSEM, 2010, p. 40).

Essa apresentação inicial, em linhas gerais, de diversos agentes políticos que protagonizaram as decisões políticas interna e externa se pautou pelo propósito de consolidar resumidamente as principais motivações para o acirramento das tensões tanto interconfessionais, como internacionais. A escolha de dois episódios específicos para a análise da abordagem midiática tornou relativamente desnecessária a elucidação mais minuciosa de outros eventos sociopolíticos regionais de menor escala. Ainda assim, a exposição, por exemplo, dos acordos entre as potências que levaram à criação dos Estados-nacionais árabes modernos e de Israel, bem como da organização institucional interna do Líbano, se mostra fundamental para compreender por que os grupos ou personalidades políticas envolvidas no conflito israelo-libanês assumem uma posição específica ou professam determinada ideologia, como poderá ser verificado nas edições da *Folha* apresentadas nos dois capítulos seguintes.

²² UNITED NATIONS. Security Council calls for end to hostilities between Hezbollah, Israel, unanimously adopting resolution 1701 (2006). **United Nations**, 11 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2006/sc8808.doc.htm> Acesso em: 3 de Abril de 2015.

3. OPERAÇÃO PAZ NA GALILEIA (1982)

Um dos meios jornalísticos brasileiros que mais se engajou na cobertura das duas grandes guerras entre Israel e Líbano – 1982 e 2006 – foi o jornal *Folha de S. Paulo*. Em relação à guerra de 1982, foram selecionadas 14 edições que abordam o conflito desde o primeiro dia da invasão (4 de Junho) ao término do cerco das Forças Armadas israelenses a Beirute, em decorrência da retirada completa das bases da OLP do setor ocidental da capital libanesa (30 de Agosto). Este capítulo realizará a análise de discurso tanto dos textos verbais – matérias, editoriais, colunas de opinião e enunciados diversos –, como dos aspectos gráficos e imagéticos de cada jornal. Tais análises se darão em paralelo ao desenvolvimento de outras informações teóricas e historiográficas complementares às já explicitadas no capítulo anterior, tendo por base o contexto internacional de Guerra Fria e de não reconhecimento mútuo entre Israel e OLP.

3.1 A *Folha de S. Paulo*, 1982

Primeiramente, é preciso ter em mente que a cobertura realizada pela *Folha* exprime características distintas em função de 24 anos, em maior parte, inerentes à própria transformação das estruturas de redação vigentes em cada momento histórico. No início dos anos 80, a *Folha* já era um dos veículos de comunicação mais importantes do Brasil. Entre seus atributos, estava a abertura para a pluralidade de opiniões em suas páginas, como atesta João Batista Natali, o ex-editor do caderno Mundo: “O jornal não se viu, e ainda não se vê, como porta-voz de nenhuma corrente política interna, mas permitia em seu espaço que todas elas se manifestassem” (2015, p. 86).

À época, a editoria de política internacional do periódico se chamada “Exterior” e contava com quadros históricos do jornalismo em decorrência do processo de modernização pelo qual passou a *Folha* no fim dos anos 70, liderado por Octavio Frias de Oliveira, principal acionista do grupo (NATALI, 2015, p. 87). Do conjunto dos integrantes de peso do jornal, dois se destacavam no seguimento internacional:

Paulo Francis, que bem mais tarde se transferiria para o Estado de S. Paulo e se tornaria uma personalidade notória em razão de seus comentários em televisão (no *Jornal da Globo*), era correspondente em Nova York. Em Londres, o correspondente era Claudio Abramo, ex-secretário e ex-diretor de Redação do jornal, e talvez um dos nomes mais importantes do jornalismo brasileiro da segunda metade do século passado. (NATALI, 2015, p. 87)

Natali acrescenta que o trabalho de correspondentes, como Paulo Francis e Cláudio Abramo, passava necessariamente pela “mais completa contextualização histórica econômica ou estratégica dos acontecimentos” (2015, p. 87). Desse modo, os redatores investiam em textos geralmente longos, com a demarcação explícita da opinião dos jornalistas, o que era considerado mais enriquecedor à exposição aberta das informações que chegavam de outros países. Além disso, a equipe de correspondentes contava com livros à disposição da editoria, o que, segundo Natali, contribuiu para propiciar “explicações técnicas [...], fazer recomendações bibliográficas, lembrar fatos literários agregados a determinada cidade ou região do mundo” (2015, p. 88).

Em 1982, Paulo Francis continuava como correspondente em Nova York, enquanto Cláudio Abramo se deslocou de Londres para Paris. “Eram ambos homens de fortes convicções pessoais que se sobreponham ao exercício da profissão de repórter” (NATALI, 2015, p. 88). Também se alternavam no papel de columnistas do periódico Newton Carlos, Luiz Alberto Bahia e Barreto Leite Filho. Ao todo, equipe de Redação era constituída por oito profissionais – seis redatores, um editor e um editor-assistente -, e contava com o corpo de sete correspondentes no exterior. Natali também recorda que os redatores “trabalhavam com os telegramas das agências e asseguravam o resto do noticiário” (2015, p. 89).

3.2 Junho de 1982: O cerco a Beirute

Contando com essa equipe em 1982, a *Folha* daria início à cobertura da Primeira Guerra do Líbano em **5 de Junho**,²³ um dia após a retomada das operações israelenses em solo libanês após um ano de cessar-fogo conjunto. Na capa, o periódico coloca os primeiros bombardeios à capital libanesa como manchete principal, com destaque à foto, enviada pela agência de notícias Associated Press, de prédios do subúrbio da Beirute em chamas. A chamada, na parte superior, elucida: “Israel bombardeia Beirute”. Acima da manchete, nota-se o subtítulo: “Duzentos mortos na represália pelo atentado ao embaixador”. A notícia é destaque principal em uma edição que também informa sobre a Guerra das Malvinas – no caso, a retenção por caças da FAB de um bombardeio britânico Vulcan por violar o espaço aéreo brasileiro – e a Copa do Mundo da FIFA,

²³ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, 5 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184724> Acesso em: 11 de Abril de 2015.

que começaria uma semana depois – a admissão do então técnico da Seleção Brasileira, Telê Santana, de abandonar o comando do grupo após o Mundial de futebol.

A manchete da capa – “Israel bombardeia Beirute” (ANEXO I) – remete, no que tange aos aspectos discursivos, ao conceito conhecido por transitividade. Por transitividade, o linguista Norman Fairclough concebe a dimensão ideacional da gramática que “lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos” (2008, p. 221). Fairclough aponta que, no emprego de processos e participantes na linguagem, subsiste a motivação social para analisar a transitividade, presente no texto por fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos. Esses processos são divididos, segundo ele, em “ações dirigidas”, em que um agente age em direção a um objetivo e se concretiza em orações transitivas (sujeito-verbo-objeto), e “ações não-dirigidas”, que envolve um agente e uma ação, mas nenhum objetivo explícito e se concretiza em orações intransitivas (sujeito-verbo). “A escolha do tipo de processo para significar um processo real pode ter significação cultural, política ou ideológica” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 224).

A manchete da *Folha* representa um caso explicitado de um processo de “ação dirigida”, já que o jornal expõe claramente quem é o agente (“Israel”), que ação efetuou (“bombardeia”) e qual é o objeto da ação (“Beirute”). Já o subtítulo, apesar da ausência de um verbo, pode ser classificado como aquilo que Fairclough denomina de processo de evento, sendo a pergunta principal “o que aconteceu a x (= objetivo)” (2008, p. 224). Nesse caso, a ação seria “matar”, infligida a duzentos libaneses ainda anônimos. O agente responsável por tal ação foi externado abaixo do subtítulo – “Israel”. Assim, é possível deduzir que a *Folha* imputa abertamente a responsabilidade das operações militares na capital do Líbano ao Estado de Israel. Embora exponha também o pretexto dos ataques aéreos – o atentado ao embaixador Shlomo Argov em Londres -, o jornal não omite o número de vítimas fatais em decorrência de tais bombardeios.

No texto chamada, diz a *Folha*: “Em operação qualificada por Israel como represália pelo atentado sofrido por seu embaixador em Londres, aviões israelenses lançaram ontem severos bombardeios contra Beirute, provocando mais de 200 mortes”. Nessa frase, o periódico se vale de um adjetivo qualitativo para caracterizar a densidade dos bombardeios israelenses – “severos”. Em seguida, ao aludir onde as bombas foram lançadas, o redator esclarece: “contra Beirute”. A opção pela preposição “contra” no lugar de “em” pode levar à interpretação de que o inimigo a ser combatido pelas Forças de Defesa de Israel não eram os guerrilheiros palestinos, mas a própria capital libanesa.

Por essa ótica, o inimigo militar dos israelenses era Beirute, a cidade como ser único e tangível. A hipotética escolha de Beirute, em um todo, como adversário de guerra “provocou mais de 200 mortes”, ou seja, a estimativa de vítimas fatais ultrapassa os “duzentos mortos” já citados na manchete principal.

A capa induz a uma ênfase significativa ao lado israelense em detrimento da outra força beligerante no confronto, que seria a OLP. O jornal evidencia, em sua manchete principal e em parcela do texto chamada, o movimento das Forças de Defesa de Israel em direção a hostilidades. Assim, supõe-se que a *Folha* quisesse demonstrar a disparidade de forças entre a OLP e o Exército israelense, visto que poderia ter enfatizado, na manchete, a informação de que Israel apenas respondia à tentativa de assassinato de seu embaixador. Ao invés disso, tal informação foi deixada para o subtítulo e o corpo do texto chamada. De toda forma, o enfoque dado à operação militar, ainda sem nome, seria contrabalançado no fim do mesmo parágrafo do texto chamada, com uma menção sutil à retaliação da OLP: “Por sua vez, forças palestinas atingiram com artilharia e foguetes Katiushas o norte de Israel, matando uma pessoa”.

No caderno “Exterior” (ANEXO II), a *Folha* noticia os relatos iniciais da Primeira Guerra do Líbano, de forma mais elucidativa, em seu subtítulo: “Os bombardeios atingiram posições palestinas em Beirute e no Sul do país, causando a morte de 200 pessoas”.²⁴ Há maior precisão, portanto, de qual seria o verdadeiro objeto de ação (“posições palestinas”), em detrimento da solução editorial optada na capa, que apontava, com algum grau de generalização, a cidade de Beirute como inimigo de guerra. O título da matéria, por sua vez, atribui novamente uma qualificação à intensidade dos bombardeios: “Israel lança ataque *maciço* no Líbano” (grifo nosso). Desse modo, pode se presumir, mais uma vez, a iniciativa do jornal em salientar o poderio bélico israelense frente ao de seus prováveis adversários árabes, sejam libaneses, sejam refugiados palestinos.

Logo abaixo, consta a matéria da *Folha* sobre a incursão israelense baseada no repasse de dados pelas agências de notícias, canais de comunicação imprescindíveis na transmissão de informações sobre eventos jornalísticos distantes. Até a década de 60, de acordo com João Batista Natali, “o noticiário internacional da *Folha* tomava por base os serviços de três agências de notícias, a UPI (United Press International), a AFP (Agence France Press) e AP (Associated Press)” (2015, p. 83). Em 1982, um ano antes da adoção

²⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

dos terminais de computador pelo grupo jornalístico, o processo informativo da editoria de internacional se desenrolava de modo ainda manual:

Por isso, as coisas se passavam da seguinte maneira: na sala dos teletipos, um funcionário apanhava os textos que as agências entregavam por meio de rolos de papel, cortava telegrama por telegrama, com a ajuda de uma régua, e escrevia em cima de cada telegrama, com a caneta esferográfica, o nome da editoria para a qual notícia deveria ser endereçada. A cada cinco ou dez minutos, um auxiliar de Redação apanhava aquele bolo de papel e o transportava até seus destinatários. (NATALI, 2015, p. 91)

Assim, valendo-se dos boletins informativos difundidos pelas agências, o redator, sem se identificar na matéria, estrutura o lide sobre tal fato histórico de modo semelhante à apresentação da notícia pelo texto chamada, presente na capa:

Em uma ação qualificada em Jerusalém como “represália” pelo atentado sofrido por seu embaixador em Londres, aviões, navios e a artilharia israelense lançaram ontem severos bombardeios contra posições palestinas em Beirute e no Sul do Líbano. Na capital libanesa, o fogo atingiu o quartel-general da OLP e acampamento de refugiados densamente povoados – segundo balanço provisório da rádio estatal libanesa, morreram mais de 200 pessoas, entre elas dois soldados sírios. Por outro lado, disparos de foguetes efetuados por forças palestinas contra o Norte de Israel provocaram a morte e ferimentos em três civis.²⁵

O trecho inicial repete a adjetivação do texto chamada quanto os bombardeios – “severos” – e coloca entre aspas simples a rotulação da incursão militar em Beirute como uma “represália”. No campo da análise discursiva, Fairclough ressalta que, para assimilar o significado de um discurso representado - no caso, justificativa oficial de Israel quanto à motivação dos ataques -, a contextualização no discurso representador – a matéria jornalística – se faz necessária (2008, p. 154). As aspas simples podem, para o emissor da mensagem, ter a função de “distanciar a si próprio de uma voz externa” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 154). Ao citar entre aspas tal declaração, há provavelmente desconfiança latente do periódico em confirmar categoricamente uma voz externa.

Além disso, a matéria designa o campo de refugiados palestinos atingido pelas bombas israelenses como “densamente povoado”, acrescentando que as “mais de 200 pessoas” foram mortas justamente em decorrência dessa ofensiva. Portanto, é possível que tais elementos discursivos e lexicais propiciem um tom denunciativo – pelo menos, no primeiro momento – da cobertura noticiosa da *Folha* quanto os primeiros momentos do que seria a Operação Paz na Galileia.

²⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

No corpo do texto, o redator enumera linearmente as regiões do Líbano bombardeadas pelas Forças de Defesa de Israel. Por exemplo: “Os locais mais atingidos foram os acampamentos de Sabra, Shatila e Bourj Al-Barajneh, no centro de Beirute”. Prossegue relatando o cenário caótico em que se encontravam, além de Beirute, as cidades históricas de Nabatieh, Sidon e Tiro. O jornal parece tentar verter em palavras as cenas de destruição material e combate militar reportadas pelas agências de notícias:

Nuvens de fumaça e labaredas fortes cobriram as zonas atingidas. A rádio da Falange disse que quatro depósitos de munições explodiram em Beirute Ocidental, área controlada por muçulmanos. As artilharias palestinas e síria responderam ao ataque, mas nenhum aparelho inimigo foi atingido. Do alto dos telhados, milicianos muçulmanos e palestinos disparavam inutilmente com armas leves contra os F-16 que lançaram balões incandescentes para atrair os mísseis terra-ar guiados pelas emissões de calor.²⁶

Depois de quatro parágrafos dedicados à ofensiva israelense em Beirute e em distintas partes do Líbano, a matéria enfim aludiria à retaliação da OLP e milícias muçulmanas: “Os tiros de artilharia e foguetes Katiushas lançados pelos palestinos mataram uma pessoa na região conhecida como ‘Cabo da Galileia’, uma ponta de terra que penetra o território libanês e feriram três civis em povoados no oeste da Galileia”. No parágrafo seguinte, é retomada a narrativa dos ataques aéreos israelenses às bases palestinas, fornecendo a observação pessoal do correspondente da Reuters:

A artilharia e a aviação israelense efetuaram bombardeios contra posições palestinas próximas de Nabatieh. O correspondente da agência Reuters em Sidon, Nizah Mustafá, descreveu intensa troca de tiros entre unidades navais israelenses e os palestinos nas cidades portuárias de Sidon e Tiro. Segundo ele, a população dessas cidades entrou em pânico à procura de abrigo. Na aldeia de Wadi Al-Akhdar, 15 pessoas foram feridas, disse ele.

A publicação desse relato particular remete a uma idiossincrasia da Primeira Guerra Libanesa que se mostrava ausente em conflitos bélicos anteriores envolvendo o Estado de Israel e seus vizinhos árabes. As condições de produção da notícia existentes em Beirute diferiam totalmente dos demais países árabes e de Israel, uma vez que os jornalistas dispunham no Líbano de uma liberdade de atuação inexistente em áreas onde ainda prevalecia a censura militar, como atesta Robert Fisk, então correspondente do jornal britânico *The Independent* no país:

Todos nós percebemos que seria uma guerra sem precedentes. Não havia censura militar em Beirute. Pela primeiríssima vez, a imprensa ocidental iria trabalhar em *ambas* as pontas da linha do front em uma guerra árabe-

²⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

israelense – e os jornalistas estrangeiros em Beirute teriam mais liberdade para contar a verdade do que seus colegas em Israel. Em conflitos passados, correspondentes em Jerusalém e Tel Aviv haviam participado em incursões na zona de guerra conduzidas por oficiais de imprensa do Exército israelense. Jornalistas haviam observado a guerra a partir do lado de Israel, enquanto seus pares nas capitais árabes – no Egito ou na Síria – eram tratados como espiões, trancados em hotéis de luxo e recebendo uma dieta de declarações governamentais desonestas. Agora não. Nenhum censor para estrangeiros ganhou assento em escritórios governamentais em Beirute. (FISK, 2007, p. 284)

Consequentemente, a prevalência da liberdade de expressão – em especial, para os correspondentes estrangeiros em Beirute – suscitou nos profissionais de imprensa das agências de notícias a determinação em divulgar informações que podiam contrariar o *establishment* israelense ou libanês. A declaração pessoal, sem relativizações, do correspondente da Reuters quanto o desespero dos civis libaneses sob fogo israelense reafirmaria o caráter de maior independência da imprensa quanto ao poder consolidado, no caso, pelo Estado de Israel como fonte única de informação. Embora haja, segundo estudiosos da comunicação, uma aproximação dos órgãos de imprensa das correntes ideológicas dominantes em uma sociedade, como aponta o linguista Teun Adrianus van Dijk, restam brechas dentro das grandes empresas jornalísticas para a contestação, ainda que moderada, de estruturas convencionais de poder:

Os pesquisadores responsáveis por estudos críticos sobre a mídia destacam o fato de que, devido a sua socialização e pertencimento a uma classe, os jornalistas tendem a reproduzir ideologias dominantes da elite. No entanto, argumenta-se também que os jornalistas são críticos em relação aos políticos e às empresas dominantes e que nem sempre compartilham as ideologias dessas elites. Apesar dessas contradições, assumimos com os teóricos críticos que as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas dominante, mesmo quando há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais. (VAN DIJK, 2008, p. 74)

A opção da *Folha* em mencionar uma experiência pessoal de um jornalista *in loco*, ou seja, fugindo à mera apresentação do factual, bem como todo o conjunto de demarcadores textuais que indicam a opção editorial pela denúncia da invasão israelense sem grandes reservas, induzem à crítica indireta dos redatores quanto à guerra, ainda que sem romper radicalmente com ideologias dominantes. Afinal, o poder político e militar israelense e o status de principal aliado geopolítico no Oriente Médio da maior potência do planeta – Estados Unidos – poderiam condicionar o periódico à adesão imediata às versões vendidas pela parte judia do confronto, o que não aconteceu.

A matéria também dedica um espaço substancial – dois parágrafos e meio – à resposta de representantes da OLP quanto à ofensiva israelense e à acusação do

envolvimento da organização no atentado ao embaixador israelense em Londres. Já a explicação oficial israelense para o início das operações militares foi explicitada em apenas uma frase: “O ministro das Relações Exteriores, Yitzhak Shamir, responsabilizou a Organização de Libertação da Palestina pelo atentado”.

Constam ainda as posições do governo libanês, norte-americano e egípcio frente à iminente escalada militar no país. A matéria adverte que o Líbano denunciou a invasão israelense ao Conselho de Segurança da ONU, e apresenta a fala do primeiro-ministro Chafik Wazzan: “O primeiro-ministro libanês disse que ‘a brutal agressão israelense contra o Líbano não tem justificação nenhuma. É ilógico que o Líbano seja atacado decorrência do ocorrido em terceiros países’”. Com essa citação literal, usando o discurso direto para “construir ou mostrar o discurso representado”, (FAIRCLOUGH, 2008, p. 154) estaria aludindo à absorção inevitável da população civil libanesa no já duradouro conflito entre Israel e os palestinos – e seus respectivos aliados geopolíticos - quando se refere a “terceiros países”. Na verdade, a presença paramilitar palestina em território libanês, legalizada pelo Acordo de Cairo de 1969²⁷ e passível de repostas israelenses, fomentava um ressentimento da população civil, visto que, segundo o historiador Georges Corm, diferentes lideranças libanesas já haviam alertado sobre a “necessidade de não expor o sul do Líbano à ganância israelense” (2006, p. 130).

Além da matéria, a edição da *Folha* comporta a coluna do correspondente do jornal em Nova York, Paulo Francis, sobre o pretexto apresentado para a invasão israelense e as múltiplas definições de terrorismo existentes. Sua coluna é constituída de elementos textuais que a configurariam no gênero jornalístico da crônica, como explica o linguista francês Patrick Charaudeau:

O *editorial* e a *crônica* têm, ao mesmo tempo, características do “acontecimento comentado”, o que os coloca no meio do eixo horizontal, e de um engajamento relativamente livre da instância midiática, o que os coloca no alto do eixo vertical. Para esses dois gêneros, trata-se de trazer um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto os acontecimentos culturais mais recentes (lançamentos de um filme, de uma peça de teatro, de um livro etc.). Com isso, o autor do editorial ou da crônica pode reivindicar o direito à

²⁷ Ramez Maalouf explica que a assinatura do Acordo de Cairo de 1969, firmado entre o governo libanês e a OLP e mediado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, visava “liberar o território sul-libanês para o enfrentamento com os israelenses” (p. 206). O autor acrescenta, porém, o efeito colateral desse acordo: “O Líbano (que estivera ausente nas Guerras de Suez (1956) e dos Seis Dias (1967) e, por isso mesmo, foi o único vizinho de Israel a não sofrer perdas territoriais) seria obrigado a dar sua cota de sacrifício para a ‘causa árabe’, o que quer que isso significasse. Tal Acordo representaria uma ‘sentença de morte’ para o Líbano, dado seu delicado equilíbrio político-confessional e poder descentralizador. O território libanês se converteria aos poucos num campo de batalha das guerras árabe-israelenses, principalmente dos conflitos palestino-israelenses”. (MAALOUF, 2011, p. 205)

personalização do ponto de vista e mesmo à subjetividade. (2006, p. 235, grifo do autor)

Espaço para a manifestação livre da opinião, externando uma série de escolhas discursivas e lexicais próprias, a crônica de Francis não foge à acepção de Charaudeau. O jornalista inicia o texto, intitulado “Atentado foi o pretexto”, em tom de deboche: “Atiraram num embaixador israelense no hotel Dorchester, em Londres, que caiu muito de qualidade, pois era outro o tipo de hóspedes anos atrás”. Sem chegar a desmerecer explicitamente o atentado, o colunista demonstra antipatia ante a figura do embaixador Shlomo Argov por algum motivo não exposto, embora a carência de justificativas – Francis sequer menciona o nome do embaixador – leve à apreensão de que seu despeito se explicaria pela única característica atribuída ao personagem na frase: “israelense”.

Além disso, Francis apela para a forma de intertextualidade conhecida como metadiscocurso na expressão “o tipo de hóspedes”. No metadiscocurso, de acordo com Fairclough, “o produtor do texto distingue níveis diferentes dentro de seu próprio texto e distancia a si próprio de alguns níveis do texto, tratando o nível distanciado como se fosse um outro texto, externo” (2008, p. 157). Dito de outro modo, o autor se coloca em uma posição distanciada em relação ao “tipo” de personagem delineado em seu discurso, implicando, em sua fala, uma situação de superioridade e até desprezo.

No parágrafo seguinte, prossegue Francis quanto às consequências do atentado em Londres, até aquele momento sob investigação da polícia inglesa:

O atentado serviu de pretexto para mais um bombardeio israelense do Líbano. Como sempre, segundo a mídia, o bombardeio é executado com bombas mágicas, pois somos informados que só guerrilheiros palestinos são alvos, e não os miseráveis refugiados palestinos, que vivem com 35 centavos americanos ao dia de subsídio da ONU, ou o povo libanês, que nada tem a ver com a pendenga israelense-palestina.²⁸

Nesse trecho, o autor elenca um conjunto de elementos textuais para não apenas externar sua indignação com as crises humanitárias decorrentes do ininterrupto conflito árabe-israelense, como também fazê-la de forma carregadamente irônica ao sugerir que as bombas lançadas pelas Forças de Defesa de Israel são “mágicas” e “só guerrilheiros palestinos são alvos”. O recurso da ironia, como pondera Fairclough, ocorreria quando “há uma disparidade entre o significado a que estou dando voz, para assim dizer, ao ecoar seu enunciado, e a função real do enunciado, que expressar algum tipo de atitude negativa sobre seu enunciado” (2008, p. 158). Nesse ponto em particular, Francis

²⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

ironiza o papel da mídia – provavelmente, a norte-americana, a que tem acesso – em ignorar os “danos colaterais” da guerra: destruição material e morte de civis.

A partir de então, reiterando o teor irônico de suas palavras, Francis expande a crítica à incursão israelense no Líbano para o exame conceitual do que seria concebido como terrorismo naquela época: “Há terrorismo palestino, artesanal, e terrorismo estatal, o israelense. E há, claro, terrorismo estatal soviético, para que os anticomunistas não se sintam lesados, ou argentino, para que os liberais brasileiros idem”. O colunista parece tanto querer categorizar as interpretações possíveis do que seria “terrorismo”, como enfatizar a simples existência de apreensões variadas para o termo a bel-prazer da ideologia do interlocutor. Para isso, recorre à perspectiva intertextual de pressuposição para aludir a informações previamente identificáveis pelo leitor. Fairclough atenta que a pressuposições são “proposições que são tomadas pelo produtor do texto como estabelecidas ou ‘dadas’ [...], e há pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso” (2008, p. 155). No trecho citado, o autor pressupõe que exista um terrorismo palestino, israelense, soviético e argentino, e o leitor poderá os reconhecer.

O conceito difuso de “terrorismo”, como percebe Paulo Francis, está sujeito a interpretações infindas de acordo com o campo ideológico em que transita o enunciador do termo. As múltiplas definições discerníveis de “terrorismo” são objeto de estudo sistematizado do filósofo italiano Domenico Losurdo. O autor, em contraposição ao terrorismo individual, explica a modalidade de “terrorismo de massa”:

Até agora nos ocupamos do terrorismo que tem por alvo um único individual ou um grupo bem determinado de indivíduos, mesmo se depois, no decorrer da ação, acabe provocando “danos colaterais”. Passemos agora ao terrorismo de massa propriamente dito. De imediato, o pensamento vai para o morticínio do 11 de setembro. Há precedentes históricos? Se por terrorismo de massa entendermos o desencadeamento da violência contra a população civil com o intuito de alcançar determinados objetivos políticos e militares, devemos dizer que na história o evento mais clamoroso dessa forma horrível de violência foi o aniquilamento nuclear de Hiroshima e Nagasaki. (LOSURDO, 2010, p. 21)

Convém também lembrar as palavras originais de Samuel Huntington, em seu clássico *O Choque de Civilizações*, sobre terrorismo e a suposta relação confrontante entre o Ocidente e o Islã: “Nessa quase-guerra, cada lado capitalizou sobre suas próprias forças e as fraquezas do outro lado. Do ponto de vista militar, ela tem sido sobretudo uma guerra de terrorismo *versus* poder aéreo” (2010, p. 272). Huntington, segundo a opinião do filósofo italiano, “considera plenamente legítimos os bombardeios mais indiscriminados feitos por aviões de um exército regular” (LOSURDO, 2010, p. 28).

Losurdo acrescenta: “Às vezes os próprios países dotados de um imponente aparato militar, e sempre prontos a rotular o terrorismo de suas vítimas, recorrem ao terrorismo” (2010, p. 28). Dito de outro modo, se o intuito da prática terrorista é infligir o máximo de violência a populações civis com fins políticos e militares, os bombardeios indiscriminados de exércitos regulares também configurariam atos terroristas.

O terrorismo de massa, esmiuçado por Losurdo, remeteria ao que Francis apelida de “terrorismo estatal” em sua coluna. Da mesma forma, o terrorismo individual – “a arma dos fracos”, pela visão ideologizada de Huntington²⁹ – corresponderia ao “terrorismo artesanal palestino” de Francis. O colunista da *Folha* comprehende que o terrorismo artesanal resulta da “anarquia” e parece justificar esse instrumento de enfrentamento político-militar como legítimo, como ele alerta, “em face de um mundo polarizado (até certo ponto) por duas superpotências tirânicas, os EUA e a URSS”:

Esse tipo de terrorismo artesanal vai aumentar e sempre, enquanto o mundo capitalista for vítima e profiteur da cobiça e da – desculpem a expressão grosseira – prisão de ventre em face dos miseráveis, enquanto no mundo ridiculamente chamado de “socialista” surgirão mais e mais movimentos como o Solidariedade na Polônia.³⁰

Sem deixar de recorrer novamente à ironia – a “prisão de ventre” que acomete o mundo e o advérbio “ridiculamente” para designar o caráter socialista dos países do Leste Europeu -, Francis defende o direito à resistência dos povos submetidos a “diferentes graus de tirania”, podendo exercê-lo por intermédio do terrorismo artesanal. No contexto da Primeira Guerra do Líbano, embora não renegue a rotulação das atividades paramilitares da OLP como uma modalidade real de terrorismo, o autor se posiciona simpaticamente à rebelião palestina contra o “terrorismo estatal” israelense. Por essa visão do terrorismo como recurso de populações oprimidas, Losurdo reafirmaria: “Historicamente, à preponderância dos invasores os povos invadidos (em primeiro lugar, os povos coloniais) responderam procurando desenvolver formas de resistência suscetíveis de tirar do jogo a superioridade militar e tecnológica do inimigo.” (2010, p. 38). O autor aplica esse pensamento à realidade palestino-israelense:

E quando, em consequência da desproporção das forças em campo, toda ação de resistência implica quase sempre a morte – como acontece em particular no âmbito do conflito entre Israel e palestinos -, de fato, para o povo

²⁹ HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations?* In: “Foreign Affairs”. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations> Acesso em: 16 de Abril de 2015.

³⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

submetido à ocupação militar, coloca-se uma alternativa seca e trágica: capitulação ou o recurso a comandos suicidas. (LOSURDO, 2010, p. 38)

Passado o primeiro dia de ataques aéreos a Beirute, o conflito entre Israel e Líbano volta a ser manchete principal na capa da *Folha de S. Paulo* dois dias depois, na edição de **7 de Junho**.³¹ Ao estilo da manchete anterior, a dimensão linguística da transitividade é aplicada em um processo de “ação dirigida” bem semelhante ao da capa anterior: “Forças de Israel invadem o Líbano” (ANEXO III). Na oração transitiva, há o agente (“Forças de Israel”), a ação (“invadem”) e o objeto (“o Líbano”). O periódico estaria lançando mão, mais uma vez, de uma “ação dirigida” possivelmente a fim de transmitir uma impressão pregnante ao leitor, dado o grau de noticiabilidade do fato.

O subtítulo, contudo, exprime outra qualidade enunciativa peculiar: “A vasta operação contra a guerrilha encontra reação palestina e síria”. A transitividade, que já foi explicitada na manchete, se torna o que Fairclough entende por nominalização, isto é, “a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de por o processo em si em segundo plano – o tempo e a modalidade não são indicados – além de usualmente não especificar os participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos”. (2008, p. 223). A nominalização, segundo o linguista, “pode ser abstrata, ameaçadora ou mistificadora para pessoas leigas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 223). Portanto, o conjunto de ações de guerra conduzidas pelo Exército israelense, com suas particularidades e consequências, foi resumido nominalmente em “vasta operação contra a guerrilha”, enquanto, do lado inverso, a resposta armada da OLP e da Força Árabe de Dissuasão síria se reduziu a “reação palestina e síria”. Nesse caso, contudo, é compreensível que tal redução tenha se dado pelo espaço gráfico limitado, próprio a um subtítulo.

No caderno “Exterior”,³² título – “Israel ataca Líbano por terra, ar e mar” - e subtítulo – “A ordem de Beguin é para aniquilar militarmente os palestinos até 40 km ao norte da fronteira” (ANEXO IV) - da matéria se valem de uma seleção lexical que provavelmente desagradaria o eventual leitor pró-israelense. Os enunciados optam por marcadores contundentes para evidenciar a supremacia bélica das Forças de Defesa de Israel ante o inimigo no campo de batalha. A edição apresenta um Líbano envolto por um invasor que o *ataca* – o uso do verbo “atacar”, por si só, se distancia de qualquer aspiração de eufemismo - por todas as frentes (“por terra, ar e mar”), capaz de

³¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, 7 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185706> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

³² A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, caderno “Exterior”, 7 de Junho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185754> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

condicionar um país soberano a um cerco atroz. Na situação seguinte, o jornal afirma literalmente que a ordem do primeiro-ministro israelense é “aniquilar militarmente os palestinos”, ou seja, sem explicar de modo claro que os “palestinos aniquilados” seriam combatentes de uma organização paramilitar, a edição supostamente antecipa que Begin ordenara o morticínio de parcela significativa dos mais de 350 mil palestinos habitantes no Líbano até então, o que consistiria obviamente um genocídio sem precedentes.

Tanto o texto chamada na página, como a matéria propriamente dita, começam com a mesma frase: “Tropas israelenses invadiram o Sul do Líbano com ordens do primeiro-ministro Menachem Begin para destruir as concentrações militares palestinas até a distância de 40 km da fronteira”. Esse lide, que sintetiza com eloquência o objetivo político israelense, precede o aviso de que o Exército israelense emprega “cerca de 20 mil soldados, blindados, aviões e forças navais” e anuncia que aquela seria “a maior operação bélica desencadeada por Israel na região desde 1978”. O texto também adverte que “a ofensiva israelense ultrapassou áreas pelas forças de paz da ONU (Finul) e entrou em choque com unidades do exército sírio”.

Nesse primeiro parágrafo, portador do lide da notícia, todas as informações fornecidas no decorrer do texto são prontamente condensadas. Tal estilística, inerente ao discurso jornalístico contemporâneo, se enquadra no já assimilável modelo de “estrutura de relevância”, na qual a informação mais proeminente recebe posição de destaque na colocação de parágrafos e orações (VAN DIJK, 1996 *apud* CAVALCANTI, 1999, p. 303). Por meio dessa estrutura, de acordo com Cavalcanti (1999), dá-se a organização de cada categoria semântica do discurso: “ação principal, personagens principais, outros participantes, propriedades dos participantes principais, propriedades do evento (tempo, lugar, circunstâncias), razões, consequências, condições, contexto, história [...]. A autora acrescenta que o tratamento do texto ocorre em ordem decrescente de relevância.

Baseado na estrutura de relevância, o jornal começa a narrar o início da invasão israelense abordando as relações entre Israel e Síria, país árabe historicamente hostil ao Estado judeu, e o agravamento da rivalidade geopolítica entre duas potências regionais em decorrência da um novo contato direto de suas respectivas Forças Armadas pela primeira vez após a Guerra do Yom Kippur (1973):³³

³³ Conforme explica André Gattaz (2003), a Guerra do Yom Kippur, também referida como Guerra do Ramadã, foi concebida e iniciada pelo então presidente do Egito, Anwar al-Sadat, com o objetivo de provocar uma crise energética pela alta do preço do barril de petróleo e, assim, aumentar o poder de barganha dos países árabes com os EUA. “O plano egípcio visava atravessar o canal de Suez e controlar sua margem oriental, ao mesmo tempo em que a Síria efetivava uma ofensiva em Golã para atrair as

Em telegrama enviado ao presidente norte-americano Ronald Reagan, o primeiro-ministro Beguin justificou a ação como necessária para proteger os habitantes da Galileia e garantiu que as forças sírias não seriam atacadas não seriam atacadas. Mas oficiais de Damasco afirmaram que os 30 mil soldados sírios integrantes da Força Árabe de Dissuasão (FAD) têm ordens para se oporem ao ataque israelense, o que começou a ocorrer ontem. O comando militar da capital da capital síria divulgou um comunicado afirmando que “as forças invasoras israelenses no Sul do Líbano avançaram até nossas posições e passaram a bombardeá-las”, tendo início a troca de fogo de artilharia entre os dois lados. De acordo com o comunicado, os disparos de canhões israelenses foram feitos a partir dos subúrbios das localidades de Hasbaya, Jarmaq e Barghout, desde o anoitecer.³⁴

É interessante a observação de que, antes a qualquer referência à continuidade da destruição material e às perdas humanas ocorridas dentro do Líbano, o jornal elenca, em primeiro lugar, a iminência de um confronto quente entre terceiros países – Israel e Síria. A preocupação especial pode se respaldar no receio de que esse confronto se agravasse a ponto de envolver as duas superpotências da Guerra Fria. O jornalista inglês Robert Fisk informa: “Se os sírios se envolvessem na guerra, provocaria uma crise entre a União Soviética e os Estados Unidos; porque [...] o Tratado de Amizade entre a União Soviética e a Síria era considerado inviolável” (2007, p. 287). Além disso, o jornal mostra o desmentido da promessa oficial de Begin de que Israel não entraria em atrito com as forças sírias. Fisk também confirmou o choque entre os dois exércitos estrangeiros: “Nessa noite, os israelenses começaram a disparar contra os sírios. A rádio de Damasco anunciou que tropas sírias no Líbano estavam em ‘ contato direto’ com o exército invasor em algum ponto ao sul de Sidon” (FISK, 2007, p. 291).

Em seguida, com preferência clara por orações diretas, a matéria relata as três frentes de deslocamento das tropas em território libanês e a primeira declaração do porta-voz israelense Dan Meridor quatro horas após o começo do ataque. A operação militar se chamaria então “Paz na Galileia”, em referência ao objetivo inicial de salvaguardar a segurança dos moradores dessa região ao norte de Israel. A opção semântica utilizada por Israel valeu a ironia de Robert Fisk: “Não era uma agressão, fomos informados, meramente uma ação defensiva para garantir a paz. Guerra e paz; com que facilidade os israelenses associavam essas duas palavras” (2007, p. 283).

forças israelenses. O avanço inicial sírio teve sucesso, mas o contra-ataque israelense logo se mostrou mais eficiente: Israel atravessou o Canal e estabeleceu uma cabeça-de-ponte em sua margem ocidental, ao mesmo tempo em que expulsou os sírios das montanhas de Golã” (GATTAZ, 2003, p. 155). Em resposta à retaliação israelense, os países árabes decretaram boicote de petróleo aos apoiadores de Israel, o que obrigou os EUA a imporem um cessar-fogo, que encerrou o conflito, mas não resolveu a situação.

³⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, caderno “Exterior”, 7 de Junho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185754> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

Em outra matéria na mesma página, mais descriptiva quanto às ações armadas atribuídas a israelenses e palestinos, o redator emprega itens lexicais próprios à prática militarista: “alvo”, “varrer”, “ofensiva”, “combates”, “bombardeios”, “invadiu”, “derrubou”, “capturou”, “aparelho”, “avançam” e “desmilitarizada”. Nesse ponto, convém aludir ao princípio, caro a Fairclough, de interdiscursividade, sugerindo que os “discursos são constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso” (2008, p. 159). “Um discurso é um modo particular de construir um assunto [...]. É útil, nesse sentido, escolher termos para discursos particulares que designam não só a área relevante de conhecimento, mas também o modo particular como ela é constituída” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 164). Nessa matéria, tal qual em qualquer texto de cobertura de guerra, o discurso jornalístico tradicional se agrega a elementos particulares que o associam à representação de um discurso técnico-militar. Esse modo de construção discursiva, composta por expressões basilares do meio militar, se tornaria um padrão no jornal.

Em sua coluna opinativa, intitulada “Reagan é desmoralizado pelo governo de Beguin”, Paulo Francis reitera sua oposição à incursão israelense quando diz que Israel “rasgou mais uma vez a carta da ONU” e tem a “intenção – antiga - de anexar o Sul do Líbano”. De fato, a afirmativa de Francis tem procedência historiográfica, antecedendo a própria fundação do Estado de Israel, em 1948. A cientista política Cathy Sultan (2008) lembra que, ainda na década de 30, as organizações sionistas na Europa previam que o Lar Nacional Judeu na Palestina deveria se estender até a margem sul do rio Litani. Após a Guerra de Independência, as Forças Armadas israelenses chegaram a planejar uma ocupação do Líbano até o Litani. O acesso à água é um problema histórico do Estado judeu, sendo este um dos focos do conflito com os palestinos (2008, p. 77). “Imediatamente após a invasão de 1982, o Exército israelense estacionou dois batalhões ao longo da costa nordeste do Lago Karaoun (no Vale de Bekaa) e apreendeu os mapas hidrográficos e documentos relacionados ao rio Litani” (SULTAN, 2008, p. 80).

Partindo dessa interpretação, Francis associa a Operação Paz na Galileia a um projeto geopolítico amplo por parte de Israel e refuta o pretexto do atentado contra o embaixador Shlomo Argov: “A polícia inglesa, até o momento, tem 5 suspeitos e em momento algum acusou a OLP de responsabilidade, que é negada pela OLP. Mas isso pouco importou a Beguin e Sharon, ministro da Defesa”. Na verdade, o atentado em Londres foi de autoria do grupo palestino liderado por Abu Nidal, arqui-rival da OLP e apoiado pelo regime iraquiano de Saddam Hussein (MAALOUF, 2011, p. 270). Depois,

Paulo Francis conclui: “Levando em conta a esmagadora superioridade militar israelense no Oriente Médio, o crédito que se deve dar a esse pretexto dispensa comentários”. Além do adjetivo “esmagadora” a fim de transmitir intensidade, a frase remete novamente ao recurso de pressuposição, já que, dadas relações intertextuais prévias, o autor referencia a supremacia bélica de Israel como uma obviedade da qual o leitor já devia estar ciente.

O tom irônico, típico de Francis, se manifesta novamente em toda a coluna nas críticas às ligações dúbias entre Israel e os EUA. Francis debocha da carta do presidente republicano Ronald Reagan a Begin e os líderes árabes – “Haverá alguma coisa errada com os telefones da equipe presidencial, ou com os telexes?” -, desqualifica o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig – “cuja incompetência desconhece limites” – e utiliza o termo “sic” após citar cada fala que considera absurda dos diferentes atores políticos evocados no texto.

Francis também questiona o papel dos EUA no conflito árabe-israelense comparando com a posição formal da Casa Branca na Guerra das Malvinas:

Os argentinos haviam solucionado pela força uma disputa territorial com a Inglaterra. E o que é Israel se não a vitória da força sobre os palestinos e árabes em geral? [...]. Israel, em miúdos, transformou a carta da ONU num farrapo, com endosso dos EUA. O desprezo de Israel pelo governo dos EUA também parece desconhecer limites. Quando Reagan está em Versalhes, tentando projetar uma imagem de líder do Ocidente, Beguin e Sharon o desmoralizam totalmente violando todas as leis internacionais e colocando o mundo árabe de novo em face de revoluções, no mundo feudal, que não sabe como reagir com Israel, já que depende dos EUA e aliados.³⁵

Novamente pelo artifício da nominalização – “uma disputa territorial”, “a vitória da força”, “o desprezo de Israel” -, Francis desenha um Estado judeu imbatível, cujo poder de influência lancinante se sobreporia ao de seu maior financiador: Estados Unidos da América. De toda forma, o colunista evidencia a complexidade das relações estabelecidas entre os dois países após a Guerra dos Seis Dias (1967). Como aponta André Gattaz, os EUA procuravam a Inglaterra no controle das reservas petrolíferas no Oriente Médio, mas o pan-arabismo³⁶ – movimento político que defendia a união de todos os países árabes para fazer frente ao Ocidente – representou um obstáculo até a Guerra dos Seis Dias, quando Israel invadiu territórios do Egito, Síria e Jordânia e

³⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, caderno “Exterior”, 7 de Junho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185754> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

³⁶ NASSER E O PAN-ARABISMO. Géledes, 8 de Abril de 2014. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/acontecendo/noticias-mundo/africa/779-nasser-e-o-pan-arabismo> Acesso em: 8 de Junho de 2015.

minou o poder dos nacionalistas árabes (2003, p. 150). Em consequência, foi supracitado o apoio norte-americano a Israel como “a única potência pró-ocidental confiável no Oriente Médio” (CHOMSKY, 1983 *apud* GATTAZ, 2003, p. 150).

Quando Francis enfatiza que “o desprezo de Israel pelo governo dos EUA também parece desconhecer limites”, atenta indiretamente para os benefícios dispostos a Israel por sua condição de aliado norte-americano privilegiado em uma região estratégica. Portanto, além dos interesses unilaterais da política externa norte-americana, o próprio Estado de Israel usufruiu desse favorecimento para tomar posições independentes de seu patrocinador. O filósofo Noam Chomsky adverte que Israel conta com o forte lobby sionista dentro dos EUA, constituído, não só pela comunidade judaica, mas por “grandes setores da opinião liberal, da liderança dos sindicatos, de fundamentalistas religiosos, de ‘conservadores’ que apóiam um poderoso aparato militar de Estado” (GATTAZ, 2003, p. 151). Por conseguinte, Israel seria receptor privilegiado da ajuda econômica e militar norte-americana – “entre os anos de 1978 e 1982, Israel recebeu 48% de toda a ajuda militar e 35% de toda a ajuda econômica norte-americana destinada aos países do mundo inteiro” (GATTAZ, 2003, p. 151).

A edição também publica um mapa do Líbano ilustrando as posições dos diferentes agentes políticos em território libanês, além de um informe chamado “Um país marcado pela agressão e violência”. Nesse breve texto, o jornal esclarece o leitor leigo sobre o assunto em questão abordado pela editoria de internacional. Traçando um panorama histórico, demográfico e sociopolítico do sul do Líbano – região, segundo o texto, “com 800 mil habitantes e tradicionalmente subdesenvolvido e de economia essencialmente agrícola” - o informe parte de 1968, ano do início das operações militares israelenses no Líbano contra bases palestinas, e descreve as distintas facções confessionais atuantes no país desde a Guerra Civil de 1975-76.

O texto se baseia na pesquisa do “Banco de Dados” da *Folha*, composto, de acordo com João Batista Natali, por recortes de comentaristas ou estudiosos, relatórios de organismos internacionais e entidades defensoras dos direitos humanos e discursos ou declarações de chancelarias estrangeiras (2015, p. 90). O compilado desse material de arquivo propicia à Redação a difusão de publicações especializadas. Essa estratégia de elucidação do leitor remete ao de “exigência da inteligibilidade”, conceito aplicado à esquemática discursiva da imprensa por Charaudeau (2006). Segundo o linguista, a inteligibilidade na produção jornalística se aplica ao comentário do acontecimento, esclarecendo o porquê e o como das notícias, como no caso do mapa e

do Banco de Dados. “Manifesta-se em determinados elementos da paginação (novamente pelas molduras, pelos gráficos etc.), mas particularmente pelas formas textuais que se apresentam como comentários (editoriais, crônicas, análises etc.)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 233).

O primeiro editorial da *Folha* tratando da Primeira Guerra do Líbano, intitulado “Mais uma vez, o Líbano”,³⁷ foi publicado na edição de **9 de Junho** (ANEXO V). Em um texto não assinado, o editorial atenta para o grau de “penetração territorial que já levava os combates praticamente aos subúrbios de Beirute”. O texto parece simplificar as questões geopolíticas em jogo ao considerar que as consequências políticas e militares da operação são “de fácil diagnóstico”. Segundo o editor, “o mundo muçulmano, dividido pela prolongada guerra entre o Irã e o Iraque, reconstrói por algum tempo a bandeira da solidariedade à OLP”. Todavia, observava-se na prática, a partir de meados dos anos 70, a agravada desunião entre os países árabe-muçulmanos e a prevalência dos interesses particulares. Georges Corm (2006) confirma que a Liga Árabe perdia sua eficácia na solução de conflitos internos, enquanto, paralelamente, a OLP projetava um nacionalismo propriamente palestino, distante do ideal histórico de unidade árabe.

Em seguida, o editorial reitera a opinião já proferida pelo colunista Paulo Francis quanto à posição desfavorável dos EUA em hesitar na condenação de seu aliado estratégico pelos bombardeios em Beirute. Ao mesmo tempo, acerta ao sugerir que Begin “reforça a imagem de intransigência que lhe renderá certamente frutos nas bocas de urna”. De fato, a política de expansionismo territorial aplicada pelo direitista Begin – além da guerra no Líbano, a proclamação de Jerusalém como capital una e indivisível de Israel, a anexação das Colinas de Golã e o ataque à central nuclear Osirak, no Iraque – foi crucial para sua reeleição em Junho de 1981, apesar da inflação de 130% dentro de Israel (MAALOUF, 2011, p. 265).

Quanto ao lado palestino, a opinião formal do periódico é de que a guerra no Líbano fortaleceria as correntes dentro da OLP que pregam “o terrorismo puro e simples”, recorrendo à nominalização ao não explicitar o que seria um “terrorismo puro e simples”. O editorial enfim menciona a “inevitabilidade da existência de Israel” e diz que o povo judeu tem “incontestavelmente direito” a fronteiras israelenses “seguras e internacionalmente reconhecidas”, o que endossaria a solução, originalmente proposta pela ONU em 1948, de dois Estados independentes – um israelense e um palestino.

³⁷ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.425, caderno “Opinião”, 9 de Junho de 1982, p. 2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/09/2//4186210> Acesso em: 19 de Abril de 2015.

Convém observar, nesse breve texto, a seguinte frase: “O Itamarati tem razão ao lamentar que as operações ora em curso interrompam o cessar-fogo recomendado pelo Conselho de Segurança”. A mesma edição divulga ainda uma nota comunicando que o presidente brasileiro João Figueiredo enviou um telegrama ao presidente libanês Elias Sarkis, declarando-se “profundamente consternado pela invasão e imposto às populações de civis do país irmão”. A concordância editorial da *Folha* para com a avaliação formal do governo brasileiro comprova um alinhamento do jornal com o discurso proferido pelas esferas do poder institucional.

Tal constatação demonstra o papel dos meios de comunicação na produção e reprodução das estruturas de poder: “A decisão sobre o que vale ou não ser noticiado baseia-se em critérios que conferem a pessoas, organizações e países da elite preferencial à mídia, reconhecendo e legitimando, assim, o poder dessa elite” (VAN DIJK, 2008, p. 74). Portanto, a veiculação de notícias diárias sobre a guerra, bem como a abordagem do fato jornalístico por um viés em acordo ao discurso estatal, corroboram com status do jornal como ente constituinte das esferas de poder. “Dessa forma, ao invés de serem um simples porta-voz da elite, os meios de comunicação também mostram que são uma parte inerente da estrutura de poder societal, cuja dimensão simbólica administram” (VAN DIJK, 2008, p. 74).

No caderno “Exterior”,³⁸ a estilo das edições anteriores, o título consiste em uma ação dirigida, demarcando o agente da ação: “Exército israelense avança sobre Beirute” (ANEXO VI). Na matéria principal, o lide expõe a voracidade das Forças de Defesa de Israel em tomar o território libanês em função de cinco dias: “As forças israelenses que invadiram o Líbano na madrugada de domingo já ocuparam praticamente toda a costa sul libanesa e avançam sobre Beirute”. Pela estrutura de relevância, o jornal ressalta, embora com menos ênfase que na outra edição, os choques entre forças israelenses e sírias, divulgando boletins oficiais de quantas aeronaves foram abatidas por cada lado. Nesse ponto, o subtítulo da matéria é “Sírios combatem”, uma ação não-dirigida sem objeto explícito, possivelmente salientando a condição retaliatória em que se via a Força Árabe de Dissuasão frente os bombardeios por ar e terra em Beirute e Jezzine.

A partir do segundo subtítulo, intitulado “Avanço fulminante”, o periódico deixa de lado o enfrentamento sírio-israelense e aborda a ocupação gradual do Líbano pelo Exército invasor por meio de escolhas lexicais que atestam continuamente não só a

³⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.425, caderno “Exterior”, 9 de Junho de 1982, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/09/2//4186264> Acesso em: 19 de Abril de 2015.

supracitada assimetria bélica de Israel, como a suposta arbitrariedade com que desfechava seus bombardeios, a começar pelo adjetivo “fulminante”. A matéria adverte que as cidades portuárias de Tiro e Sidon, bases palestinas históricas, estavam “desertas e em chamas”, e os guerrilheiros “ainda resistem ao assédio israelense”.

No parágrafo seguinte, a ordem da frase parece inferir que o número extra-oficial de mortos em Sidon, contido na segunda oração, dispõe de mais credibilidade que o fornecido pelos israelenses: “Fontes militares de Jerusalém disseram que entre 50 e 60 guerrilheiros foram mortos durante os bombardeios de Sidon, mas a rádio Beirute informou que ‘centenas’ de pessoas morreram ou ficaram feridas”. Outros enunciados, como a menção aos “inúmeros cadáveres jogados pelas ruas de Sidon” ou a afirmação de que a cidade de Damour foi “violentamente bombardeada”, reiteram o espírito crítico da *Folha* quanto à magnitude dos ataques israelenses, enquanto dedicou, em toda matéria, apenas um parágrafo de uma frase para as represálias dos guerrilheiros, aludindo a um caça Skyhawk derrubado pela defesa antiaérea da OLP.

Em outra matéria, o enfoque foi para a condenação da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher à invasão israelense, defendendo a “integridade territorial libanesa”. A posição preponderante dessa declaração na matéria provavelmente se dá por seu caráter atípico, visto que Thatcher, política conservadora e aliada ferrenha dos EUA, se dissociou da tradicional posição de Washington de suporte imediato a Israel. Sob o prisma geopolítico, essa rejeição à ação israelense se justificaria pela venda de armas pelo Estado judeu à Argentina durante a Guerra das Malvinas, conflito ainda em curso e que infligia baixas a Marinha Real Britânica (MAALOUF, 2011, p. 271).

O texto ressalta ainda o pronunciamento das mais diversas personalidades políticas – Papa João Paulo II, o presidente cubano Fidel Castro, o chanceler iraniano Ali Akbar Velayati e diplomatas do Mercado Comum Europeu – em favor da soberania do Líbano, propiciando a impressão ao leitor de uma quase unanimidade no rechaço às operações militares israelenses. Curiosamente, a fala acrítica do secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, além de ser a única a não reprovar claramente a invasão, contém uma gafe: “Nós não só perdemos um avião e um helicóptero ontem. Falam que um segundo avião foi derrubado, outro helicóptero e destruídos vários veículos do Exército”. O jornal não deixa de avisar após a citação: “Por ‘nós’, Haig estava se referindo a Israel”. Nesse processo de transitividade, em que “nós” é o tema da oração, a opção, ainda que involuntária, por um pronome inclusivo reflete a ligação indissolúvel

entre os EUA e Israel, tendo um representante da Casa Branca se referido às baixas na aviação israelense como se pertencessem as suas Forças Armadas.

A coluna de Paulo Francis – “Indiferente, Reagan vê a ‘pax americana’ desabar” -, por sua vez, traça um perfil do presidente Ronald Reagan a partir de suas viagens internacionais. Reagan, que havia acabado de discursar no Parlamento inglês prometendo “jogar o marxismo-leninismo na montanha de cinzas da História”, é idealizado pelo colunista como um governante frágil, sem qualquer atributo para se posicionar “no que resta de civilização” e acometido pela senilidade, já que, segundo Francis, “pensa que o mundo é a Hollywood da década de 40, onde ele foi ator coadjuvante”. Nesse tom altamente sarcástico, o colunista adere ao registro coloquial da linguagem, que, como atesta o linguista Nilson Lage, “compreende as expressões correntes na modalidade falada” (1999, p. 36). Em contraste com o distanciamento proposital vigente nas matérias do jornal, que procura eliminar aferições subjetivas, Francis manifesta informalidade ao usar frases curtas, reticências e repetição palavras, além de debochar, por exemplo, do cochilo de Reagan durante o discurso do Papa, dos ternos de diplomatas americanos e das roupas da primeira-dama Nancy Reagan.

A individualização dramatizada que Francis utiliza para reduzir a condução das políticas interna e externa dos EUA à figura peculiar de Reagan decorre, de acordo com João Batista Natali, da aplicação da lógica narrativa das celebridades em personalidades políticas ou militares. “As celebridades surgiram no discurso da mídia com base em um pressuposto um tanto simplista pelo qual todo e qualquer fato possui um único agente”. (NATALI, 2015, p. 65). Assim, Francis personaliza a política norte-americana – a inércia ante o expansionismo de Israel, a afastamento diplomático da América Latina na Guerra das Malvinas e as crises geopolíticas com a URSS – no próprio Reagan. A mesma tática personalista é aplicada com “o terrorista Beguin” – nota-se o adjetivo como referência ao terrorismo de massa, de que falava Losurdo (2010) -, que, segundo o colunista, “é o novo e caricato Hitler” e “domina a mídia e o Congresso dos EUA”.

Por fim, em um contraponto à crítica ferrenha a Israel manifestada por Paulo Francis, a *Folha* publica o texto do jornalista e ex-embaixador do Brasil em Israel, Barreto Leite Filho.³⁹ Ciente da quantidade de imigrantes libaneses residentes no país, o colunista afirma: “Antes de condenar Israel pela invasão do Líbano é indispensável encarar a questão de saber quem destruiu a pequena República tão cara ao Brasil por

³⁹ BARRETO LEITE FILHO. Banco de Dados *Folha*. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/barreto.htm> Acesso em: 19 de Abril de 2015

laços de família". Em seguida, ao observar o repúdio de parcela da opinião pública à invasão israelense, alega que o governo Begin "mostrou uma paciência surpreendente diante das provocações que vem sofrendo, há anos, ao longo das fronteiras libanesas". Barreto, portanto, imputa a responsabilidade da invasão israelense aos guerrilheiros da OLP, ignorando as antigas aspirações do movimento sionista pela reivindicação do sul do Líbano como parte integrante do "Lar Nacional Judeu" (SULTAN, 2008, p. 74) e o projeto geoestratégico da direita israelense de compensar, no Líbano, a faixa territorial perdida na devolução da Península de Sinai para o Egito (MAALOUF, 2011, p. 266).

No decorrer do texto, Barreto segue responsabilizando os palestinos residentes no Líbano, a quem ele chama de "supostos refugiados, que costumam instalar-se onde se acharem como se estivessem confortavelmente em casa". Além disso, acredita que o Estado libanês "começou a ser destruído" quando os "terroristas palestinos" transferiram suas bases para lá. Desde o Acordo de Cairo de 1969, a presença da OLP no sul do Líbano, de fato, criou um "Estado dentro do Estado libanês" (MAALOUF, 2011, p. 236), porém Barroso omite a estrutura confessionalista institucionalizada complexa sobre a qual o Líbano foi fundado e que está em vigor até a atualidade.

O autor também defende a "fatia cristã do Sul que colocou-se sob a proteção de Israel", referindo-se à milícia de extrema-direita chamada "Exército do Sul do Líbano", comandada pelo major cristão greco-melquita Saad Haddad e financiada por Israel (MAALOUF, 2011, p. 253). Barreto lamenta que essa milícia – reconhecida pela残酷 com que reprimia dissidentes no sul do Líbano, região majoritariamente xiita – "não é suficiente larga" para impedir que os "terroristas palestinos" utilizem o norte do Líbano como base para bombardear a fronteira israelense. Convém dizer que a coluna de Barreto, tal qual a de Paulo Francis, reflete o domínio daquilo que a linguista Maria Teresa Abreu denomina "óculos sociais", ou seja, da visão de mundo do indivíduo dentro da diversidade cultural na qual ele está inserido (2007, p. 182).

Passada aproximadamente uma semana, um dos acontecimentos mais decisivos transcorridos na Primeira Guerra do Líbano foi retratado nas manchetes da *Folha* na edição de **15 de Junho**⁴⁰ (ANEXO VII). Embora não fosse o destaque maior da capa – a manchete principal tratava do término de outro importante conflito geopolítico, que era Guerra das Malvinas, com a rendição dos soldados argentinos –, o enunciado "Palestinos cercados em Beirute" anunciarava o primeiro dos 70 dias de cerco à capital

⁴⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, 15 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188231> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

libanesa pelas Forças de Defesa de Israel com o objetivo político-militar de expulsar a OLP do Líbano. Dias antes, como previu Robert Fisk, já era claro que os planos de Israel não se limitavam à eliminação das bases da OLP até 40 km da fronteira:

Tudo indicava que os israelenses planejavam prosseguir para o norte, a partir das montanhas de Chouf, cortar a estrada principal de Beirute a Damasco nos cumes perto de Bhamdoun, separando, desse modo, o Exército sírio em Beirute de suas forças no vale de Bekaa. Se os israelenses estiverem desenvolvendo tal estratégia, então logo poderão se reunir com as ainda inativas forças do Falange cristão de direita, a milícia... cujo entusiasmo por Israel jamais foi negado – ou disfarçado – no Líbano. (2007, p. 303)

A manchete “Palestinos cercados em Beirute”, ocultando que Israel organizou o cerco, constitui uma oração de ação dirigida que seria classificada por Fairclough como oração passiva, em que “o objeto é agente e o sujeito é agente da passiva, ou é omitido” (2008, p. 226). Poderia ser dito que “Israel cerca os palestinos em Beirute”, porém Israel, nesse caso, foi omitido, e “Palestinos” se tornou agente. Já no texto chamada, ao contrário das edições anteriormente analisadas, o enfoque não foi para agravamento da tensão entre Israel e Síria, mas para os palestinos em Beirute: “As forças israelenses completaram ontem o cerco de Beirute, encarralando uma força combatente de 6 mil palestinos. Dois apelos para um cessar-fogo imediato, feitos pela OLP por intermédio do Egito, foram rejeitados pelo governo de Israel”. No caderno “Exterior”⁴¹, a *Folha* compilou as publicações sobre a Guerra no Líbano em uma página com o título anafórico “Conflito no Oriente Médio”. “O título anafórico lembra os acontecimentos que começaram antes do número [da edição] e dos quais a duração excede a duração quotidiana” (MOUILLAUD, 2002, p. 105). Portanto, essa subdivisão do caderno se justifica pela reserva de um espaço específico para a cobertura da crise geopolítica, já que se vislumbrava o prolongamento inestimável da guerra.

No título da matéria principal – “Israel cerca 6 mil palestinos em Beirute” (ANEXO VIII) –, mais uma vez, há o intuito da edição de externar o papel de agente da ação encarnado por Israel, além da omissão de que, como salientaria a matéria, os “6 mil palestinos” seriam guerrilheiros, ou seja, detinham algum poder de retaliação. O título, do modo como foi escrito, não determina quem eram os palestinos “encarralados” – por sinal, outra opção lexical forte –, levando à impressão de que só existiam civis em Beirute.

⁴¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, caderno “Exterior”, 15 de Junho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188273> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

No lide da matéria, dois fatores cruciais da guerra e do Líbano em geral são explicitados: “Auxiliado (sic) por seus aliados das milícias cristãs, as tropas israelenses completaram o cerco do setor ocidental de Beirute, encorralando cerca de 6 mil palestinos”. Em primeiro lugar, reitera a importância da aliança israelense com as Falanges Libanesas, comandadas pelo direitista Bachir Gemayel, pautada pela política do Estado judeu de postar-se como “protetor dos cristãos” ante a atividade paramilitar palestina (CORM, 2006, p. 189) Além disso, noticia a localização das bases da OLP no setor ocidental da capital libanesa, reduto predominantemente muçulmano (MAALOUF, 2011, p. 258), enquanto os libaneses cristãos se concentravam no lado ocidental, onde a Falange recrutava seus militantes (MAALOUF, 2011, p. 240).

A matéria, com relativa semelhança às anteriores, parece implicada na denúncia do caos vigente em Beirute e induz a uma desconfiança quanto às declarações oficiais proferidas por autoridades institucionais. Tal posição é notável em dois momentos:

Em Washington, o secretário de Estado, Alexander Haig, disse que os Estados Unidos receberam a garantia do governo Beguin de que Israel não vai invadir a capital libanesa. Ontem, no entanto, as forças israelenses completaram a ocupação do aeroporto internacional de Beirute.⁴²

É perceptível que a justaposição da informação de que as Forças de Defesa de Israel ocuparam o aeroporto internacional de Beirute automaticamente anula a frase anterior de forma dupla: desmente o secretário de Estado norte-americano e, mais ainda, o primeiro-ministro israelense. Outra postura crítica está implícita no seguinte trecho:

A OLP apelou por um cessar-fogo imediato, utilizando o Egito como intermediário. A proposta foi rechaçada pelo chanceler Yitzhak Shamir. “Não é Israel, mas os palestinos que violaram o cessar-fogo. Os disparos não cessarão até que os palestinos ponham fim às hostilidades”, disse o ministro israelense que ontem viajou em visita oficial à França. A intransigência foi interpretada pelos palestinos em Beirute como um pedido indireto de rendição.

Portanto, o redator referencia como uma “intransigência” a rejeição do cessar-fogo por parte do chanceler israelense, valendo-se de uma nominalização que, reiterando Fairclough, transforma uma ação concreta em um termo mais abstrato. A matéria parece também conduzir ao olhar crítico às operações militares na frase: “Encorralados em uma região de 25 quilômetros quadrados, pressionados pelos bombardeios israelenses, a resistência palestina talvez seja forçada a uma luta sem esperanças caso Israel decida invadir a cidade”. Dessa forma, o redator, além de

⁴² A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, caderno “Exterior”, 15 de Junho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188273> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

descrever o cenário caótico a que estão submetidos os palestinos, classifica a permanência futura da resistência da OLP como “uma luta sem esperanças”. O jornal confirma tal situação desesperadora ao acrescentar, no parágrafo seguinte, a admissão por “fontes palestinas” não-especificadas de que a organização “enfrenta a mais grave ameaça a sua existência desde que foi expulsa da Jordânia”.

Outra matéria apresenta a reação da União Soviética ante o agravamento do conflito no Líbano. No texto “URSS adverte Israel e envia navios ao Líbano”⁴³ (ANEXO IX), consta a posição de governo soviético de se colocar “abertamente, não só em palavras, mas de fato ao lado dos árabes”. A matéria noticia que, em um “duro comunicado”, a URSS pediu o fim da “insolente agressão” e anunciou que barcos de guerra navegariam para a costa libanesa. O destaque dado pelo jornal a tal informe pode se justificar pela importância geopolítica do Líbano para a Síria, país árabe cuja aliança com a URSS se firmava no já mencionado Tratado de Amizade. O posicionamento do governo soviético despertava o interesse da opinião pública mundial pelo receio generalizado de que a guerra pudesse se avolumar a ponto de culminar em um conflito global. Sob a ótica da Guerra Fria, é inviável dissociar o Bloco socialista do mundo árabe, uma vez que, como atenta Georges Corm, “a União Soviética e os Estados árabes que mantinham relações estreitas com ela insistiam constantemente em destruir os fatos consumados entre americanos e israelenses” (2006, p. 181).

Já Paulo Francis dedica sua coluna, com o eloquente título “Washington aprova a violência”, a redigir uma apreciação quanto à cobertura midiática da guerra e as relações de poder vigentes entre instituições políticas e a imprensa norte-americana. Israel, apelidada por Francis de “reino de George Orwell”, praticava censura militar rígida às imagens televisivas transmitidas por emissoras estrangeiras, como a NBC e CBS, e o público, de acordo com o colunista, “não sabe que Israel já demoliu totalmente Sidon e Tiro e boa parte de Beirute”. O controle da produção jornalística pelas Forças Armadas israelenses é denunciado também por Robert Fisk:

Repentinamente, filmes enviados de Beirute ocidental para Tel Aviv – com o encorajamento e também a permissão de censores israelenses – foram adulterados por autoridades israelenses. Filmes de ataques aéreos israelenses em áreas civis de Beirute – às vezes feitos com enorme coragem e grande risco pessoal dos cinegrafistas – foram impiedosamente mutilados. Enfurecidos pela interferência israelense, produtores de televisão em Nova York deixaram as telas pretas pelo mesmo número de segundos ou minutos da duração do material censurado, dizendo aos telespectadores americanos

⁴³ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, caderno “Exterior”, 15 de Junho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188266> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

que esses trechos haviam sido cortados pelas autoridades militares israelenses. (2007, p. 394)

Da mesma forma, Francis orienta sua própria análise crítica ao discurso jornalístico norte-americano, salientando, por exemplo, a seleção lexical presente nos jornais: “Palavras como ‘limpar’ o Líbano dos palestinos, ou ‘passar-lhes’ a vassoura, são usadas diária e constantemente pela mídia como se os palestinos não fossem seres humanos e, sim, vermes”. Portanto, o autor exprime sua aversão às representações semânticas evocadas pela narrativa midiática anglo-americana a respeito dos palestinos e da forma como se relacionar com eles. A observação pontual de Francis elucida a reprodução de imagens clichês sobre os povos do Terceiro Mundo por grandes veículos midiáticos, o que fomentaria preconceitos, como explica Van Dijk:

Um outro traço que, segundo se percebeu, caracteriza o discurso jornalístico do Ocidente é o retrato etnocêntrico e estereotipado dos países e povos do Terceiro Mundo [...] O ataque racista declarado é raro. Em vez disso, características e situações “étnicas” são descritas de forma que possam ser usadas pelos leitores como elementos ou argumentos ao desenvolverem o preconceito étnico. (2008, p. 79)

Todavia, Francis elenca, em seguida, os profissionais de imprensa que conseguem perpassar as barreiras institucionais e publicar denúncias abertas da crise humanitária provocada pela guerra. Para isso, recorre à metáfora: “Nos jornais, os respiradouros são indiretos, e, talvez por isso mesmo, lançam uma luz devastadora do que deveria ser toda a verdade, se a mídia pudesse e quisesse trabalhar”. A percepção de tal estrutura de poder midiático remete ao conceito gramsciano de hegemonia, que corresponde, segundo Fairclough, à liderança nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade:

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constantes lutas sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 122)

Reconhecendo a materialização implícita e inconsciente das ideologias na formação do “senso comum”, Fairclough (2008) atenta para a dinâmica das lutas ideológicas conflitantes no seio da sociedade, em que visões de mundo são estruturadas e reestruturadas, articuladas e desarticuladas. Essa concepção dialética propicia a

transformação das estruturas e eventos discursivos, já que novas práticas discursivas se confrontam com as ideologias hegemônicas. Portanto, na luta por hegemonia deflagrada dentro de um bloco ideológico como a mídia corporativa, em um jogo de tensão e distensão, o jornalista pode conseguir se aproveitar de concessões para expor visões de mundo subalternas daquela que rege hegemonicamente a instituição. É o caso do ex-senador norte-americano James Abourezk, filho de árabes que escreveu uma carta aberta contra Begin e Ariel Sharon no *Washington Post*, ou colunista Anthony Lewis do *New York Times*, que, segundo Francis, publicava sua “indignação com esse massacre” pela ótica do “mal que causa a Israel”.

A metáfora é uma solução linguística também evidenciada na escrita de Francis, como na classificação das críticas publicadas na imprensa norte-americana como “respiradouros” ou “luz devastadora”. De acordo ainda com Fairclough (2008), para além de um adorno estilístico, o recurso metafórico, bastante naturalizado na fala cotidiana, imprime novas práticas discursivas de construção da realidade e estruturam a forma de pensar do indivíduo. Na coluna de Francis, esse artifício se faz presente ao chamar o secretário de Estado, Alexander Haig, de “cachorro de Beguin” – que “abana e lambe a mão de Beguin” – ou afirmar que a eliminação da influência soviética no Oriente Médio será “garantida com sangue”. Já o tradicional uso da ironia está, por exemplo, nas referências a George Orwell ao citar a ida de Beguin à Conferência de Desarmamento da ONU ou a coluna do escritor William Safire, no *New York Times*, que havia chamado a guerra de “a Libertação do Líbano”.

A Primeira Guerra do Líbano voltaria a ser manchete principal na capa da *Folha* na edição de **29 de Junho**.⁴⁴ Passados 23 dias das primeiras ações militares israelenses no Líbano e 15 dias do início do cerco a Beirute, os palestinos e libaneses alojados em Beirute ocidental viviam na iminência de que uma invasão completa das Forças de Defesa de Israel ao setor da cidade fosse deflagrada. Àquela altura, de acordo com Robert Fisk (2007), os israelenses já controlavam mais de um quarto do território libanês e, em Beirute, já haviam chegado ao Baabda, sede do governo libanês, próxima ao palácio do presidente Elias Sarkis.

No jornal, a manchete “OLP admite deixar o Líbano, sob condições” possivelmente foi ganhou realce significativo por sugerir a proximidade de uma solução para a guerra (ANEXO X). A primeira frase do texto chamada parece confirmar essa

⁴⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.445, 29 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/29/2//4192703> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

posição: “As negociações para evitar um assalto final a Beirute Oeste chegaram a um ponto crucial”. A edição usa a expressão belicista “assalto final” como metáfora da presumível incursão das Forças de Defesa de Israel a Beirute ocidental (ou Oeste, como prefere o jornal), além de qualificar uma concessão da OLP como “ponto crucial”. De toda forma, o periódico prevê que a saída da OLP de Beirute, motivação fundamental para todas as operações militares israelenses em solo libanês, consistiria um acontecimento histórico para o conflito árabe-israelense.

No caderno “Exterior”,⁴⁵ o título prevalecente reproduz a mesma expectativa apreciada na capa: “Negociação pode impedir invasão de Beirute” (ANEXO XI). A matéria principal opta por publicar a versão oficial ofertada por funcionários do governo libanês nas negociações tripartite, ainda em fase inicial, entre a OLP, o Líbano e os EUA. No início da década de 80, o enviado especial do presidente norte-americano Ronald Reagan, Philip Habib, que tinha ascendência libanesa (FISK, 2007, p. 208).

Na verdade, o jornal afirma: “Funcionários do governo libanês insistem que a Organização de Libertação da Palestina aceitou ‘sob certas condições’ retirar seus guerrilheiros do país depois de entregar suas armas ao Exército libanês”. Contudo, simultaneamente, acrescenta a posição formal da própria OLP: “mas rejeita a ideia de evacuação, falando apenas de um plano de ‘regularização’ da presença palestina no Líbano”. Portanto, seguindo a orientação da OLP, não era certa a retirada de Beirute, antecipada pela *Folha* pelo crédito dado aos representantes libaneses. Essa decisão viria a público oficialmente no dia seguinte a essa estimativa publicada pelo jornal:

A OLP havia anunciado que deixaria a cidade [...], mas isso trouxe pouca esperança de alívio para Beirute ocidental. O método de partida da OLP e a data de evacuação – até mesmo detalhes de quantos guerrilheiros sairiam – ainda precisavam ser definidos e havia aqueles dentro da liderança da OLP que estavam se esforçando ao máximo para prolongar as negociações, e assim forçar Israel a continuar o cerco. (FISK, 2007, p. 383)

A matéria, por uma questão de adequação ao fato narrado, assume o tom de discurso diplomático, ou seja, congrega elementos discursivos e lexicais próprios ao problema da negociação entre os agentes políticos da crise de Beirute. O texto enfatiza as supostas – e ainda não confirmadas – condições propostas pela OLP para deixar a cidade: “um recuo israelense para 5 km fora de Beirute, a manutenção pelos palestinos de algumas de suas armas; que os Estados Unidos e a União Soviética garantam a

⁴⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.445, caderno “Exterior”, 29 de Junho de 1982, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/29/2//4192763> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

segurança dos guerrilheiros durante a evacuação”. Ainda segundo o texto, as negociações contariam, além do enviado norte-americano Philip Habib, com “a participação francesa, saudita, egípcia e libanesa”. O jornal destaca brevemente a figura de dois personagens chave na mediação entre Yasser Arafat e o governo dos EUA, que não reconheciam diplomaticamente a OLP: o então primeiro-ministro libanês Shafik Wazzan, interlocutor entre Washington e Arafat, e o ex-primeiro-ministro Saeb Salam, com quem Arafat havia concordado “em deixar uma força militar no Líbano e em colocar seus equipamentos e homens sob controle libanês” (FISK, 2007, p. 375).

Apenas um parágrafo da matéria é dedicado a atividades militares em si, o que pode demonstrar uma virada na cobertura noticiosa do campo bélico para o diplomático, acompanhando o desenrolar das negociações. Tratavam-se dos panfletos despejados sobre Beirute pela aviação israelense para que os moradores fugissem antes da retomada dos bombardeios, já que estava em vigor um cessar-fogo: “Com colunas de tanques cercando a cidade, há a certeza geral de que o tempo das negociações se esgota rapidamente”. De certa forma, a frase exprime uma opinião sem maiores detalhes de quem a enunciou. O redator utiliza uma nominalização ao falar genericamente em “certeza geral”, omitindo o agente da ação. O jornal também foge à impessoalidade ao adjetivar os panfletos lançados como “assustadores”. De fato, a Força Aérea israelense, por dias consecutivos, despejou papéis com a mensagem “Salvem suas vidas e as das pessoas a quem amam”, sobre os quais não se sabe se tinham a missão de salvar vidas ou serviriam tão somente para pressionar a rendição da OLP (FISK, 2007, p. 372).

O colunista principal no caderno dessa edição era o jornalista Newton Carlos. De acordo com João Batista Natali, “é possível que muitos redatores tenham aprendido a ‘pensar o mundo’ por meio dos textos que ele escreveu” (2015, p. 82). No texto “Os planos americanos para o Oriente Médio”, o colunista faz uma projeção da influência da guerra nas políticas interna e externa do governo Reagan, ciente das ligações estreitas entre EUA e Israel. Ele recorda que, em 1979, Reagan defendeu que “a queda do Irã multiplicou o valor de Israel como talvez o único apoio estratégico que resta aos Estados Unidos na região”. O então candidato à Presidência aludia, naquela ocasião, à perda da aliança geopolítica entre EUA e Irã com o triunfo da Revolução Islâmica e a instauração de uma República teocrática, nacionalista e antiamericana. “A Revolução Iraniana inclinou o balanço do Oriente Médio com a saída do Irã do campo ocidental. Para os Estados Unidos, foi um desastre” (PARSI, 2007, p. 89).

Newton informa que, segundo Reagan, “a força de Israel parte de uma vontade democrática, coesão nacional, capacidade tecnológica e garra militar”. A fala de Reagan é ideologicamente carregada na medida em que atribui a um Estado, através de uma imagem forjada sobre Israel como um todo unificado, um conjunto de valores idealizáveis e os instrumentaliza para justificar o jogo geopolítico dos EUA no Oriente Médio em contexto de Guerra Fria. Sendo os termos por ele usados portadores de um tom falsamente ingênuo de qualidade universal, podem ainda ser classificados como itens lexicais, que, de acordo com Fairclough, “capturam a ideia de expressões que alcançam um grau de fixidez e estabilidade” (2008, p. 237). Essas concepções apontam as convicções ideológicas do presidente conservador, assim como, no texto em si, a interpretação por Newton Carlos de que “o projeto em curso é transformar o Líbano em um protetorado de Israel”, ou sua presunção de que Reagan não critica Israel por estar de olho no voto judaico nas eleições legislativas no novembro seguinte, revelam a posição do colunista em um campo ideológico diferente do presidente.

Outra característica da *Folha* é republicação de textos traduzidos do jornal francês *Le Monde*. Natali (2015) alega que, a partir dos anos 70, o periódico paulista estava entre os poucos jornais não franceses a comprarem os direitos do *Le Monde*. O texto “O cortejo de horrores de Sharon” – o título, portanto, já é marcado por uma forte metáfora –, assinado por Eric Rouleau, faz um balanço das diferenças entre a Operação Paz na Galileia e as demais guerras árabe-israelenses. Apesar do discurso personalista imposto no título, o colunista transcende a figura controversa de Ariel Sharon ao apontar os fatores que alimentam sua comparação dos israelenses no Líbano com os americanos no Vietnã ou os franceses na Argélia, analogia comum aos historiadores pelas condições caóticas a que tais protagonistas se submeteram (CORM, 2006, p. 137).

Eric Rouleau considera histórica a Guerra no Líbano por ser a mais longa – entrava na quarta semana, superando as de 1956, 1967 e 1973 –, ocorrer em uma área de grande densidade demográfica e envolver a população civil, que, como afirma o colunista, “nada tem a ver com a guerra”. O escritor francês se mostra interessado em desconstruir o discurso militar de Israel, como ao chamar de “exorbitante” o número de 300 soldados israelenses mortos – na visão dos generais, essas perdas eram “leves”, o que comprovaria a eficácia da operação – ou ao mencionar o “custo da operação dita ‘paz na Galileia’”, questionando a adequação do nome da operação frente às fatalidades do conflito. Na seleção lexical, Eric se implica no caráter de agente de ação do Exército israelense e do próprio Sharon – “inflige pesadas perdas”, “dera ordem para invadir o

Líbano”, “assumem um orgulho desmesurado ou ambições fantásticas” -, enquanto a OLP, a que ele referencia como “os fedayin de Arafat”, estava “respondendo aos bombardeios intensivos”, ou seja, a ação condiciona o agente como um agredido.

3.3 Julho de 1982: As negociações

O mês de Julho adentraria com a permanência tanto do cerco israelense à capital libanesa, agravando a crise humanitária em Beirute ocidental, como o desdobramento das negociações tripartites para a solução para o conflito. A *Folha* seguia na cobertura das conversações diplomáticas entre representantes da OLP e do governo libanês, e voltaria a publicar análises sobre a guerra em seu caderno “Opinião”, na coluna “Tendências/Debates”, na edição de **6 de Julho**,⁴⁶ dia seguinte à eliminação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Espanha, fato que foi destaque absoluto na capa. O periódico tentou externar óticas dicotômicas sobre a guerra, convidando o diplomata palestino Farid Sawan, assinando o texto “Trinta e quatro anos de perseguição”, e o ex-chefe de redação de *O Globo* e diretor da Organização Sionista do Brasil, Henrique Bernardo Veltman, assinando “Sim aos palestinos, não a OLP” (ANEXO XII). A página ainda traz uma charge com um esboço de homem armado sobre uma pilha de crânios, não identificando se seria um israelense ou palestino.

Com um discurso repleto de marcações personalistas e identitárias – “nossa terras”, “nossa pátria”, “acredito pessoalmente” –, Farid Sawan se propõe a responder a indagação de “por que os palestinos estão no Líbano?” e, para tal, elenca informações historiográficas quanto a Partilha da Palestina em 1948 e a ocupação Cisjordânia e Gaza em 1967. O autor resume a política israelense quanto os palestinos à “negação da identidade nacional, desapropriação de terras e bens, e expulsão”, reforçando a condição de supremacia política e militar do Estado judeu ao se reportar às violações de direitos humanos cometidas nos Territórios Ocupados⁴⁷ - “punições coletivas”, “destruição de casas e lavouras”, “prisão preventiva e tortura”.

⁴⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.452, caderno “Opinião”, 6 de Julho de 1982, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/06/2/5389621> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

⁴⁷ O historiador André Gattaz elucida a política de Estado mantida por Israel na Cisjordânia e Faixa de Gaza: “Nos territórios ocupados, o regime era de total repressão aos palestinos, a quem eram negados todos os direitos de expressão e organização política. Proibiu-se o funcionamento de organizações de ajuda mútua, conselhos de estudantes, sindicatos, e mesmo as correntes religiosas muçulmanas (*charia*) perderam sua legitimidade e direito de ocupação”. (2003, p. 153)

Em sua coluna, a construção de orações que põem Israel no papel de agente - “submete-os a todo tipo de violência”, “usou da mais atroz violência”, “deseja que os palestinos, armados ou não, desapareçam” -, enquanto os palestinos parecem mais passivos, ressaltando a feição de resistência da OLP – “ainda permanecem na pátria ocupada”, “são perseguidos, torturados e baleados”, “foram submetidos a espaçamentos, torturas e outras atrocidades”. O colunista é provocativo ao referenciar Begin e Yitzhak Shamir como “terroristas”, lembrando que ambos estiveram envolvidos no Massacre de Deir Yassin⁴⁸, em 1948, quando “matou a facadas 250 habitantes dessa aldeia, homens, mulheres, velhos e crianças indefesos”. O filósofo Domenico Losurdo também retoma o conceito de terrorismo ao aludir a esse massacre como exemplo de “terrorismo antiárabe”, ignorado pelo Ocidente e, à época, celebrado por seus perpetradores sionistas: “Os terroristas estão orgulhosos do massacre, cuidam de lhe dar ampla publicidade e convidam todos os correspondentes estrangeiros no país para ver os montes de cadáveres e a devastação geral em Deir Yassin” (2010, p. 46).

Por sua vez, Henrique Bernardo Veltman se vale de uma pressuposição com significado “existencial” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 155) para endossar o discurso conspiracionista de que “a mídia internacional é manipulada pelos serviços de inteligência soviéticos”. O autor sugere que existem “mecanismos de desinformação de Moscou” fomentando uma imagem negativa de Israel no exterior e que “a leitura diária dos jornais” leva a uma “conclusão precipitada” de que há uma agressão israelense. Segundo o autor, a culpa de “todo o sofrimento, a destruição e a morte de civis” recai em “extremistas árabes”, que não reconhecem o direito à existência de Israel. Considerando que, em 1982, apenas o Egito mantinha um acordo de paz com Israel (GATTAZ, 2003, p. 156), possivelmente o autor considera que todos os demais líderes árabes seriam “extremistas”. Os “sequazes de Arafat”, acrescenta Veltman, seriam os responsáveis pelas vítimas civis por “não hesitarem em usar a população árabe como escudo humano”, enquanto “Israel foi obrigada a luta no Líbano para salvaguardar o direito sagrado dos israelenses de viverem uma existência normal”.

⁴⁸ De acordo com André Gattaz (2003), após a promulgação da Partilha da Palestina, grupos sionistas na Palestina colocaram em prática, em abril de 1948, o chamado Plano D, de natureza ofensiva, contra alvos árabes com o objetivo de expandir a área ocupada por judeus para fora das fronteiras determinadas pela ONU. Uma dessas ações paramilitares, comandadas pelos grupos armados sionistas Irgun e Stern, culminou no cerco da vila de Deir Yassin, com pouco mais de mil habitantes. Os grupos se reuniram com o propósito de “quebrar a moral árabe” e iniciaram o massacre. “Para completar a ocupação da cidade, os terroristas jogavam granadas pelas portas das casas e metralhavam indiscriminadamente a todos os que vissem pela frente. Mulheres tiveram suas barrigas rasgadas por baionetas, e crianças foram mortas em frente a suas mães” (GATTAZ, 2003, p. 111).

Embora o colunista apele explicitamente ao Direito Internacional para fundamentar a defesa de Israel – “autodefesa é um direito básico dos Estados” e “os Estados têm a obrigação de prevenir e suprimir atividades subversivas contra governos estrangeiros” –, toda a seleção lexical optada já externa sua adesão à ideologia sionista. Além de “sequazes de Arafat”, os membros da OLP são classificados repetidas vezes de “assassinos”, “terroristas” e “covardes”. O autor também atenta para um suposto crescimento do “antisemitismo” – segundo ele, “fenômeno estranho ao Brasil” - e que “o Ocidente cristão, ainda prenhe de tanto antisemitismo, não consiga digerir esta imagem do judeu orgulhoso, forte, valente e consciente dos seus direitos e deveres”. O texto, nesse ponto, apresenta um artifício retórico comum à parte das publicações simpatizantes do sionismo político: a associação de qualquer crítica a Israel com antisemitismo. Veltman acredita que as denúncias da guerra no Líbano veiculadas na imprensa evidenciariam uma postura antisemita. De acordo com Losurdo, essa é “uma acusação onipresente, tão onipresente que ataca, além de pessoas e círculos determinados, categorias centrais do discurso político e historiográfico” (2010, p. 124).

No caderno “Exterior” dessa edição (ANEXO XIII), a matéria “Israel aperta o cerco ao setor Oeste de Beirute”⁴⁹ põe em relevância, no lide, uma descrição imagética para transmitir a tragédia humanitária em que se encontraria Beirute até então:

Após travar os mais violentos combates dos últimos 11 dias, as forças israelenses que invadiram o Líbano dia 6 de junho estreitaram ontem o cerco a Beirute Oeste, onde mais de 500 mil civis e entre 5 a 8 mil guerrilheiros palestinos e muçulmanos libaneses encontram-se sitiados, sem água, eletricidade e com o fornecimento de alimentação e remédios cortado.

O redator, além de utilizar uma nominalização em “os mais violentos combates dos últimos 11 dias”, parece citar os dados demográficos de Beirute ocidental para provocar a empatia do leitor em seguido, ao noticiar que tamanho número de pessoas tolhidas de suas necessidades básicas (água, energia, alimentos e remédios). A citação direta das falas do primeiro-ministro libanês Shafik Wazzan – “Faço um apelo ao mundo para que desperte para as realidades desse cerco criminoso” e “A situação está se tornando desesperadora” – confirmaria a iniciativa de instigar a sensibilidade do receptor da mensagem. Uma explicação para essa característica discursiva seria para tocar a afetividade do leitor por meio da estratégia de dramatização, como apontada por Charaudeau, para “satisfazer às condições de sedução da finalidade de captação” (2006,

⁴⁹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.452, caderno “Exterior”, 6 de Julho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/06/2//5389626> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

p. 222). A matéria ainda atenta para os comboios da Cruz Vermelha Internacional interceptados pelos falangistas – “milicianos aliados de Israel”, frisa o texto – e infere indiretamente ao suposto fracasso do bloqueio, imposto para desguarnecer a OLP, quando afirma que “os moradores sofrem mais do que a OLP”.

A Primeira Guerra do Líbano voltaria a ser destaque na capa da *Folha* na edição de **10 de Julho**.⁵⁰ Àquela altura da guerra, como expõe Robert Fisk, representantes de diferentes facções políticas e confessionais libanesas já haviam chegado ao consenso, junto ao presidente libanês Elias Sarkis, de que a OLP deveria abandonar Beirute ocidental (2007, p. 358). “Arafat já reconheceria havia muito tempo que a OLP sairia de Beirute, mas ao adiar uma evacuação, procurava vantagens políticas, bem como garantias de segurança” (FISK, 2007, p. 406).

Nessa edição da *Folha*, a influência da Síria no conflito sugere novamente que uma matéria sobre a guerra deva receber atenção especial: “Síria nega asilo à tropa da OLP” (ANEXO XIV). A manchete talvez reflita o espanto frente à posição do governo de Damasco, uma vez que a OLP e a Síria mantinham uma aliança tática na resistência à invasão israelense. Convém lembrar, porém, que o Exército sírio iniciou sua intervenção no Líbano, em 1976, após os EUA delegarem à Síria a gestão da crise pós-Guerra Civil, a fim de manter o controle sobre as atividades bélicas das facções políticas do país, incluindo a própria OLP (CORM, 2006, p. 138). Portanto, vê-se que a ligação entre sírios e a OLP não seria inquebrantável por corresponder às dinâmicas geopolíticas.

A impressão se confirma no lide da matéria “Síria recusa a guerrilha palestina”⁵¹ (ANEXO XV): “Uma surpreendente reviravolta bloqueou ontem os esforços para colocar fim à guerra entre forças palestinas e israelenses em Beirute quando a Síria rejeitou a ideia de abrigar em seu território da Organização para a Libertação da Palestina”. A qualificação da negativa síria como “surpreendente” e “reviravolta” indica uma expectativa falha, e a narrativa ganha ares de dramatização no fatalismo induzido em “colocar fim à guerra”, como se essa ação síria fadasse as negociações ao fracasso.

Até aquele momento, o plano de retirada acordado por Philip Habib previa que “aproximadamente 8 mil guerrilheiros partiriam com suas famílias e armas abandonando a artilharia pesada que seria recolhida logo depois pelo Exército libanês”. Já a retirada seria feita em “uma caravana de ônibus em direção à Síria – um percurso

⁵⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, 10 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389777> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

⁵¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, caderno “Exterior”, 10 de Julho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389783> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

de 48 km – depois que as forças israelenses recuarem 1 km da beira da estrada Beirute-Damasco”. Apenas no final da matéria, o redator externa a posição oficial síria, induzindo que, na escala de relevância interna, os pontos das negociações entre a OLP e o enviado especial norte-americano mereceriam mais crédito que a declaração formal do governo de Damasco. Segundo o texto, a Síria teria condições de alojar a liderança da OLP, mas não milhares de guerrilheiros. Tal gesto também se justificaria pelo receio de uma incursão israelense em território sírio novamente para combater a OLP.

Nas colunas de opinião, Paulo Francis, em Nova York, e Cláudio Abramo, em Paris, analisam respectivamente as interferências dos EUA e URSS na busca de uma solução para a crise libanesa. O primeiro acredita que, apesar dos EUA desejarem um “Líbano ‘ocidental’, livre de satélites (supostos) da URSS”, Begin e Sharon “foram muito além” dos planos da Casa Branca porque “querem conquistar o que puderem do mundo árabe”. O colunista, através de metáforas e marcas de pressuposição, mostra seu já habitual repúdio a Israel – “transformará o Líbano (majoritariamente) muçulmano em um feudo nazifascista” – e ao governo Reagan – “em franca luta com Carter pelo título de incompetência suprema”. Já Abramo ressalta o descrédito dado à política externa soviética dada à advertência do país quanto à crise libanesa, que, segundo o autor, “não parece ter causado emoção em Washington”. O colunista, de forma mais comedida que Francis, apresenta uma URSS de pouca influência global e que “enterrou considerações de ordem ideológica há muito tempo”. O país socialista, Abramo afirma, apenas “quer manter uma suspeita de solidariedade com os palestinos”.

O diferencial maior dessa edição seria o convite ao escritor Mansour Challita, que passou parte de sua vida no Líbano, para redigir um depoimento narrativo sobre sua relação com o país árabe. O texto “Como era belo meu Líbano”⁵² (ANEXO XVI), como o próprio título salienta, aborda a complexidade sociopolítica pela ótica particular de uma experiência pessoal. Essa modalidade de discurso individualizada remete ao conceito de *ethos*, também de Fairclough. Segundo ele, o *ethos* “constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não só apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma visão particular do ‘eu’”. (2008, p. 209) Assim, o *ethos* sugere a linguagem como uma “dimensão da *héxis* corporal na qual a relação global da pessoa com o mundo social é expressa” (BOURDIEU, 1984

⁵² A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, caderno “Exterior”, 10 de Julho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389782> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

apud FAIRCLOUGH, p. 208). No caso, o discurso do texto partiria da relação subjetiva do autor com o mundo social em seu entorno na construção do “eu” narrativo.

A subjetividade discursiva se mostra na primeira frase do texto: “Todos os dias, algum bom amigo do Líbano me pede para explicar, em poucas palavras, o que se passa naquele país”. Além do uso da primeira pessoa do singular, há o compartilhamento de uma experiência comum para o leitor, a partir do qual o escritor traça o histórico do Líbano desde o século VII até a Guerra Civil de 1975-76, em que a “bravura proverbial dos cristãos renasceu”. Para fundamentar sua perspectiva sociopolítica, Challita apela para a “intertextualidade manifesta”, isto é, recorre explicitamente a outros textos específicos (FAIRCLOUGH, 2008, p. 152), citando trechos de jornais e textos historiográficos. O colunista evoca, inicialmente, a composição religiosa das comunidades historicamente residentes no Oriente Médio para premeditar sua explicação quanto às divergências entre as facções confessionais libanesas:

A análise do drama libanês requereria um trabalho similar. Na impossibilidade de fazê-lo, devemos, pelo menos evocar algumas de suas origens, indispensáveis para a sua compreensão. A primeira, a mais difícil de assimilar pela mente ocidental, é que no Oriente Médio, onde nasceram as grandes religiões, o homem pertença, primeiro, a uma religião e só depois a uma pátria. Foi sempre assim. Antigamente todos os deuses eram deuses nacionais. Mais tarde, Jeová, apesar do sentido universal de seus mandamentos, era o Deus de um povo, *o povo eleito*. Por sua vez, o Islã não distingue os homens por sua cor, raça, nacionalidade, classe social, mas apenas por sua fé. O Alcorão divide o mundo em dois campos (os muçulmanos) – e os outros.⁵³

Ao valer-se de pressuposições relativas aos dogmas do Judaísmo e ao Islã, o autor articula a questão da nacionalidade às crenças primordiais dos habitantes da região, presumindo, em um tom irônico, o grau de diferenciação entre visões de mundo particulares de cada uma. Essas diferenças não seriam responsáveis por um conflito intercomunitário do fim do Mandato francês (1943) até a Guerra Civil (1975), um período em que o Líbano “era próspero, liberal, progressista, culto, refinado, amigo de todos os povos”. A origem do Estado de Israel e o exílio de 300 mil palestinos no Líbano – por conseguinte, o confronto entre ambos –, segundo Challita, fizeram “reaparecer as discriminações religiosas, enfermidade eterna do Oriente”. Ele acrescenta que no Líbano “metade cristão, metade muçulmano”, os palestinos eram “estrangeiros” para os cristãos e “correligionários” para os muçulmanos libaneses.

⁵³ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, caderno “Exterior”, 10 de Julho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389782> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A reflexão de Challita se estrutura, portanto, na pressuposição de um Líbano materialmente repartido – “Líbano bicéfalo”, “dois Líbanos”, “choques raciais” – entre muçulmanos e cristãos, sendo que estes últimos se tornaram uma “minoria ameaçada”. O autor parece relegar o histórico entrelaçamento de comunidades étnicas e religiosas na região (CORM, 2006, p. 187) e condiciona a crise libanesa aos palestinos e muçulmanos libaneses, não mencionando a aliança dos falangistas cristãos com Israel na defesa de um modelo exclusivista de Estado (CORM, 2006, p. 179). De toda forma, a interpretação parcialmente sectária do tecido social libanês não o impede de endossar a luta da OLP, que, segundo ele, “enquanto tiver uma causa justa, sua força vira mais dessa causa do que das armas”.

Na capa da *Folha de 12 de Julho*,⁵⁴ a guerra no Líbano divide espaço com o anúncio do tricampeonato da Itália na Copa do Mundo da Espanha. Ladeando a foto do gol de Paolo Rossi na final contra a Alemanha Ocidental, a manchete maior dizia: “Israelenses não aprovam ataque final a Beirute” (ANEXO XVII). A edição parece, em seu critério de noticiabilidade, avaliar que a rejeição da opinião pública israelense a uma incursão militar iminente das Forças de Defesa de Israel a Beirute ocidental merece a mesma ênfase que o título no megaevento esportivo mais popular do mundo. A manchete utiliza a tática de nominalização em “ataque final”, e o agente da oração (“Israelenses”) não especifica propriamente de quem partiria a reprovação do ataque (população em geral, soldados, funcionários do governo, parlamentares, etc.).

No caderno “Opinião”,⁵⁵ a crise libanesa volta a ser tema de outra coluna junto aos editoriais do jornal. O texto “Crepúsculo de Beirute” (ANEXO XVIII), assinado pelo jornalista Mauro Santayana, estabelece uma analogia entre o avanço do Exército israelense contra Beirute ocidental com o espírito autoritário e militarista próprio à ideologia nazista. Mauro, sem mencionar explicitamente Hitler, nazifascismo ou antisemitismo, recorre ao artifício da pressuposição ao recordar indiretamente o martírio dos judeus no Holocausto: “É triste para todos nós descobrir que o sofrimento não torna as pessoas melhores. Os que mandam em Israel não aprenderam com a história e repetem hoje os erros alheios, o que é a pior forma de reincidência: reincidem as falhas dos outros”.

⁵⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, 12 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5937416> Acesso em: 24 de Abril de 2015.

⁵⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, caderno “Opinião”, 12 de Julho de 1982, p. 2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5389907> Acesso em: 24 de Abril de 2015.

O autor parece engajado em mostrar uma incompatibilidade entre o cerco aos palestinos em Beirute e o sentimento de justa reivindicação dos judeus por um Lar Nacional – “em que poderiam reconstruir, na paz, seu Templo, e juntar as tribos esparsas” ou “Israel devia ser para os judeus de todo o mundo a terra da Promissão”. Mauro recorre ao metadisco do localizar, na direita israelense, “certa volúpia expansionista”, além de nominalizações ao referenciar os acontecimentos da guerra, como “massacre”, “nova diáspora”, “assalto”, “batalha de Beirute” e “problema do Oriente Médio”. As constantes metáforas empregadas fazem o texto alternar entre a poesia – “estatísticas reveladoras de desencanto”, “perderá a batalha do mundo”, “em busca de seu direito de viver”, “o Estado com que sonhou Herzl” – e a crítica exacerbada – “a insânia do governo”, “o exercício de poder por velhos e irrecuperáveis fanáticos”, “empedernidos radicais”, “fronteiras marcadas com os ossos de todos os palestinos”, “aventureiros loucos, esfomeados de espaço e com sanha genocida”.

No caderno “Exterior”,⁵⁶ uma foto de crianças carregando mantimentos para o lado ocidental de Beirute, ainda sob bloqueio israelense, na parte posterior da página adorna o título da matéria principal, “Israelenses são contra um ataque a Beirute Oeste” (ANEXO XIX). O lide informa que, segundo o jornal *Yediot Aharonot*, 68% dos israelenses são contrários a uma incursão militar das Forças de Defesa de Israel na zona ocidental da capital libanesa e que, ainda assim, “o governo israelense reuniu-se para ‘estudar alternativas militares’ diante da falta de progresso nas negociações”. A justaposição da informação sobre a reunião do governo Begin pode sugerir indiretamente uma possível insensibilidade ante a opinião da maioria da população israelense. De toda forma, essa impopularidade manifesta da guerra passaria ao leitor o ímpeto de uma resolução breve.

Em seguida, talvez com o intuito de respaldar moralmente a estatística e incitar a esperança no fim da guerra, o jornal chama atenção para o fato de que Arafat entregou às Nações Unidas um plano de retirada com 11 pontos, incluindo o estabelecimento de uma força de paz da ONU em Beirute ocidental, retirada dos israelenses após a saída dos guerrilheiros palestinos e a garantia internacional de segurança da OLP. Quanto à narrativa da guerra em si, a matéria alerta: “Palestinos e israelenses travaram violentos combates durante todo o dia ontem na capital libanesa”. A não ser pela adjetivação “violentos”, nota-se um esvaziamento nas tentativas de atribuição direta dos ataques a

⁵⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, caderno “Exterior”, 12 de Julho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5389910> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

um lado ou outro e a subsequente ênfase no agente mais forte – obviamente, as Forças de Defesa de Israel.

O ponto mais sensível da edição, capaz de suscitar a empatia do leitor, estaria em uma matéria menor, com o título “Epidemias ameaçam a população da capital”. Por meio de uma série de nominalizações elucidadoras do desespero dos libaneses, o texto diz que “as necessidades mais urgentes da cidade não são a comida e a água, mas algumas coisas que talvez nunca tenham pensado precisar: soro contra mordida de ratos, suturas e espaço para sepultar os mortos”. Para agravar a imagem mental caótica provocada, a matéria acrescenta que os médicos da Cruz Vermelha alertaram que “os fatores que representam o perigo para a saúde são o contínuo racionamento de água e o acúmulo de lixo nas ruas”. A quebra de expectativa presente na primeira oração e a descrição de um cenário repulsivo servem para captar a atenção do leitor.

Com o passar dos dias, dado o andamento lento das negociações tripartites e seu respectivo estancamento frente algum obstáculo para Israel ou a OLP, a Primeira Guerra do Líbano se torna uma manchete menos frequente nas capas da *Folha*, com a editoria internacional dando ampla atenção a outro confronto armado no Oriente Médio – a Guerra Irã-Iraque. O tema só ocuparia a manchete principal do jornal na edição de **26 de Julho**⁵⁷, com o anúncio do que se supunha ser um fato histórico: “OLP reconhece existência de Israel” (ANEXO XX). A oração, complementada pelo subtítulo “Anunciada decisão de Yasser Arafat”, inspira eloquência de uma decisão que aparentemente representaria um gesto de aproximação entre palestinos e israelenses. No início do texto chamada, contudo, fica claro que a problemática seria mais complexa:

O líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, reconheceu o direito de existência do Estado de Israel, ao aceitar – em documento assinado a uma delegação do Congresso norte-americano – as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU.

No lide da referida matéria, no caderno “Exterior”⁵⁸ (ANEXO XXI), o redator informa que Arafat assinou um “documento aceitando todas as resoluções das Nações Unidas referentes à questão palestina, mas que também reconhecem o direito à existência do Estado de Israel”. Pelas nominalizações “questão palestina” e “direito à existência do Estado de Israel”, o texto simplifica a jurisdição presente nos documentos

⁵⁷ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.472, 26 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/26/2//5391244> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

⁵⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.472, caderno “Exterior”, 26 de Julho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/26/2//5391247> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

assinadas por Arafat, em especial a resolução 242⁵⁹ (a resolução 338⁶⁰, aprovada após a Guerra do Yom Kippur apenas reafirma a primeira). A título de esclarecimento, a resolução 242, aprovada após a invasão e anexação dos territórios árabes por Israel após a Guerra dos Seis Dias (1967), intimava a retirada de Israel das áreas ocupadas, porém, implicitamente, reconhecia a existência do Estado judeu pela nominalização “soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estado da área”:

A Resolução 242, do Conselho de Segurança, pretendia estabelecer um enquadramento para a paz na região, porém foi incompleta ao não mencionar explicitamente a Palestina, referindo-se apenas ao “problema dos refugiados” – ao fazer referência à independência política de cada Estado na região, excluía-se automaticamente os palestinos. Além disso, ao exigir o retorno israelense às fronteiras anteriores à ofensiva de junho, o documento explicitamente endossava a jurisdição sobre o território ocupado por Israel na guerra de 1948, além das fronteiras do plano de partilha da ONU. (GATTAZ, 2003, 144)

É possível considerar que o jornal salientou uma informação presente nas entrelinhas do gesto de Arafat – a assinatura das resoluções acarretava o reconhecimento *de facto* de Israel – e, por critério de relevância, a publicou como manchete principal da edição. Em seguida, o texto alerta: “O surpreendente anúncio, que abre caminho para o reconhecimento da OLP por parte dos Estados Unidos, foi feito no escritório da organização palestina, em Beirute”. Portanto, além da qualificação do anúncio como “surpreendente”, o jornal vislumbra algo maior, que seria a possibilidade do reconhecimento da OLP pelo governo norte-americano.

A matéria acrescenta que os “Estados Unidos negaram-se até o momento negociar com a organização palestina – reconhecida por mais de 120 países – porque ela não reconhece Israel”. Nesse ponto, o redator parece antecipar uma alternativa para o desenrolar das negociações tripartites, já que um obstáculo diplomático fora eliminado. Tal proposição é confirmada quando o texto sugere explicitamente que “a iniciativa de Arafat pode mudar o rumo da crise do Líbano”. A assinatura se deu no encontro do líder palestino com o deputado republicano da Califórnia Paul McCloskey, que, em uma citação literal da *Folha*, chamou Arafat de “homem caloroso que fala do fundo do coração”, em uma expressão de sensibilidade. Em uma nota – “Washington e Jerusalém não fazem comentários” – ao lado da matéria, é dito que o Departamento de Estado

⁵⁹ SECURITY COUNCIL. Resolution 242 (1967) of 22 November 1967. **United Nations**. Disponível em: <http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

⁶⁰ SECURITY COUNCIL. Resolution 338 (1973) of 22 October 1973. **United Nations**. Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7FB7C26FCBE80A31852560C50065F878> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

“manteve silêncio absoluto a respeito da decisão de Yasser Arafat”, enquanto o governo Begin foi metafórico na qualificação: “truque propagandístico dos terroristas”.

3.4 Agosto de 1982: A retirada

O bloqueio de Beirute ocidental pelas Forças de Defesa de Israel e as negociações tripartites entre a OLP, o governo libanês e o enviado especial dos EUA, Philip Habib, prosseguiam no início do mês de Agosto. Na capa da edição de **2 de Agosto**,⁶¹ a guerra retornaria à manchete principal do jornal: “Beirute sofre ataque decisivo” (ANEXO XXII). A oração na voz passiva omite o agente da ação, mas ressalta a condição frágil e subalterna por “sofrer um ataque decisivo”. Por sua vez, a opção lexical do editor pelo adjetivo “decisivo” não caracteriza claramente a natureza do ataque, ou seja, em que sentido ele foi decisivo. Um esclarecimento mais pertinente viria no título na matéria no caderno “Exterior”⁶² – “Israelenses realizam o maior ataque contra Beirute e ocupam o aeroporto” (ANEXO XXIII). Nota-se o intuito de não só evidenciar o agente da ação (“Israel”), como também, tal qual nas primeiras edições sobre a guerra, elucidar Beirute como um ser unitário que foi vítima dos bombardeios.

Pela primeira vez em semanas, a guerra por si só – e não as negociações diplomáticas relativas a ela – ocuparia parte substancial da cobertura da *Folha*. O discurso técnico-militar domina a narrativa da matéria principal da página, com enunciados descritivos quanto à duração dos combates, a localização das forças beligerantes nos bairros da capital, as táticas de guerra e os modelos de armas utilizadas. O lide do texto induz novamente à questão da superioridade armada das Forças de Defesa de Israel: “Apoiados por sistemáticos e intensos bombardeios aéreos, artilharia terrestre e marítima, as forças israelenses que se encontram na periferia de Beirute lançaram ontem o mais violento ataque durante a invasão do Líbano”. Os adjetivos “sistemáticos” e “intensos”, seguidos pela menção ao apoio conjunto de todas as tropas israelenses, e o superlativo como nominalização (“o mais violento ataque durante a invasão do Líbano”) marcam o tom imperioso em vigor no decorrer do texto.

O cenário descrito pelo jornal, baseado nos boletins das agências internacionais, por mais próximos do ideal de objetividade, provavelmente influenciaria o leitor pela

⁶¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.479, 2 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/02/2//4193933> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

⁶² A Folha de S. Paulo, edição nº 19.479, caderno “Exterior”, 2 de Agosto de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/02/2//4193968> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

emoção como ao dizer que, em Beirute ocidental, “predominam os escombros” e que, segundo a Agência Wafa, “a aviação israelense lançou, desde as primeiras horas do dia, mais de 150 ataques aéreos, atingindo alvos civis ‘indiscriminadamente’.” Apesar das aspas empregadas no advérbio “indiscriminadamente”, indicando a citação intertextual, a colocação das orações e parágrafos não indica a determinação do jornal em desmentir a notícia reportada. Mais do que isso, confirma que tais bombardeios configurariam um acontecimento histórico: “este foi o bombardeio aéreo mais intenso registrado contra uma capital árabe nas várias guerras em que Israel participou”.

Sob o subtítulo “Ataques”, é dito que “enquanto a aviação israelense despejava toneladas de bombas, as canhoneiras, armadas com foguetes, submetiam desde a costa do Mediterrâneo, a duros bombardeios as posições palestinas no aeroporto”. A condição de agente da aviação israelense pelo verbo “submetiam” e as imagens evocadas por “toneladas de bombas” e “duros bombardeios” reforçam o domínio de Israel no conflito. Provavelmente para manter o ar de imparcialidade, a matéria, em seguida, menciona os contra-ataques dos guerrilheiros da OLP, que “lançavam sem cessar foguetes Katiusha e Granad contra distritos residenciais da parte oriental (cristã) de Beirute”.

A descrição do cenário de destruição é complementada pela lembrança do bloqueio de alimentos, água, energia elétrica e combustível imposto a Beirute ocidental, situação que, de acordo com a matéria, “está provocando revolta na população e autoridades”. Há uma citação das faixas brancas penduradas na universidade de Beirute – “Nossos filhos estão desidratando-se” – em que o pronome inclusivo (“nossos”) serve de generalização proposital para abranger o sentimento coletivo dos libaneses sob o cerco. Outra informação relevante poderia soar como uma denúncia: “Nestes setores o número de residentes civis é maior do que o de militares e o de libaneses é maior do que o de palestinos”. Em uma frase, a *Folha* provou a debilidade do pretexto do cerco israelense a Beirute como tentativa de expulsar a OLP e concluiu indiretamente que todas as ações militares israelenses tinham os civis libaneses como vítimas principais.

Os bombardeios aéreos israelenses em Beirute ocidental levariam a guerra, mais uma vez, a ser manchete de destaque – “Israel avança em Beirute Oeste” – na edição de **5 de Agosto⁶³** (ANEXO XXIV). No caderno “Exterior”, nota-se uma subdivisão das publicações da editoria pelo subtítulo específico “A guerra no Líbano”, o que indicaria a opção editorial de dedicar uma parte exclusiva do caderno para a guerra. O título

⁶³ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, 5 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194577> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

“Israelenses avançam sobre Beirute Oeste”⁶⁴ (ANEXO XXV), semelhante à manchete de capa, desperta atenção por empregar a preposição “sobre”, podendo ressaltar a condição dominante do Exército israelense acima dos habitantes da cidade. Abaixo, a página contém um novo mapa de Beirute, com as posições palestinas e israelenses, e uma foto da UPI com um soldado correndo.

O lide da matéria serviria de atualização à notícia da edição de 2 de Agosto: “Sob a proteção do mais violento bombardeio já sofrido por Beirute, colunas de tanques israelenses avançaram ontem em três frentes no interior do setor muçulmano da capital libanesa, estreitando o cerco às posições defendidas pelos guerrilheiros da OLP”. O superlativo “o mais violento” estabelece um novo patamar de hostilidades a qual o leitor não conhecia. O cenário de campo de batalha é descrito por referências de apelo mais sentimental, como ao atentar que Arafat fez um “dramático apelo a seus combatentes para que resistam até a morte” ou ao resumir os bombardeios como “16 horas de fogo ininterrupto da artilharia terrestre e marítima, que deixou em chamas e escombros praticamente todos os bairros do setor Oeste da cidade”.

O discurso técnico-militar, recorrente nas matérias sobre a guerra em si, é empregado nos enunciados que citam a localização geográfica das tropas israelenses que incursionavam nos bairros a oeste de Beirute – “[...] ao Sul, onde os israelenses avançaram cerca de 1.500 metros”, “A Nordeste, os blindados avançaram 800 metros no setor muçulmano [...]”, “no bairro Berbir, os israelenses estão a menos de 1.500 metros do QG da OLP”, etc. Além disso, o jornal expõe as estimativas de mortos e feridos no ataque de acordo com as diferentes fontes palestinas, israelenses e libanesas, mas informa que “ainda não há um balanço oficial de vítimas”. Apesar da referência a dados de ordem puramente tática, o discurso técnico-militar se alterna a orações transitivas que estimulam a captação da notícia pelo viés emotivo, como na narração gradativa de que “a pesada de foguetes e morteiros [...] atingiu indiscriminadamente áreas militares, residenciais, edifícios de escritórios, hotéis, escolas, hospitais, embaixadas” ou de que “edifícios inteiros ruíram e relatos da tragédia eram inúmeros”.

Textualmente, o periódico parece desconfiar da justificativa inicial das Forças de Defesa de Israel para tamanha ofensiva: “Violando o nono cessar-fogo, que entrara em vigor domingo, Israel iniciou seu bombardeio pouco depois da meia-noite em resposta ‘às reiteradas violações’ por parte dos ‘terroristas’, segundo comunicado de Tel Aviv”.

⁶⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194654> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

A afirmativa inicial de que Israel estava “violando o novo cessar-fogo” contradiz diretamente a acusação israelense, pelo recurso da pressuposição, de que as “reiteradas violações” ao cessar-fogo partiriam dos palestinos, caracterizados de “terroristas” – citado entre aspas para marcar que a tal categorização proviera de um discurso externo.

Na página seguinte,⁶⁵ noticia-se que a United Press International (UPI), uma das agências que fornecem material à *Folha*, teve seu escritório em Beirute ocidental seu escritório destruído por uma bomba de fragmentação israelense (ANEXO XXVI). Segundo uma pequena matéria, o local foi “atingido pelo fogo da artilharia das canhoneiras israelenses e seriamente danificado pelo incêndio que se seguiu”. No texto, há a declaração do diretor da UPI, Vicent Schodolski, de que “não existia nenhuma posição palestina por perto” e que o bombardeio lhe pareceu “completamente fora de propósito”. Com o provável objetivo de dar voz aos jornalistas que testemunharam a intensidade do ataque por distintos ângulos, a *Folha* publica dois depoimentos, escritos em primeira pessoa, dos correspondentes da agência – “O medo no porão de um hotel”, assinado por Julie Flint, e “Assistimos ao bombardeio bebendo chá”, de John Moody.

No primeiro caso, Julie Flint relata, em frases curtas e diretas, seu refúgio no porão do hotel Bristol para escapar das bombas de fósforo – segundo ela, “caem de todas e em todas as direções” - lançadas nas ruas de Beirute. Com tom pungente, a jornalista conta emotivamente sua experiência claustrofóbica pelo que Fairclough denomina processos relacionais, isto é, “envolver relações entre entidades ligadas a ser, tornar-se ou ter”. (2008, p. 224) No caso, os processos relacionais proporcionam fluidez ao texto e aguçam a apreensão imagética do leitor: “o fogo deixou o ar quase irrespirável”, “todos os quartos foram destroçados”, “as ruas estão horríveis”, “a única forma de respirarmos é através de pedaços de pano”.

Já o jornalista John Moody relata que, durante os 50 minutos de bombardeios, se refugiou na casa de uma libanesa – onde desfrutou da “hospitalidade de guerra de Beirute” – para “esperar que o ataque passasse”. Depois, em uma “breve pausa na carnificina”, foram levados de volta à sucursal da UPI por três combatentes da OLP. A publicação desses dois breves depoimentos pessoais remeteria ao que o linguista francês Patrick Charaudeau chama de reconstituição, isto é, dizer o que aconteceu (2006, p. 89). Um testemunho, como ambos os narrados, representa um meio do processo jornalístico atingir um grau de verossimilhança. “Tornar verossímil é tentar fazer crer que o relato

⁶⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 13. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194661> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

corresponde à reconstituição mais provável, apresentando-se o dito como o mais fiel possível ao fato tal como se realizou" (CHARAUDEAU, 2006, p. 89).

Convém reafirmar que a narrativa da *Folha* tem como fonte os boletins da UPI e das agências instaladas no Líbano, já que, como conta o ex-editor Natali, "muito raramente o redator entrava em contato com determinada fonte externa e solicitava informações complementares" (2015, p. 90). No entanto, os bombardeios israelenses, bem como os variados métodos destrutivos empregados em Beirute ocidental, foram objeto de amplo registro jornalístico, como na descrição de Robert Fisk:

Como se os números de mortos já não fossem suficientemente constrangedores para os israelenses, agora emergiam crescentes evidências de que eles estavam usando bombas de fragmentação contra Beirute ocidental [...]. O que torna a bomba de fragmentação tão temível era a sua natureza aleatória. Ela matava quem quer que estivesse perto do local de detonação com uma chuva de bolas de aço e fragmentos de metal. Usada em uma área residencial, era uma arma extremamente violenta [...]. Um tipo de bomba de fragmentação que eu vira e examinara consistia em um conjunto de receptáculos metálicos triangulares, cada um contendo uma massa cilíndrica de explosivo feito com um pó químico branco. Encontrei dúzias desses receptáculos não detonados em Chatila, nas vielas entre os arruinados barracos de concreto não muito distantes da embaixada kuwaitiana. Os israelenses foram tão categóricos ao dizer que não haviam usado essas armas nos campos que eu cheguei a levar um saco com os receptáculos para casa e montá-los numa mesa da minha sala. (FISK, 2007, p. 381)

Exatamente duas semanas depois, após acordos e desacordos no decorrer das negociações tripartites, o governo libanês enfim submeteria formalmente pedidos para a chegada de uma força multinacional de "desmobilização" para escoltar os palestinos membros da OLP e suas famílias em sua saída de Beirute (FISK, 2007, p. 447). Essa força multinacional de paz, de acordo com o historiador Georges Corm, era composta por "contingentes estadunidenses, franceses e italianos que supunham os combatentes palestinos em sua retirada de Beirute e, de maneira mais geral, a população civil libanesa à espera da restauração do Estado libanês" (2006, p. 140). A exigência de uma Força Multinacional se justificaria pelo receio de Arafat das consequências de uma retirada confiada exclusivamente na Sexta Frota norte-americana:

Arafat já fizera saber que não aceitaria proteção militar americana para a evacuação dos seus 11 mil, ou mais guerrilheiros de Beirute. A OLP não podia ser vista escondendo-se atrás dos Estados Unidos para escapara dos israelenses. Ele tinha medo de que isso acontecesse. Mas tinha ainda mais medo de que os americanos deixassem de dar proteção à OLP. Porque, sem a presença dos aliados americanos de Israel em Beirute, os israelenses poderiam descumprir as promessas de passagem em segurança para a OLP e tanto atacar os guerrilheiros durante a evacuação como matar os civis palestinos que ficassem para trás a partida da OLP. Portanto, Arafat estava preparado para permitir que seus homens saíssem sob auspícios de uma força

multinacional que incluíssem não somente fuzileiros navais dos EUA, mas também soldados italianos e franceses. (FISK, 2007, p. 406)

O primeiro dia da evacuação dos palestinos estaria entre as manchetes da *Folha* na edição de **21 de Agosto**⁶⁶ - “Retirada dos palestinos começa hoje” (ANEXO XXVII). No texto chamada, a evidenciação de que aquele fato seria digno de memória:

Começa hoje a retirada dos guerrilheiros palestinos sitiados há 69 dias pelo Exército israelense em Beirute Oeste, onde nos últimos 12 anos a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) manteve seus principais organismos políticos, militares, econômicos e sociais. Nos próximos 15 dias, esses combatentes se espalharão por oito países árabes - em uma vasta área que vai do Norte da África ao extremo Leste da Península Arábica.

Percebe-se, nesse curto parágrafo, o caráter elucidativo do texto ao explicar ao leitor que a OLP se alojou em Beirute ocidental nos “últimos 12 anos”, ou seja, a edição certamente anunciara um fato histórico, determinante nas relações intercivilizacionais entre os árabes e Israel. No caderno “Exterior”,⁶⁷ a *Folha* dedica o todo da página a matérias e colunas de opinião sobre o processo de evacuação e suas consequências presumíveis (ANEXO XXVIII). A página também comporta um mapa, intitulado “O calendário da retirada”, com os países que receberão os imigrantes palestinos, o número dos respectivos contingentes e a data de partida de cada grupo, sugerindo a iniciativa do jornal de transmitir ao leitor o máximo de dados factíveis do acontecimento.

A matéria “Palestinos começam a sair hoje de Beirute”, destaca, especialmente, a “última condição imposta por Jerusalém para que a evacuação pudesse começar” – a devolução pela OLP, por intermédio da Cruz Vermelha Internacional – de um piloto e um soldado israelenses capturados e de restos mortais de quatro oficiais da invasão de Israel em 1978. As escolhas discursivas e lexicais presente no texto apresentam, em geral, o tom otimista quanto ao acontecimento relatado, como, além da informação de que as exigências foram cumpridas com a entrega dos oficiais capturados, nas falas confiantes do general israelense Amir Drory – a citação direta “Receber nossos homens de volta era a condição necessária para começar o processo de retirada dos terroristas de Beirute” – e do primeiro-ministro libanês Chafik Wazzan – a citação indireta “disse que a evacuação, que durará 15 dias, começará à tarde”.

A narrativa positiva procede com o auto-explicativo subtítulo “Caminho aberto”, a partir do qual a matéria informa que “os israelenses fizeram um pequeno recuo na área

⁶⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.498, 21 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/21/2//4198834> Acesso em: 27 de Abril de 2015.

⁶⁷ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.498, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/21/2//4198879> Acesso em: 28 de Abril de 2015.

do porto [...] para permitir na área portuária a entrada de tropas do Exército regular libanês". A matéria ainda esclarece gradativamente o número dos contingentes de palestinos a se retirarem e dos integrantes norte-americanos, franceses e italianos da Força Multinacional. De acordo com o texto, por exemplo, "um primeiro grupo de guerrilheiros de 300 a 400 guerrilheiros feridos partiriam para a Grécia", enquanto "a força internacional de paz deverá ter 800 fuzileiros navais norte-americanos, 800 pára-quedistas da Legião Estrangeira da França e 532 soldados italianos".

A proposta do jornal de tornar o processo de retirada dos palestinos o mais inteligível possível é conferível na publicação até do cronograma, divulgado pelo Departamento de Estado norte-americano, com as datas de cada etapa, indo da partida do primeiro grupo da OLP – "Agosto, 21 (hoje)" – até partida da Força Multinacional, prevista para "Setembro, 21 a 26". Até aquele momento, não era previsto que a Força Multinacional, após a partida da OLP, permaneceria no Líbano com a missão de desarmar milícias "esquerdistas" sob o pretexto de proteger civis libanesas (MAALOUF, 2011, p. 277). Em outra matéria menor, intitulada "EUA retirarão seus fuzileiros caso o acordo seja violado", é apresentada a evacuação pela perspectiva do presidente Reagan, afirmindo, em uma citação literal, que "a presença das nossas tropas servirá também para ajudar no restabelecimento da soberania libanesa na região", valendo-se da nominalização ao não especificar o que compreende por "restabelecimento da soberania libanesa".

Os três colunistas brasileiros – Claudio Abramo, Newton Carlos e Paulo Francis – analisam o desfecho dos 69 dias de cerco israelense a Beirute ocidental pela ótica, respectivamente, da OLP, Israel e EUA. Abramo questiona o futuro dos palestinos ao constatar a insegurança dos representantes da OLP com o suposto "papel muito importante" da Organização em sua saída do Líbano. O colunista se mostra descrente da quanto às iniciativas políticas do grupo ao pressupor a "derrota política e militar da retirada" e ao considerar que "a OLP não pode esperar muito dos países árabes, a não ser um abrigo ou um asilo que se revelarão aos poucos extremamente restritivos".

Já Newton Carlos crê que o aumento da bancada parlamentar do Likud, partido conservador de Menachem Begin e Ariel Sharon, nas eleições em Israel comprovaria "a verdadeira grande meta da chamada operação 'paz na Galileia'", afirmado metaforicamente que "as peças se juntam" e "Beguin e Sharon passaram a contar com maioria mais cômoda [...] para levar adiante seus planos expansionistas, de grandeza". Por fim, Paulo Francis, ironiza o presidente norte-americano ao dizer que, "pelas

declarações de Reagan e cia., parece que a deportação da OLP foi um grande evento para a história da humanidade”. O colunista de Nova York novamente emprega uma série de nominalizações ao classificar Israel como “um simulacro semicaricato da Alemanha nazista”, dizer que “a mídia americana desceu a novos níveis de obscenidade” e expor a presumível contradição de que, referindo-se aos EUA, “neste país de protestos, só quem protestou mesmo foi um ou outro jornalista”.

Durante a retirada gradual dos palestinos de Beirute, outro acontecimento crucial na história do Líbano ocuparia a capa da edição de **24 de Agosto**⁶⁸: a eleição do Bachir Gemayel, líder das Falanges Libanesas, à presidência do Líbano. Na capa, a manchete anuncia a eleição, mas oculta o nome do vitorioso – “Líbano tem novo presidente” (ANEXO XXIX). Em seguida, o texto chamada elucidaria mais a respeito de quem era o candidato eleito: “Bachir Gemayel, 34 anos, de extrema direita, comandante das milícias falangistas libanesas, candidato único apoiado por Israel, foi eleito ontem pelo Parlamento o sétimo presidente do Líbano, pro 57 votos a zero e cinco abstenções”. A julgar pelo conjunto de aspectos da personalidade política de Gemayel pautadamente apresentados, é possível sugerir que o objetivo de impactar o leitor, dado o campo semântico estreito aludido em cada uma das referências – “de extrema direita”, “comandante das milícias”, “candidato único”, “apoiado por Israel”. A atribuição dessas caracterizações ao novo presidente libanês pode indicar que Gemayel não só era um líder autoritário, como também de colaboracionista direto das tropas invasoras.

No caderno “Exterior”,⁶⁹ acima da foto de destaque de Gemayel carregado nos braços por correligionários, o título da matéria principal o coloca em condição de passividade da ação – “Gemayel é escolhido presidente do Líbano” (ANEXO XXX). O lide se assemelha ao texto chamada, porém é mais sutil na seleção lexical, substituindo “de extrema direita” por “direitista” e “comandante” por “líder”. O texto atenta que o colégio militar onde ocorreu a eleição era “em território controlado por pelas tropas israelenses” e contou “com a participação de 62 deputados, exatamente os dois terços necessários para que houvesse quórum”. São evidenciados, assim, pontos previsivelmente polêmicos quanto ao fato e seu agente principal, o que poderia induzir à suspeita em relação à lisura do processo eleitoral. Essa desconfiança externada tem motivações concretas, conforme confirmada no depoimento de Robert Fisk:

⁶⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.501, 24 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/24/2//4199711> Acesso em: 28 de Abril de 2015.

⁶⁹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.501, caderno “Exterior”, 24 de Agosto de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/24/2//4199741> Acesso em: 29 de Abril de 2015.

Em 23 de agosto, (os maronitas) celebraram o fruto de sua aliança com Israel, a eleição de Bachir Gemayel como presidente do Líbano. Não houve nenhuma surpresa. A essa altura, sua ascensão estava assegurada. Ele era o homem de Israel. A eleição foi realizada na Academia Militar do Exército libanês em Feradiye, nas colinas acima de Beirute oriental, e a maioria dos membros da assembléia assentiu em participar dos papéis pré-determinados que se esperava que desempenhassem. (2007, p. 461)

A matéria informa que o anúncio da vitória de Gemayel foi sucedido de “uma ruidosa comemoração no setor Leste da capital libanesa, controlada pelas milícias cristãs, que colaboraram com as forças de ocupação de Israel”. O texto segue: “Crianças e adultos disparavam suas metralhadoras para o ar, motoristas acionavam as buzinas e ambulâncias e caminhões de bombeiros faziam ecoar suas sirenes”. A lembrança de que o setor oriental de Beirute é controlado por milícias e que estas colaboraram com os invasores israelenses, acrescida da visão induzida de crianças manejando armas, reiteram a apreensão, por parte do redator, de que a eleição do líder falangista provocaria mudanças importantes no decurso da guerra. Tal concepção se confirma no relato de que o resultado foi “recebido com irritação”, que a maioria dos deputados muçulmanos boicotou a eleição e afirmou que ela foi “imposta pelas baionetas israelenses”, e que o líder druso Walid Jumblatt disse que a presidência de Gemayel seria a “ditadura Gemayel”, com o texto demarcando o discurso metafórico.

A *Folha* também dedicou ao novo presidente libanês um perfil. Segundo o jornal, Gemayel é considerado “um ‘duro’, que não hesita quanto os meios para chegar ao fim que se propôs” e herdou do pai “o comando do Partido Falangista, das milícias e do conjunto das forças políticas de direita do Líbano”. As estratégias de referênciação optado pelo redator delimitam não só a concentração de poder presente nas mãos do falangista, como também o viés autoritário e imprevisível de sua personalidade. Além de adjetivar diretamente Gemayel como “duro”, o texto lembra que, em sua origem, as Falanges Libanesas “sofreram forte influência do nacional-socialismo de Hitler”, isto é, um espectro político reconhecidamente associado à intolerância.

A seleção lexical contribui para compor essa imagem, já que Gemayel é denominado, pelo texto, de “muito intransigente”, “inimigo declarado da presença dos palestinos no país” e “líder incontestável das tendências direitistas”. Entre as táticas de nominalização, o redator fala em “ascensão”, ao se referir a sua promoção à liderança das Forças Libanesas, e do “peso de sua mão de ferro”, ao autorizar a degola de 200 civis em Beirute em represália à morte de quatro falangistas. Aliás, os verbos empregados na ordem ativa corroboram com seu estereótipo autocrático e antipopular –

“impôs”, “mandou degolar”, “não gosta de falar” –, bem como citações diretas lembradas – “cooperaria até com o diabo para salvar o Líbano” e “no Oriente Médio, temos basicamente os mesmos interesses que os EUA”.

Paralelamente à eleição de Gemayel, prosseguia a evacuação dos palestinos do Líbano, tema da coluna de opinião de Claudio Abramo – “Interesse de Jerusalém é ampliar sua influência”. O autor, em um processo criativo, faz uma descrição minuciosa dos palestinos que se retiraram de Beirute, talvez com o intuito de atribuir a eles traços mais humanos do que os reportados nas narrativas jornalísticas convencionais:

Braço erguido, a Kalashnikov brandida, o V da vitória (curiosa adaptação de um símbolo criado por um dos mais astutos e inescrupulosos reacionários do mundo moderno, Winston Spencer Churchill), um sorriso que mal oculta o desespero e a angústia antecipadas, uniformes impecáveis, passados, as botas engraxadas, o olhar entre aflição e indômito, eles se vão, esses valorosos jovens fedains palestinos, deixando atrás de si uma paisagem desfeita, mais destruída emocionalmente que materialmente.⁷⁰

Nesse parágrafo introdutório, Abramo se utiliza linearmente de um conjunto de atribuições subjetivas para desenhar aspectos físicos e psíquicos dos retirantes palestinos, artifício que, somada à ironia referente a Churchill e à oração não-diretiva “eles se vão”, proporciona o tom poético ao texto. O autor classifica a retirada da OLP como “derrota política e militar”, porém acrescenta, sem citar ainda o sujeito da ação (os palestinos), que chegaram à derrota “depois de uma resistência militar importante, não permitindo à infantaria de Sharon a opção de entrar facilmente em Beirute Oeste, e foi o que levou Israel a negociar, finalmente”. Nota-se a perspectiva ideológica de Abramo na identificação das operações da OLP como “resistência militar importante” e no recurso da personalização do Exército israelense como “infantaria de Sharon”.

Quanto à eleição de Gemayel, o colunista, no que ele chama de “parte pragmática”, é categórico ao dizer que o presidente “vai transformar seu país num satélite obediente a Israel” e que “os israelenses têm inúmero projetos políticos para o Líbano – e para o Oriente Médio –, mas têm igualmente vários projetos práticos”. A pressuposição é empregada na conclusão de aspectos do processo geopolítico da região tidos como dados, como na suposição de que, entre os projetos práticos firmados entre Israel e o novo governo libanês, está a apropriação das águas do rio Litani – “acordo que permita fornecimento contínuo dessa água por vários anos” – e a expulsão dos sírios de território libanês por não contarem com apoio da URSS – “está tão engasgada

⁷⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.501, caderno “Exterior”, 24 de Agosto de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/24/2//4199741> Acesso em: 29 de Abril de 2015.

com uma série de problemas graves”. A ironia também se faz presente na referência a Israel como “ariete e bobo da corte dos EUA”, na interpretação de que a guerra serviu para “extrair o Líbano dos países árabes ou arabizantes” – “os libaneses, aliás, gostam de dizer que são descendentes dos fenícios” – e na lembrança de que nenhum dirigente da OLP foi capturado pelo “glorioso Exército de Sharon”.

A crise militar e política de Beirute teria seu desfecho registrado na edição da *Folha de 31 de Agosto*.⁷¹ No dia anterior, Yasser Arafat e os últimos combatentes palestinos, sob supervisão da Força Multinacional, deixaram Beirute. Na capa do jornal, abaixo de uma foto do líder da OLP se despedindo, a manchete apela para a citação das palavras originais de Arafat na partida: “Meu coração fica em Beirute” (ANEXO XXXI). A citação entre aspas remete à explicação de Fairclough sobre a representação de um discurso extrínseco: “Elas podem ter várias funções mais específicas, como distanciar a si próprio da voz externa, usar sua autoridade para sustentar a própria posição, mostrar um uso para inovar, ou introduzir uma palavra nova” (2008, p. 154). No caso aludido, a representação da fala de Arafat tem a dupla função de distanciamento da voz externa e sustentação da posição de autoridade do enunciador. Além disso, em sua fala, Arafat se manifesta em termos metafóricos, com intuito de esclarecer sua gratidão aos libaneses que o acolherem em 12 anos de estada no país.

O título da matéria principal sobre o acontecimento histórico, no caderno “Exterior”, estende a declaração original de Arafat: “Eu vou, mas meu coração fica em Beirute”⁷² (ANEXO XXXII). No lide, as palavras de Arafat recebem ênfase especial na descrição detalhada do fato, relatado em um tom sugestivamente neutro:

“Eu vou, mas meu coração ficará em Beirute” – declarou o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat ao abandonar ontem o Líbano rumo ao novo exílio. O navio grego “Atlantis”, levando Arafat a bordo, zarpou do porto de Beirute às 11h41 (6h41 em Beirute), rumo à Grécia, escoltado por um barco de guerra da Sexta Frota norte-americana e outro da Marinha francesa.

Além da frase sentimental de Arafat, o texto reproduz pausadamente os elementos temporais e imagéticos da despedida do líder palestino com o aparente propósito envolver o leitor na apreensão do momento histórico pelo viés sensível. No que tange à seleção lexical, é presumível também que o parágrafo opta pelo verbo

⁷¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 19.508, 31 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/31/2//4200947> Acesso em: 1 de Maio de 2015.

⁷² A Folha de S. Paulo, edição nº 19.508, caderno “Exterior”, 31 de Agosto de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/31/2//4200961> Acesso em: 1 de Maio de 2015.

“abandonar” e nominalização “novo exílio” com a mesma intenção. Aliás, o caráter insólito da cena, por si só, desperta a atenção, já que a narrativa mostra um agente político controverso sob a proteção das Forças Armadas de dois países considerados “imperialistas” pelos princípios ideológicos da OLP, sendo que uma delas – os Estados Unidos – ainda classificava a organização palestina como “terrorista”.

O teor emotivo permanece ao longo da matéria no trato à figura de Arafat, talvez pelo reconhecimento de sua importância para a dinâmica geopolítica do Oriente Médio. Em sua partida, foi recebido com uma salva de canhões, fazendo o gesto de “V” da vitória com os dedos, enquanto, segundo o texto, “do alto de um edifício próximo ao cais, oficiais e jornalistas israelenses assistiam à partida”. Essa menção provavelmente alude ao impasse de os israelenses terem de testemunhar a saída de seu inimigo político declarado. Ao comentar sua última reunião de Arafat com aliados políticos libaneses, como o líder druso Walid Jumblatt, as declarações derradeiras são citadas novamente: “Aqui é uma estação e vou para outra estação. Esta é uma longa marcha [...]. Estou muito orgulhoso de ter tido a honra de defender esta parte de Beirute das bárbaras e selvagens forças israelenses”. Em seguida, mais uma citação de Arafat, para a agência Wafa: “As palavras jamais serão suficientes para expressar todos os meus sentimentos de amor e de respeito para com todos aqueles que conheci neste país, que recebeu, ao preço dos maiores sacrifícios e com a maior generosidade a revolução de nosso povo.”

É perceptível, nesses discursos externos referenciados, a persistência de sua constituição pela metáfora. “As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 241). Portanto, Arafat organiza sua capacidade retórica por meio de comparações implícitas entre a prática política e cenas tácitas da realidade cotidiana, como a referência à estada em outro país como “estação”, ao processo de retirada da OLP como “longa marcha” e aos transtornos decorridos no Líbano por sua condição de zona de guerra como “o preço dos maiores sacrifícios”. A metáfora também é utilizada na crítica aos líderes árabes, conforme aponta a matéria, “nada fizeram para ajudar os palestinos na invasão israelense”: “As neves do Monte Hebron estão mais quentes que os corações dos regimes árabes” e “A terra sob os regimes árabes tremerá logo com a erupção do vulcão de Beirute”.

Abaixo da matéria, a edição também publica um resumo biográfico da vida política do líder da OLP, intitulado “Novo exílio de Yasser Arafat”. O breve texto sugere um Arafat de reputação progressista e mandatário inconteste dos direitos do povo

palestinos “nas horas dramáticas e nos momentos de glória”. O texto aborda desde sua infância em um campo de refugiados em Gaza até seu reconhecimento pelas Nações Unidas como único representante legítimo dos palestinos, em 1974, quando discursou, pela primeira vez, na Assembleia Geral da ONU. Arafat é apresentado como “habitado à vida clandestina” e “transformou a batalha de Beirute num elemento aglutinador do movimento palestino”. Tal nominalização, que qualifica o cerco israelense como “a batalha de Beirute”, ratifica o feitio de heroísmo da resistência da OLP de Beirute. Por sua vez, a citação de um dirigente palestino crítico à OLP, cujo nome não foi divulgado, corrobora com a imagem axiomática do líder palestino: “Aprovamos tudo o que Abu Amar (nome de guerra de Arafat) decidir”.

A mesma impressão positiva não é aferida no jornal aos israelenses. Na coluna de Paulo Francis, por exemplo, o próprio título – “Intransigência de Sharon” – aponta para repulsa às diretrizes do general israelense. Francis condena a declaração de Sharon de que “Israel nunca devolverá a margem oeste do Jordão, ou Gaza, e que não negociará autonomia alguma, exceto ditada por Israel”. Por meio da pressuposição – o colunista pressupõe que o leitor tem conhecimento sobre os Territórios Ocupados –, o autor põe, mais uma vez, o Estado judeu como agente da ação, já que, por orações transitivas, Israel assume uma condição imperiosa – “Israel nunca devolverá”, “ditada por Israel”, “Israel insiste”, “Israel pretende desfazer”. A seleção lexical demarca o espírito crítico típico de Francis, já que, para ele, Bachir Gemayel é “nazista” e “traficante de haxixe, droga que lhe dá e à Falange fascista cerca de 2 bilhões de dólares ao ano” (não foram explicitadas fontes esclarecendo a questão), Israel “comanda Washington” e o governo norte-americano “silencia em face do obeso general Ariel Sharon”.

Terminadas as análises da cobertura da Primeira Guerra do Líbano, é perceptível que a *Folha* assumiu uma visão editorial majoritariamente crítica à deflagração do conflito por parte de Israel. Essa postura converge com a própria posição diplomática do Estado brasileiro de rechaço à violação da soberania do Líbano, o que demonstra um alinhamento do jornal como institucional aos organismos de poder formal. Na manifestação direta ou indireta de sua contestação à guerra, a *Folha* elenca os mais diversificados elementos retórico-discursivos que enfatizam a superioridade bélica de Israel, a condição de vulnerabilidade dos civis libaneses e o dilema dos palestinos ainda sem direito a um Estado nacional. Tal forma de abordagem jornalística, condenando claramente um lado em detrimento do outro, se modificaria com o passar de 24 anos.

4 OPERAÇÃO RECOMPENSA JUSTA (2006)

As transformações históricas tanto globais, como regionais, no decorrer de 24 anos foram acompanhadas por mudanças na própria *Folha de S. Paulo*. Tais mudanças se deram não apenas na estrutura da redação do jornal, como na abordagem realizada ante os fatos noticiosos. No caso da Segunda Guerra do Líbano, em 2006, a cobertura se tornou mais sofisticada pela própria disposição de recursos tecnológicos que agilizaram e redimensionaram o processo de produção jornalística. Mais do que isso, nota-se a proposição de novas táticas enunciativas quanto à invasão israelense e as retaliações do Hezbollah. O jornal, por meio de diferentes itens lexicais e narrativos, parece se mostrar mais equilibrado na responsabilização dos atores políticos pelo conflito, como poderá ser verificado na análise das sete edições selecionadas.

4.1 A *Folha de S. Paulo*, 2006

Israel e Líbano voltariam ocupar as manchetes principais do jornal *Folha de S. Paulo* nos meses de Julho e Agosto de 2006, passados 24 anos do cerco das Forças de Defesa de Israel ao setor oeste de Beirute. Até a primeira década do século XXI, grandes transformações ocorreram na estrutura do periódico, a começar pelo projeto gráfico. Segundo o ex-editor João Batista Natali (2015), o novo formato da *Folha* inclui a obrigatoriedade de se abrir uma manchete em toda extensão superior de cada página e a adoção de uma mesma largura para as colunas (chamadas de “módulos”), o que levou o jornal a abandonar o antigo critério, em que a notícia mais importante era paginada em uma coluna mais larga, enquanto a menos importante ganhava uma coluna mais estreita.

Natali salienta que a legibilidade do jornal melhorou com o aumento do entrelinhamento dos textos, o que, por outro lado, obrigou os jornalistas resumir as informações diminuindo o número de palavras (2015, p. 100). A questão da inteligibilidade das publicações se faz presente na quantidade maior de quadros e cronologias e na adoção de fotografias em cores em boa parte das páginas internas com qualidade superior às das agências (NATALI, 2015, p. 100). Outra transformação se deu no investimento ampliado em correspondentes internacionais, substituindo a dependência da republicação de artigos de jornais estrangeiros ou de agências. De acordo com Natali, essa mudança se justifica pelo reconhecimento da direção da *Folha* quanto à importância do próprio jornal no Brasil e no mundo:

A Folha passou a acreditar que ela própria faz parte do pelotão de diários mundialmente importantes e, por isso, procura fazer com que as entrevistas sejam feitas por seus correspondentes ou então por seus redatores. O problema não está propriamente em saber se essa importância é real. O fato é que os entrevistados – por amabilidade ou por conhecimento – aceitam responder às perguntas que o jornal encaminha por validar a influência e o peso editorial que o jornal atribui a si mesmo. (2015, p. 100)

Entre as agências de notícias contratadas pelo jornal, estão a Reuters, a Associated Press, a France Presse e a EFE, tendo a UPI saído dos quadros. Além da exclusividade da reprodução do francês *Le Monde*, a *Folha* comprou os direitos dos ingleses *Independent* e *Financial Times* e o norte-americano *New York Times*. Segundo Natali (2015), há duas explicações para a compra dos direitos desses periódicos. O primeiro seria a amplitude das redes de colunistas e correspondentes com maior amplitude que a *Folha*, além do fato de que aquilo que é noticiário interno para os EUA ou a Inglaterra se torna cobertura internacional para um jornal brasileiro. O segundo fator são os avanços das tecnologias de transmissão de informações, que propiciam o recebimento antecipado das edições on-line depois do fechamento, que podem ser lidas por qualquer pessoa com acesso à Internet (NATALI, 2015, p. 102).

Essa segunda transformação decorre diretamente do advento das novas tecnologias de informação e a subsequente possibilidade de compartilhamento constante de dados de qualquer região do globo. “Basta estar conectado à rede mundial de computadores para poder acessar bancos de dados em diversas línguas, além de jornais e revistas estrangeiros sem custo algum para o leitor” (CASTRO, 2006, p. 56). A disponibilidade de fontes alternativas na Internet propicia aos repórteres um acréscimo a seu trabalho de apuração jornalística, e um exemplo do emprego desses novos dispositivos se manifesta na cobertura da Segunda Guerra do Líbano, na qual, segundo a jornalista Renata Castro, “ficaram famosos os diários virtuais, blogs, de jovens libaneses e israelenses que procuravam mostrar sua visão do conflito e, principalmente, servir como um argumento para a ‘paz’ na região” (2006, p. 57).

A conjuntura geopolítica global e, especificamente, no Oriente Médio em 2006 também dferia significativamente em relação a 1982. Além da retirada das forças de ocupação de Israel da maior parte do território libanês, o longo conflito interconfessional, iniciado com a Guerra Civil Libanesa de 1975-76, chegaria a um desfecho com a assinatura dos Acordos de Taif, em 1989, entre os líderes comunitários do país (CORM, 2006, p. 159). Os Acordos, firmados na Arábia Saudita, estipulavam a

redistribuição do quórum parlamentar entre muçulmanos e cristãos e a divisão dos poderes do Executivo entre o presidente e o primeiro-ministro (FISK, 2007, p. 855).

No plano internacional, os Estados Unidos, sob a presidência de George W. Bush, se utilizavam da comoção pública provocada pelos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, para colocar em prática o projeto geoestratégico conhecido, nas palavras do então secretário de Estado, Donald Rumsfeld, como “Guerra ao Terror” (FERREIRA, 2010, p. 50). A adoção de tal programa representou a concentração do poder executivo norte-americano na política exterior por conta, principalmente, da delegação de poderes por parte do Congresso ao presidente (FERREIRA, 2010, p. 49). Contudo, a “Guerra ao Terror” incita uma série de dúvidas quanto à sua eficácia factual e na definição concreta do inimigo a ser combatido:

Pensando *stricto sensu* as prerrogativas do direito internacional – e mesmo na legislação nacional de inúmeros países – a guerra exigiria a existência de dois inimigos personificados juridicamente como Estados. Ao declarar – guerra ao terror, Rumsfeld trouxe uma perspectiva de guerra perpétua, haja vista a dificuldade de mensurar quando uma guerra contra o terrorismo terminaria. Além disso, o pronunciamento de George W. Bush dias depois dos ataques de 11 de setembro, afirmando que a responsabilidade dos EUA na história seria responder aos ataques e – livrar o mundo do mal, adiciona aí um amplo e vago objetivo que fortalece uma ideia de guerra perpétua impossível de ser vencida. (FERREIRA, 2010, p. 50)

O impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 e a subsequente deflagração da “Guerra ao Terror” resultaria na difusão da retórica do medo contra o presumido perigo latente e constante de “redes de terrorismo internacional”, ameaça forjada que, de acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm, “continua a ser desprezível” (2013, p. 135). Porém, acrescenta Hobsbawm, a afirmação sistemática de um inimigo global difuso, mas prestes a atacar inocentes a qualquer momento, seria útil à ampliação da hegemonia geopolítica dos EUA sob o pretexto da segurança coletiva:

A globalização da “guerra contra o terror”, desde setembro de 2001, e a retomada das intervenções armadas estrangeiras por parte de uma grande potência que condenou formalmente em 2002 as regras e convenções até então aceitas para os conflitos internacionais pioraram a situação. (2013, p. 134)

O historiador afirma que a recorrência a esse termo belicista por discursos oficiais dos governos George W. Bush, nos EUA, e Tony Blair, no Reino Unido, busca “justificar uma política imperial para o mundo” (2013, p. 46). “Exceto como metáfora, não pode haver algo como ‘guerra contra o terror’, ou ‘terrorismo’, mas apenas contra atores políticos particulares que o empregam como tática, não como programa”

(HOBSBAWN, 2013, p. 46). Portanto, a aplicação das geoestratégias imperiais dos Estados Unidos e do Reino Unido, implícitas na dinâmica da “Guerra ao Terror” no início dos anos 2000, se desdobrou no enfrentamento direto ou no isolamento programático dos atores políticos que contrariavam os interesses globais ou regionais das grandes potências, já que, para fins práticos, “necessita de um inimigo em todas as regiões do planeta” (FERREIRA, 2010, p. 68).

No Líbano, especificamente, a política externa norte-americana, enviesada na justificativa do “combate ao terrorismo”, encontraria no Hezbollah seu alvo preferencial. Segundo o escritor e xeque Naim Qassem (2010), o Hezbollah reconhece, desde sua fundação, o papel dos EUA no fornecimento de apoio financeiro, militar e político a Israel e na hostilidade contra qualquer iniciativa de denúncia ou resistência à ocupação israelense. “Os EUA categorizam a resistência islâmica no Líbano como uma forma de terrorismo, trabalhando, em muitas ocasiões, para inflamar a opinião pública libanesa contra ela” (QASSEM, 2010, p. 405). Por conta da classificação do Hezbollah como grupo terrorista, o governo norte-americano fomenta meios de neutralizar as atividades políticas e paramilitares da organização:

Os EUA ainda solicitam o confisco dos fundos do Partido e não poupam uma oportunidade, via transmissão midiática, para perpetuar acusações contra o Partido através do embaixador norte-americano e outros oficiais nos EUA. Todas as tentativas foram feitas e exploradas para distorcer a imagem e exercer pressão sobre Hezbollah. (QASSEM, 2010, p. 409, tradução nossa)

4.2 Julho de 2006: A nova invasão

Dentro do contexto histórico explicitado, não só o movimento unilateral dos EUA no enfrentamento à “ameaça terrorista” supostamente generalizada, como também os atores políticos globais acusados, pelas potências hegemônicas, de executar ou patrocinar atividades consideradas “terroristas” viriam a se tornar matéria-prima noticiosa farta para qualquer veículo midiático. É o caso da Segunda Guerra do Líbano, em 2006, cujo marco inicial seria uma das manchetes da edição da **Folha de 14 de Julho**.⁷³ Em uma edição cuja notícia principal era, de longe, a retomada dos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de São Paulo, as primeiras atividades militares das Forças de Defesa de Israel em território libanês foram aludidas na manchete “Israel invade o sul do Líbano depois do ataque do Hizbollah”

⁷³ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.226, 13 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/13/2//5238635> Acesso em: 9 de Maio de 2015.

(ANEXO XXXIII). O texto chamada, bem mais curto do que nas capas do jornal de 24 anos antes, explica: “Seis anos depois de deixar a região, Israel invadiu o sul do Líbano com artilharia pesada em resposta a uma ação do grupo terrorista Hizbollah, que matou oito militares e seqüestrou dois soldados israelenses”. Convém atentar que o jornal optou por escrever o nome do grupo em inglês – “Hizbollah” – em detrimento de sua versão aportuguesa, induzindo que os editores não quiseram, por alguma razão desconhecida, alterar a grafia original dos informes das agências.

É notável, portanto, a diferença implícita no discurso jornalístico da *Folha* em função de duas décadas. O título “Israel invade o sul do Líbano depois do ataque do Hizbollah”, sendo uma oração transitiva, remete ao conceito de Fairclough (2008) de “ação dirigida”, já que o enunciado dispõe de um agente claro (“Israel”), uma ação (“invade”) e um objeto (“o sul do Líbano”). Até esse ponto, a oração se assemelha às primeiras manchetes do jornal anunciando a Primeira Guerra do Líbano, em Junho de 1982, como “Israel bombardeia Beirute” (5 de Junho) e “Forças de Israel invadem o Líbano” (7 de Junho). Contudo, o acréscimo de um adjunto adverbial, simultaneamente, de tempo e de causa induz a uma postura editorial distinta: “depois do ataque do Hizbollah”. Assim, ao contrário da publicação de 24 anos antes, a edição evidencia que a invasão israelense se justificaria como resposta a uma agressão antecipada do Hezbollah. Desse modo, a operação militar era consequência direta do “ataque do Hizbollah”, apresentado por meio de uma nominalização e, posteriormente, esclarecido como uma ação que “matou oito militares e seqüestrou dois soldados israelenses”.

Tanto na manchete, como no texto chamada, percebe-se que a seleção lexical não responsabiliza um único ator político pelo estourar da guerra. O editor parece almejar um equilíbrio ao balancear as expressões atribuídas a cada lado: Israel “invadiu” o Líbano e “com artilharia pesada”, enquanto Hezbollah é um “grupo terrorista”, que “matou” e “seqüestrou”. Por conseguinte, os itens lexicais empregados induzem a um status de relativa equivalência moral entre as duas forças beligerantes. No caderno “Mundo”⁷⁴, o título da matéria sobre o acontecimento – “Israel invade o sul do Líbano após ataque” – segue o mesmo esquema (ANEXO XXXIV). Convém ainda acrescentar que tais enunciados se enquadram no conceito de títulos informacionais, que, segundo o semiólogo Maurice Mouillaud, “formam uma frase (ou, em todo caso, uma frase pode ser estabelecida), e colocam uma afirmação” (2002, p. 106). Outra característica do

⁷⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.225, caderno “Mundo”, 13 de Julho de 2006, p. A9. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/13/2//5238728> Acesso em: 11 de Maio de 2015.

título informacional diz respeito à manutenção do tempo presente, em lugar do passado, nas orações: “Caso se considerem os processos na ordem de sua produção, o título informacional represente um momento inicial, isto é, o ato presente”. (MOUILAUD, 2002, p. 115)

Ao lado de fotos de pontes destruídas pelos primeiros bombardeios israelenses e os tanques de guerra na fronteira israelo-libanês, o subtítulo reitera o caráter retaliatório supostamente existente na operação militar: “Premiê israelense afirma que ação foi ‘ato de guerra’; organização terrorista diz que operações militares não conseguirão libertação”. Na primeira frase, contendo uma citação direta, como aponta Fairclough, as aspas simples estabelecem as expressões “como pertencendo a uma voz externa” (2008, p. 154). Já na segunda frase, há a opção pelo discurso indireto, atribuindo uma fala genérica ao Hezbollah, sem especificar que personalidade a enunciou. O discurso indireto, ainda segundo Fairclough, é ambivalente: “não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não”. Tal subtítulo, por conseguinte, é emblemático pela atribuição de duas formas diferentes de representação de discurso a cada agente da ação. A edição se vale da estratégia de personalização, singularizando decisões políticas em um único indivíduo – “Premiê israelense” –, enquanto recorre à tática inversa ao generalizar a resposta do Hezbollah – “organização terrorista”. É possível que tal preferência editorial se explique pela atribuição de maior credibilidade declarações dos representantes de Israel, ao passo que uma “organização terrorista”, isto é, uma entidade política controversa e difusa, parece dispor de pouca verossimilhança.

Na única matéria sobre a incursão israelense publicada na edição, nota-se outro diferencial em relação ao caderno “Exterior” de 1982: a matéria é assinada. No caso, pelo jornalista Michel Gawendo, colaborador da *Folha* em Israel e residente no país desde 2002.⁷⁵ A assinatura de uma matéria por um correspondente estrangeiro corresponde a mais uma reconfiguração editorial da *Folha*:

Não se trata mais de uma personalidade da mídia brasileira na qual se valorizam os conhecimentos prévios sobre temas da política internacional e sua capacidade de emitir opiniões. O correspondente é hoje bem mais que um repórter. Não se exigem dele textos opinativos que caracterizam uma espécie de colunista sediado em um país estrangeiro. Mas, em contrapartida, há uma exigência bem mais centrada em narrar fatos que ele tenha apurado. (NATALI, 2015, p. 103)

⁷⁵ MARCELO NINIO E MICHEL GAWENDO PARTICIPAM DE BATE-PAPO DIRETO DE ISRAEL E DO LÍBANO. *Folha Online*, 26 de julho de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98340.shtml> Acesso em: 12 de Maio de 2015

No lide de seu texto, o correspondente repete a aparente aspiração a uma posição mais neutra em relação ao conflito, já que as escolhas lexicais e narrativas empregadas demarcam a correlação de forças entre ambos os lados:

Israel adentra 6 km no território do Líbano e respondeu com artilharia pesada, bombardeios aéreos e pelo mar, além de promessas de intensificar a ação militar, depois de ações de ontem do grupo terrorista Hezbollah em que dois soldados foram sequestrados, oito morreram e quatro civis foram feridos – as piores baixas desde a retirada israelense do sul libanês, em 2000.⁷⁶

É perceptível que o texto se utiliza de nominalizações para descrever o modelo e a dimensão das atividades militares levadas a cabo pelas Forças de Defesa de Israel – “artilharia pesada”, “bombardeios aéreos e pelo mar”, “promessas de intensificar”. Por outro lado, o redator é direto ao especificar o que o Hezbollah fez para ser alvo dessa operação, apresentando números precisos quanto aos israelenses atacados pela organização. Até então, não são publicadas estimativas de baixas decorrentes da nova guerra, o que não acontece, porém, com os detalhes da ação que serviria de pretexto para ela. Quanto ao acontecimento em si, é relevante frisar que o jornal não informa as circunstâncias prévias que motivaram o sequestro dos dois soldados israelenses e o ataque a outros doze pelo Hezbollah. Na verdade, a captura de militares israelenses na fronteira israelo-libanês estava longe de representar algo inédito.

Raptos eram ocorrência rotineira ao longo da fronteira. Era uma prática comum não apenas o Hezbollah raptar soldados israelenses, mas também Israel capturar libaneses inocentes. Como um documento da Anistia Internacional de 1998 relata: “Para a própria aceitação de Israel, presos libaneses têm sido mantidos como ‘moeda de troca’. Eles não são presos por conta de alguma ação, mas para serem trocados por soldados israelenses em atividade ou mortos no Líbano. A maioria tem passado dez anos ou mais em detenção isolada”. (SULTAN, 2008, p. 101, tradução nossa)

Além da reincidência dos sequestros como tática de barganha praticada pelos dois lados, a ação do Hezbollah em Junho de 2006 se explicaria, segundo Cathy Sultan, devido à imprudência dos soldados israelenses na fronteira, que pegou de surpresa até os próprios líderes da organização islâmica:

Os soldados israelenses próximos à fronteira aquele dia aparentemente violaram a pé os procedimentos operacionais, deixando seus veículos à vista das localizações do Hezbollah, e fizeram isso sem entrar em contato com comandantes de alto escalão e fora do alcance do fogo de cobertura. Um artigo do *Jerusalem Post* de 13 de Julho esclarece como isso aconteceu. (SULTAN, 2008, p. 102, tradução nossa)

⁷⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.225, caderno “Mundo”, 13 de Julho de 2006, p. A9. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/13/2//5238728> Acesso em: 11 de Maio de 2015.

Não é possível confirmar se a ausência de tais informações na matéria se deu pela indisponibilidade do acesso a elas até o momento da produção textual ou por sua omissão proposital por parte do redator. De toda forma, a seleção de um acontecimento factível como notícia a ser publicada envolve necessariamente um recorte de uma cena no tempo e no espaço, conforme salienta Maurice Moulland: “O espaço e o tempo social trazem marcas que definem áreas e momentos que prescrevem sua natureza e sua forma aos acontecimentos” (2002, p. 64). Moulland (2002) acrescenta que esse balizamento do tempo e do espaço pode ser posto em evidência em todos os acontecimentos sociais, expressos pelos anúncios que marcam o início e o fim dos mesmos. Ao mesmo tempo, a mídia não é senhora de acontecimentos que são definidos antes dela, e os “limites” do acontecimento não são unívocos (MOUILLAND, 2002, p. 65). No caso da *Folha*, a narrativa estipula uma circunscrição dentro de limites espaciais e temporais para demarcar o início da cobertura da guerra e seu término, abstraindo eventos históricos que a precederam o primeiro ataque do Hezbollah.

O primeiro parágrafo é seguido pela citação literal do primeiro-ministro israelense Ehud Olmert: “É um ato de guerra do Líbano contra Estado de Israel em seu território soberano”. A fala de Olmert é categórica ao atribuir ação do Hezbollah não a uma entidade política individual, mas ao “Líbano”, ou seja, ao Estado árabe em sua totalidade. Por conseguinte, pressupõe-se que a retaliação israelense se sobreporia ao Hezbollah e seria investida, de modo genérico e talvez arbitrário, contra o Líbano. A reiteração do discurso direto de Olmert é alternada com a citação indireta da declaração oficial de Israel para respaldar sua resposta militar: “Segundo o Exército de Israel, membros do Hizbollah atacaram com tiros e explosivos uma patrulha de dois jipes Hummer na fronteira”. Em seguida, alerta: “Ao mesmo tempo, dezenas de foguetes do tipo Katyusha foram lançados contra cidades no norte de Israel”. O redator não informa que os jipes atacados tinham a missão de busca aos soldados capturados e, por isso, adentraram em território libanês, estando sujeitos a riscos (SULTAN, 2008, p. 102). Portanto, de fato, não se tratava de um ataque inteiramente despropositado.

A partir de então, a matéria investe na narrativa de guerra, partindo fundamentalmente da perspectiva israelense do conflito, alertando, por exemplo, que “caças israelenses bombardearam bases de treinamento e armazéns do Hizbollah” e “navios de guerra israelenses entraram em águas territoriais libanescas”. Até aquele momento, segundo o texto, “pelo menos dois civis morreram em um dos bombardeios” e “outros 16 ficaram feridos”. É presumível que, aplicando o critério de relevância, o

redator considerou crucial justapor dados relativos às ações militares israelenses nos primeiros parágrafos, sem menção detalhada não só às movimentações do Hezbollah, como também das causalidades infringidas à população libanesa em geral pelos bombardeios. Mais do que isso, convém observar que a ênfase nas manobras militares da operação israelense se justifica pelo tipo de enquadramento preferido pelo redator nessa edição – militar ou belicista:

O enquadramento *militar* ou belicista, centrado nas táticas e estratégias de guerra, nos arsenais e equipamentos, foi o que enfatizou as informações sobre armamentos, trajetórias, mapas, manobras, movimentos, comparação de forças etc. Trata-se de uma perspectiva naturalmente atraente para os meios de comunicação de massa, dada a carga dramática e imagética de qualquer conflito, e portanto é previsível que seja um dos enquadramentos mais recorrentes. (ALDÉ, 2004, p. 10, grifo do autor)

Um breve espaço para um tom crítico se faz presente na citação referenciada a “um oficial israelense de alta patente”, cujo nome ficou no anonimato, de que “Israel fará o Líbano voltar ‘20 anos’”. Nesse ponto, o autor da frase é metafórico ao idealizar que uma guerra é capaz de provocar uma destruição material e humana comparável a um retorno forçado às condições precedentes à rotina da vida libanesa em 2006. A frase também subentende, mais do que o reflexo no espaço físico do retrocesso a um passado aleatório, a pressuposição de que o receptor da mensagem lembra o que se vivia “20 anos” antes no Líbano, ou seja, os repetidos conflitos armados que se arrastavam desde a crise intercomunitária de 1975. O texto também acusa Olmert e o então ministro da Defesa israelense, Amir Peretz, de “não terem passado militar heroico”. Sem explanar qual a significação do adjetivo “heroico”, o redator foge de uma regra básica na produção jornalística, conforme aponta o Nilson Lage: “os adjetivos testemunhais e as aferições subjetivas devem ser eliminados” (1999, p. 40). Com isso, o trecho está passível a infinitas interpretações, já que “heroico” é um termo emocional.

Na segunda parte da matéria, após o subtítulo “Foco em Beirute”, a citação à fala do chefe do comando Norte do Exército de Israel, Udi Adam, confirma a tentativa de não restringir o novo conflito israelo-libanês aos militantes do Hezbollah: “Acho que o debate no momento é entre nós e o governo do Líbano”. Curiosamente, os principais interessados nessa declaração explícita de guerra entre dois Estados – as lideranças políticas libanesas – não têm suas opiniões publicadas. Dito de outro modo, não há, na matéria, qualquer menção à possível resposta do primeiro-ministro do e presidente do Líbano sobre que atitudes tomarão ante à invasão israelense. O redator apenas afirma

que “autoridades libanesas apressaram-se em distanciar-se do sequestro dos militares israelenses”, não esclarecendo quem seriam essas autoridades.

O Hezbollah é enfim referenciado, com a declaração do líder da organização, Hassan Nasrallah, de que “só aceita libertar os soldados em troca de prisioneiros” e que “nenhuma operação militar vai devolvê-los”. As citações diretas e indiretas a Nasrallah inferem à probabilidade de agravamento do conflito, uma vez que, segundo o redator, ele também “ameaçou disparar morteiros contra cidades no norte e no centro do país”. Assim, fomenta-se sensação de que a guerra estaria apenas começando e configuraria uma pauta jornalística constante em edições seguintes da *Folha*.

No mesmo parágrafo, há outro ponto que remete aos objetivos políticos do Hezbollah e a sua própria composição: “Ele enfrenta críticas por manter um exército para combater Israel mesmo depois da retirada. O Hizbollah diz que os israelenses mantêm tropas nas Fazendas de Shebá, que a ONU considera território sírio”. Ao falar em “retirada”, o redator emprega uma nominalização para se referir à partida das Forças de Defesa de Israel da maior parte do sul do Líbano em 2000. Porém, parece rechaçar indiretamente a reivindicação histórica do Hezbollah pelas regiões conhecidas como Fazendas de Shéba e Kfar Shouba, na fronteira israelo-libanesa, que também a principal justificativa do movimento para não se desarmarem (QASSEM, 2010, p. 43).

Para o redator, o abandono apenas parcial do sul do Líbano em 2000 já constitui, por si só, uma “retirada”. Na frase seguinte, a matéria lembra o reconhecimento da ONU de tais áreas como território sírio. Segundo Cathy Sultan (2008), esse reconhecimento, de fato, vigorou por décadas graças à pressão diplomática israelense nas Nações Unidas, que sempre se utilizou da atribuição desses territórios à Síria para recusar negociá-los com o Estado libanês. Tal autoridade seria contestada pelo secretário-geral da ONU em Julho de 2007, um ano depois da crise, Ban Ki-Moon, que certificou que as Fazendas de Shéba eram território libanês e não sírio, e que estavam sim sob ocupação israelense (SULTAN, 2008, 86).

Não tardaria para a Segunda Guerra do Líbano atrair a predileção editorial absoluta da *Folha*. Na edição de **15 de Julho**,⁷⁷ três dias após o início das operações militares, a principal manchete de capa ainda se referia aos esforços do governo do estado de São Paulo contra o PCC. Contudo, ocupando aproximadamente metade do tamanho da página, publicou-se a foto de uma gigantesca explosão de uma ponte

⁷⁷ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, 15 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5238627> Acesso em: 14 de Maio de 2015.

libanesa ao ser atingida por um míssil israelense. A foto, enviada pela Associated Press, mostra nitidamente a cortina de fumaça negra e os destroços arremessados pelos ares. O destaque atribuído a uma fotografia é condizente com a correlação estabelecida entre dois códigos distintos, que são a escrita e a imagem técnica. Segundo Alberto Carlos Klein e Marina Torres, a proliferação da fotografia no corpo noticioso, por meio da prática do fotojornalismo, faz parte do novo contexto de valorização da imagem:

O fotojornalismo emancipa-se de sua condição de mera ilustração de textos e passa a constituir um discurso independente. Prova disso é que a maior parte das fotografias de capa são independentes dos textos da manchete. Esta emancipação discursiva fica atestada nos espaços conquistados e na valorização dos profissionais que trabalham com imagem na área jornalística. O impacto semiótico e comunicativo das fotos escolhidas é apenas um exemplo eloquente desta nova condição. (2008, p. 6)

O fotojornalismo, condicionado a uma série de regras técnicas gradualmente desenvolvidas no jornal, serve de instrumento para tornar mais tangível um objeto referenciado textualmente. “Portanto, no plano da comunicação de massas atualmente, o fotojornalismo define o real pelo visível, dando-nos a impressão de que o visível é o real e que para o invisível não haja realidade qualquer” (KLEIN, 2013, p. 3). Dessa forma, o caráter semiótico intrínseco à fotografia de um duro bombardeio está balizado e intercalado pelo código escrito. Além disso, o próprio posicionamento da fotografia na página representa um eixo de produção de sentido e é prematuramente pensado para compor a estruturação de ideias na página. “O eixo de produção de sentido acima-abaixo traz uma apelação ao olhar e pode produzir um efeito narrativo criando um contexto que foi pré-estabelecido pelo veículo de comunicação” (ARAÚJO; KLEIN, 2011, p. 3). No caso da capa dessa edição, embora a guerra não seja a manchete principal, ela recebe destaque completo pela fotografia, e sua proeminência, vertendo a narrativa para o campo imagético, foi planejada para impactar o leitor.

No aspecto textual, novamente é perceptível na capa a iniciativa editorial de evitar uma visão parcial confessa em seus discursos. Com esse propósito, o periódico parece almejar um nível de neutralidade expondo a belicosidade de ambos os lados do conflito. Por um lado, a manchete “Ofensiva de Israel no Líbano já matou 67” (ANEXO XXXV), na qual Israel está diretamente ao sujeito da oração (“Ofensiva”), tende à crítica à supremacia militar, imputando o Estado judeu pelas mortes no Líbano. Por outro, abaixo da foto, a legenda alega que “Exército de Israel impôs bloqueio aéreo, marítimo e terrestre ao Líbano, que dá apoio a terroristas do grupo Hezbollah”. Além da persistente classificação do Hezbollah como “terrorista”, o editor se vale da

nominalização ao citar o suposto “apoio a terroristas” fornecido pelo governo libanês. Não há qualquer explicação do que consistiria tal apoio. Convém apenas deduzir alguma alusão quanto o reconhecimento do Estado em 2005, quando Hezbollah compunha o quadro de ministros libaneses, ao direito à resistência contra tropas invasoras como uma forma de defesa da soberania nacional (QASSEM, 2010, p. 30).

No caderno “Mundo”,⁷⁸ as fotos de um soldado israelense encobrindo o rosto no momento do disparo de um foguete e de civis libaneses observando os bombardeios em Beirute ao anoitecer compõem as estratégias semióticas do jornal. O título “Hezbollah declara ‘guerra total’ a Israel” (ANEXO XXXVI) recorre de novo ao discurso direto por aspas simples, podendo tanto remeter à fala de terceiros, como significar uma metáfora, reforçando o tom hiperbólico assumido pelo Hezbollah. É curioso que, dessa vez, o Hezbollah tenha sido colocado como agente da ação, provavelmente pela eloquência presente no termo “guerra total”. O lado israelense é agente da ação no subtítulo – “No 3º dia de ofensiva, o Exército israelense bombardeia quartel-general do grupo, que responde com novos disparos de foguete” –, recebendo uma atenção menor na página.

Na matéria principal, também assinada por Michel Gawendo, o Hezbollah ocupa espaço dominante desde o lide, informando que a Força Aérea de Israel destruiu o quartel-general de Hassan Nasrallah no sul do Líbano. O líder do “grupo terrorista” não estava no local e declarou “guerra total” a Israel, que, segundo o texto, “matou quatro civis e feriu pelo menos 15”. Deve se acentuar que o bombardeio ao quartel-general da organização muçulmano é única alusão, na primeira parte da matéria, a um ataque desferido pelo lado israelense. Já em relação ao Hezbollah, é dito que o grupo “respondeu com novos disparos de morteiros contra Israel”, “atacou uma corveta israelense na costa de Beirute” e “lançaram foguetes contra uma embarcação egípcia”.

Paralelamente, observa-se a personalização do Hezbollah como um todo na figura unívoca do líder Nasrallah. Por exemplo, o texto enfatiza que Nasrallah “prometeu atacar Haifa, a terceira maior cidade de Israel”, em que a referência ao tamanho da cidade pode comprovar o desastre que representaria para a população civil israelense a permanência de tal inimigo político atuando no país árabe vizinho. Também se vale do discurso direto repetidamente com citações de Nasrallah – “Vocês quiseram uma guerra aberta, e nós estamos preparados para uma guerra aberta”, “Vocês escolheram uma guerra total com um país que tem capacidade, experiência e coragem”,

⁷⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334472> Acesso em: 15 de Maio de 2015.

“As surpresas que eu prometi vão começar agora”, “Vai afundar junto com as dezenas de soldados sionistas”. Nota-se ainda que todas as falas do líder do Hezbollah selecionadas pela edição apresentam uma conotação fortemente imperativa, o que pode fomentar a imagem de Nasrallah como um personagem enigmático, calculista e insensível ao não medir as consequências humanas que provocaria o agravamento da Guerra no Líbano, um conflito que ele astuciosamente parece instigar. Em outra citação, o redator alude ao clamor de Nasrallah aos libaneses: “terem fé em Alá e na vitória”. A edição, portanto, evocou uma curta mensagem de cunho religioso proferida pelo líder libanês, frase que, em contextos diferentes, talvez passasse despercebida.

A associação mecânica de um personagem político com religião, a demarcação do tom supostamente ríspido de suas palavras e sua constante classificação como um “terrorista”, termo carregado de valores semânticos difusos, revelam mecanismos de estereotipia convenientemente vinculados a uma pessoa ou grupo selecionado. Tal conjunto de características forjadas e reiteradas no processo editorial resulta na construção de uma imagem midiática tendenciosa, atribuída de modo unidirecional não só ao indivíduo Hassan Nasrallah, como a todos os árabes muçulmanos em geral. Esse processo de estereotipia, aplicada à realidade do mundo muçulmano, corresponderia à redução da complexidade multicultural, teológica e social do Islã e à intensificação de pólos civilizacionais opostos entre o Ocidente e o Oriente, no qual o primeiro sempre remeteria à civilização, liberdade e racionalidade, enquanto o segundo é constituído miseravelmente de tirania, violência e loucura (KLEIN, 2013, p. 12).

A reincidência de tais estereótipos ligados genericamente ao homem oriental em diametral oposição aos valores supostamente superiores do Ocidente representa um sintoma da imediata reconfiguração cultural e política do mundo após o impacto dos atentados de 11 de setembro, que reacendeu, no imaginário ocidental, o dualismo Ocidente/Oriente (KLEIN, 2013, p. 2). A constituição histórica desse dualismo é objeto de estudo do ensaísta e crítico literário palestino-americano Edward Said em seu livro “Orientalismo”, lançado em 1978. Por orientalismo, Said comprehende “um estilo de pensamento baseado na distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) e o ‘Ocidente’” (2013, p. 29). A partir dessa distinção básica entre Leste e Oeste, o autor aponta que um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais elaboraram obras com “descrições sociais e relatos políticos do Oriente, seus povos, costumes, ‘mentalidade’, destino e assim por diante” (SAID, 2013, p.29).

Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (SAID, 2013, p. 29)

Como uma disciplina pela qual a cultura europeia manejou o Oriente nos campos político, sociológico, militar, ideológico, científico e imaginativo, Said acredita que o Orientalismo “é mais particularmente valioso como um sinal de poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente (o que, na sua forma acaba e erudita, ele afirma ser)” (2013, p. 33). O ensaísta considera que o grupo geral de ideias que compõem historicamente a produção literária orientalista é impregnado de “doutrinas de superioridade europeia, vários tipos de racismo, imperialismo e coisas semelhantes, visões dogmáticas ‘oriental’ como uma espécie de abstração ideal e imutável” (2013, p. 35).

É antes a *distribuição* da consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de “interesses” que [...] o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa *vontade* ou *intenção* de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestadamente diferente [...]. Na verdade, o meu argumento real é que o Orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com Oriente do que com o “nossa” mundo. (SAID, 2013, p. 40, grifo do autor)

Dentro da concepção orientalista, o observador ocidental se encontra em uma posição de superioridade por natureza, apta para a análise racional e concisa do comportamento excêntrico e limitado do oriental. “Num lado, há ocidentais e no outro, há árabes-orientais; os primeiros são [...] racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada disso” (SAID, 2013, p. 85). A perspectiva orientalista aplica seu método de estereotipia aos povos do Oriente Médio não apenas pela sua experiência de domínio colonial do Oriente, mas também pela relação historicamente complexa do Ocidente com o Islã:

Sem dúvida, o Islã era de muitas maneiras uma provocação real. Estava próximo do cristianismo de maneira perturbadora, geográfica e culturalmente. Recorria às tradições judaico-helênicas, tomava empréstimos criativos do cristianismo, vangloriava-se de sucessos militares e políticos sem paralelo. E isso não era tudo. As terras islâmicas se encontram adjacentes e até sobrepostas às terras bíblicas; além disso, o coração do domínio islâmico

sempre foi a região mais próxima da Europa, a que tem sido chamada de Oriente Próximo. (SAID, 2013, p. 115)

A criação do Estado de Israel, em 1948, colocaria o árabe em evidência para o Ocidente ainda sob uma ótica negativa e reducionista. Dada a ligação de Israel com as potências ocidentais, a tradição orientalista designa o árabe como um mero obstáculo à existência do Estado judeu, perdendo o direito real à terra, já que supostamente não tinham qualquer realidade nacional ou cultural:

O árabe, portanto, é concebido como urna sombra que persegue o judeu. Nessa sombra - porque o árabe e o judeu são semitas orientais - pode ser colocada qualquer desconfiança latente, tradicional que o ocidental sinta a respeito do oriental. Pois o judeu da Europa pré-nazista bifurcou-se: o que temos agora é o herói judaico, construído a partir do culto reconstruído do orientalista-aventureiro-pioneiro (Burton, Lane, Renan) e a sua sombra rastejante, misteriosamente temível, o oriental árabe. (SAID, 2013, p. 382)

Portanto, na posição de objeto de representações questionáveis pela literatura orientalista, incluindo a de suposto inimigo irracional dos judeus após a Segunda Guerra Mundial, não surpreende a reiteração da estereotipia pela narrativa jornalística contemporânea. No caso peculiar da edição da *Folha*, as palavras propositalmente selecionadas de Nasrallah constroem, de modo indireto, o retrato de um líder árabe-muçulmano teocrata, inconsequente e furioso, endossando a imagem do fanático islâmico arraigada ao imaginário popular ocidental, sobretudo no contexto geopolítico pós-11 de setembro. Não é correto afirmar que tal representação mistificadora seja dominante no jornal, dada a diversidade de vozes publicadas, porém sua presença é provável em qualquer veículo hegemônico que lide com produção de sentido.

Ainda na edição de 15 de Julho, o jornal publica a opinião de dois colunistas sobre a guerra. O primeiro é antigo editor João Batista Natali, ainda comentarista da editoria de internacional 24 anos depois da Primeira Guerra do Líbano. Em seu texto, intitulado “É improvável que o conflito se alastre na região”, Natali analisa a conjuntura geopolítica da região, defendendo a tese de que “não há a menor possibilidade de os conflitos de Israel com o Hamas, em Gaza, e com Hezbollah, no Líbano, deflagrarem uma guerra que se alastre por todo o Oriente Médio”. Segundo ele, Egito e Jordânia “não se posicionam como inimigos de Israel”, ao passo que, na Síria, “a ditadura laica de Bachar al-Assad” é intocada pelos EUA e Israel porque, em seu lugar, “poderia surgir um novo regime islâmico radical”.

Convém esclarecer que o Hamas – em árabe, “Movimento de Resistência Islâmica”⁷⁹ – consiste em um partido político palestino, de orientação islâmica sunita, também considerado “terrorista” por parte de Israel. De modo semelhante ao Hezbollah, a organização também se divide em um braço político-partidário, paramilitar e filantrópico. O Hamas venceu as eleições no Parlamento palestino em janeiro de 2006 e, após confrontos com a Autoridade Nacional Palestina, passou a controlar sozinho toda a Faixa de Gaza. Por fim, no texto, Natali emprega ainda a metáfora ao dizer que o Irã “manipula os outros cordões que põem o Hamas e Hezbollah em movimento”, em uma lembrança do apoio material e logístico iraniano aos grupos anti-Israel, e acrescenta que o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad tem “despudorado antisemitismo”.

A segunda coluna de opinião é uma colaboração do colunista Gustavo Chacra, correspondente do periódico em Nova York. Descendente de libaneses, Chacra elenca uma marca jornalística da *Folha*, que é a “exigência da inteligibilidade”, isto é, a tentativa de informar o leitor do contexto histórico-político da notícia por meio de publicações especializadas. Não é sem propósito, portanto, que sua coluna “Divisão libanesa é evidenciada pelo conflito”⁸⁰ tenha sido colocada na subseção “Saiba mais”. O texto de Chacra traça o histórico do Líbano de forma sucinta, simplificando a composição social multifacetada no que ele chama metaforicamente de “os dois Líbanos que convivem em um mesmo país”. Chacra aponta que existiriam duas forças representativas da sociedade libanesa – a que “defende o Hezbollah”, composta por muçulmanos xiitas e as camadas mais baixas dos sunitas, e o “Líbano cristão, ocidentalizado, possuindo uma orientação cultural franco-mediterrânea”.

Ao lembrar a divisão interconfessional do Líbano e o fato de que, após a independência do país, “o segundo Líbano saiu vencedor”, é interessante que associe a supremacia da minoria cristã ao que denomina de “um aspecto diferente do restante dos países árabes, com imprensa livre, eleições relativamente democráticas”. Talvez até involuntariamente, o colunista atribui valores humanistas como liberdade e democracia à proximidade cultural da elite cristã libanesa ao mundo “ocidentalizado”. Dessa forma, Chacra apela, ainda que de forma comedida, para a visão orientalista, baseada no dogma da “diferença absoluta e sistemática entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior” (SAID,

⁷⁹ ARAÚJO, Felipe. Hamas - movimento islâmico fundamentalista. **InfoEscola**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/islamismo/hamas/> Acesso em: 30 de Março de 2015

⁸⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334479> Acesso em: 16 de Maio de 2015.

2013, p. 401). Chacra adverte que a tensão entre os “dois Líbanos” culminou nos conflitos armados de 1958 e 1975-76 e que, com os Acordos de Taif, “claramente, o Líbano árabe saía vencedor”, pressupondo que os cristãos libaneses não são árabes.

Dada a disponibilidade de reprodução de jornais estrangeiros, a *Folha* também republicou uma matéria do *New York Times*, sem assinatura, sobre a situação real dos civis libaneses em meio à guerra e suas respectivas opiniões sobre o que aconteceria no Líbano no desenrolar da incursão israelense. O título – “Libaneses se preparam para longo cerco” (ANEXO XXXVII) – remete à experiência dos 70 dias de cerco israelense a Beirute em 1982. Tal impressão se confirma no subtítulo “Mísseis, aviões militares e bloqueios trazem à população as lembranças e os rituais em 15 anos de conflito civil”, em que “mísseis, aviões militares e bloqueios” se tornam agente da ação, e a população se encontra em posição passiva, demarcando sua condição de sofrimento.

O texto informa que os libaneses “começaram a juntar comida enlatada, pilhas e velas” e “construíram abrigos antibombas”, transmitindo os indícios do drama a que estavam sujeitos os civis das áreas bombardeadas. Também parece apresentar uma população majoritariamente avessa à nova guerra ao que atentar para “as tensões que dividem o Líbano” – “o ódio por Israel”, “a gratidão ao Hezbollah” e “o medo de mergulhar no caos novamente”. Porém, a narrativa externa seu caráter opositor às operações na recorrência do discurso direto.

O *New York Times* entrevistou populares libaneses a fim de compartilhar suas experiências individuais frente ao conflito. Como resultado, todas as falas publicadas são de desespero e repúdio à ofensiva israelense, como do taxista Joseph Khouri – “As pessoas merecem tudo isso? Se eles queriam pegar os sequestradores, por que não focam apenas nos sequestradores e não em pessoas inocentes?” – ou do lojista Fadi Haidar – “Tenho altas dívidas, e agora minha loja está destruída”, “Mas Israel é nosso inimigo, e é o dever de todo muçulmano aceitar sacrifícios”. A seleção de tais declarações talvez legitimate não só uma posição editorial do periódico nova-iorquino contra a guerra, como também ressalta o papel do recurso das citações na reprodução do real dentro do discurso enunciado pelo jornal:

Mais do que considerar que os locutores e enunciados tenham a priori definições estáveis, vamos supor que é a estratégia da mídia que lhes confere um ou outro *status*. Conforme endosse discursos como informações ou, ao contrário, que deles exponha explicitamente as fontes, o jornal orienta o olhar, seja em direção aos fatos, seja em direção às citações. (MOUILLAUD, 2002, p. 120, grifo do autor)

A edição dispõe ainda de duas matérias não assinadas, creditadas como “Da Redação”.⁸¹ Na matéria “Conselho de Segurança rejeita pedido de trégua” (ANEXO XXXVIII), informa-se que o Conselho de Segurança da ONU “não atendeu ao pedido feito pelo Líbano de exigir um cessar-fogo na região” e apenas pediu às partes para que “cooperem plenamente”. As citações novamente estruturam o sentido da narrativa, pautadas em elementos estilísticos como a metáfora usada pelo embaixador dos EUA nas Nações Unidas, John Bolton – “o Irã e a Síria devem deixar de apadrinhar grupos terroristas” – ou a ironia do embaixador do Líbano, Nouhad Mahmoud – “Não preciso explicar quem é a vítima e quem é o agressor”.

Vale acentuar o quanto a Segunda Guerra do Líbano é retratada pela imprensa com foco tanto nas duas forças beligerantes, como nos atores geopolíticos regionais e globais, incluindo Síria e Irã, ambos aliados estratégicos do Hezbollah (QASSEM, 2010, p. 398). Essa primeira matéria atenta, por exemplo, que o embaixador norte-americano “responsabilizou o Irã, a Síria e o grupo terrorista libanês Hezbollah pela crise”. Já a outra matéria da página aborda especificamente os posicionamentos oficiais sírio e iraniano sobre o conflito. Dessa vez, as citações são postas com efeito de distanciamento do jornal em relação ao enunciador do discurso, já que apontam uma contradição do governo sírio. Indagado pela BBC se seu país pediu que Hezbollah “encerre os ataques”, o embaixador sírio em Londres respondeu: “é claro que sim”. Porém, horas depois, o governo sírio divulgou que “apóia completamente o Líbano e o Hezbollah contra Israel”.

O primeiro editorial da *Folha* sobre a Segunda Guerra do Líbano seria publicado na edição de **18 de Julho**.⁸² Na capa, o conflito israelo-libanês é destaque absoluto, tanto pela foto, tirada pela agência Reuters, de uma menina olhando pela janela de um ônibus de refugiados, como pela manchete principal “Conflito do Líbano já tem mais de 200 mortos” (ANEXO XXXIX). O subtítulo “Israel afirma que continuará com ‘força total para deter o terrorismo’”, além de transmitir ao leitor a sensação de agravamento inevitável da guerra, tende, particularmente dessa vez, para a culpabilização de Israel, uma vez que Israel é agente da ação, e as aspas utilizadas indicam um afastamento do enunciado citado em relação à discurso próprio do jornal. Já o texto chamada mantém a característica de aparente imparcialidade ao expor ambos os lados como agressores por

⁸¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334500> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

⁸² A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, 18 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238336> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

meio das orações diretas – “Ataques aéreos israelenses mais de 48 pessoas no Líbano” e “Hizbollah voltou a atacar ontem a cidade de Haifa, a terceira maior de Israel”.

Quanto ao editorial, intitulado debochadamente de “A lógica da ‘merda’”⁸³ e assinada pelo jornalista Clóvis Rossi (ANEXO XL), trata-se de uma referência a uma fala do presidente norte-americano George W. Bush para seu colega Tony Blair: “Veja, a ironia é que o que necessitamos fazer é conseguir que a Síria faça o Hizbollah parar com essa merda, e acabou-se”. O título salienta ironicamente o xingamento na frase de Bush, de modo que o uso da citação demonstra o poder de intervenção do redator no discurso de terceiros, alterando o componente semântico do fragmento extraído:

A intervenção do jornal muda de nível: intervém no interior do discurso através de meios que são meios da língua. Teoricamente, tornando-se senhor da sintaxe, o jornal parece instituir-se como mestre-de-obras e atribuir-se uma autoridade sobre o sentido. Desta vez, o efeito não opera mais sobre a forma e o *status* atribuído a diferentes partes do enunciado, penetra no interior do enunciado. (MOUILAUD, 2002, p. 134, grifo do autor)

Assim, a “merda” enunciada por Bush é retirada de sua frase original para, por meio da citação, receber um significado mais complexo. Contudo, apesar de classificar as palavras de Bush como “linguagem rasteira”, Rossi concorda que “só há uma maneira de acabar com o conflito, e é domar o Hizbollah”. Pela figura de linguagem da hipérbole, o colunista recorre, em tom de aparente banalidade, à pressuposição ao dizer que “é claro que podem ser feitas mil e uma considerações éticas, mil e uma condenações ao uso excessivo da força e mil e uma lamentações sobre a morte de inocentes”. Em seguida, acrescenta que “por mais justa que sejam, não mudarão a ‘merda’” e que a desproporção de forças “já foi apontada pela União Europeia e pela ONU”, mas, segundo ele, “não adiantou nada”.

O artifício da pressuposição no texto é repetido quando Rossi pondera que “o fato é que Israel decidiu, já faz um tempinho, adotar a lógica da força e acostumou-se a ganhar sistematicamente”. O autor ainda é incisivo ao afirmar que “não há forças armadas capazes de rivalizar com Tzahal, o Exército israelense” e que “Israel só vai parar se e quando reduzir Hizbollah à impotência, ainda que no percurso, o Líbano vire pó”. É curioso, que, apesar da crítica inicial à suposta “merda” feita pelo Hezbollah, todo o restante do editorial configure um reconhecimento tanto do poderio bélico israelense, como da provável inexistência de meios práticos para, no sentido inverso do

⁸³ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Opinião”, 18 de Julho de 2006, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238372> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

que disse Bush, “domar Israel”. Por desconfiar da eficácia de uma condenação a Israel, mesmo tendo ciência de todas suas arbitrariedades no campo de batalha, Rossi parece bem conformado com a posição política e militar privilegiada de que dispõe o Estado judeu e, assim como Bush, tende a vislumbrar que a saída para a guerra é possível somente pelo controle do lado mais fraco, que é o Hezbollah, contrastando com a crítica aberta das edições de 1982 ao poderio fora de controle exercido por Israel.

No caderno “Mundo”,⁸⁴ a matéria principal recebe o eloquente título “Mortos passam de 200; Israel não cede” (ANEXO XLI). No enunciado, a primeira oração representa uma ação não-dirigida, uma vez que “envolve um agente e uma ação, mas nenhum objeto (explícito)” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 224). A opção narrativa por tal processo pode, *a priori*, sugerir alguma motivação ideológica na omissão da responsabilidade pelas mortes. Paralelamente, a segunda oração, em que Israel é o sujeito, evidencia a ideia de continuidade do acontecimento pelo tempo verbal no presente, indicando que o conflito permanece em aberto e parece se agravar. “De encontro à ideia segundo a qual o jornal enunciaria o que se passou, diremos que o jornal opera uma abertura: abre um horizonte no seio da presença e orienta em direção a um futuro” (MOUILLAUD, 2002, p. 111).

Abaixo do título, os elementos visuais reforçam a inteligibilidade da matéria através de uma foto vertical de dois paramédicos vasculhando escombros da cidade de Tiro, impactando o leitor pela dimensão da tragédia decorrente dos bombardeios. Ao lado, nas mesmas proporções gráficas da foto, a edição também publica dois mapas. O primeiro, intitulado “Os confrontos entre Israel e o Hezbollah”, apresenta as cidades alvos de ataques no Líbano, pelas Forças de Defesa de Israel, e no norte de Israel, pelos foguetes do Hezbollah. Já o segundo apresenta o esquema de retirada dos estrangeiros – especialmente, cidadãos dos EUA, França e Reino Unido – do Líbano por terra (em direção à Síria), via aérea e via marítima (em direção ao Chipre). Um pequeno ranking também aponta as principais nacionalidades residentes no Líbano, entre as quais os brasileiros estão na liderança com 200 mil cidadãos. Todo esse compilado de componentes semióticos ajudam a tornar a produção jornalística mais inteligível, elucidando o leitor sobre o assunto abordado (CHARAUDEAU, 2006, p. 233).

A matéria principal, novamente assinada por Michel Gawendo, é dividida em duas partes, cada uma dedica a um lado específico da guerra. O lide, tal como no texto

⁸⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Mundo”, 18 de Julho de 2006, p. A7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238420> Acesso em: 18 de Maio de 2015.

chamada da capa, é taxativo ao informar que “ataques aéreos israelenses, mataram 48 pessoas no Líbano, sendo dez civis, no sexto dia de conflito entre o país e Hezbollah, elevando o número de civis mortos a 196”. Desse modo, ao contrário da edição de 15 de Julho, que colocava o Hezbollah como o agressor maior da guerra, os bombardeios israelenses são preferencialmente referenciados nessa matéria. É dito, por exemplo, que “a ofensiva de Israel deixou milhares de xiitas do sul do Líbano desabrigado”, “caças israelenses voltaram a bombardear Beirute” e “soldados israelenses trocaram fogo com membros do grupo xiita”. Israel, além de variadas nominalizações em referência ao aparato militar israelense, se torna agentes da ação na maior parte do texto.

Na parte destinada ao Hezbollah, o processo de ação dirigida também é empregado na responsabilização dos ataques infringidos pelo grupo no norte de Israel. Todavia, a matéria não se estende no relato dos danos causados pela organização islâmica em Israel. Informa-se, em apenas três parágrafos, que “o Hezbollah lançou mais de 50 foguetes contra o norte de Israel”, dos quais “um deles caiu perto de um hospital e feriu quatro pessoas” e “outro atingiu um prédio de apartamentos na cidade de Haifa”. É possível ponderar que as poucas linhas reservadas ao Hezbollah se justificariam pelo simples fato de que os ataques do grupo foram circunstanciais e não ocasionaram fatalidades em território israelense. O restante da matéria recorre aos discursos direto e indireto para aludir ao discurso de Olmert no Parlamento israelense, que condicionou um cessar-fogo à “devolução dos soldados, fim dos disparos do Hezbollah e a retiradas das milícias do sul do Líbano”. A seleção lexical presente na fala de Olmert, que afirmou que “Israel não será mantido refém de gangues terroristas, nem de uma autoridade terrorista”, reitera quais são suas convicções ideológicas.

A edição reproduz também uma entrevista do primeiro-ministro libanês Fouad Siniora veiculada no jornal francês *Le Monde*, cujos direitos foram comprados pela *Folha* há décadas. Na página,⁸⁵ as duas fotos publicadas reafirmar a importância da questão semiótica, transmitindo a sensação do drama vivido pelas autoridades libanesas, governando um país sob uma guerra fora de seu controle (ANEXO XLII). A primeira foto mostra o rosto de Siniora com um semblante fechado e olhar perdido, enquanto a segunda mostra uma bandeira do Líbano tremulando rasgada após um bombardeio em Sidon. Ambas dispõem de um significado simbólico forte, revelando um golpe implacável desfechado contra o nacionalismo libanês e orgulho ferido do povo libanês.

⁸⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Mundo”, 18 de Julho de 2006, p. A8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238433> Acesso em: 18 de Maio de 2015.

É interessante que, nessa página, dois elementos nacionais libaneses – a bandeira do país e a imagem do primeiro-ministro – foram escolhidos em detrimento de símbolos do Hezbollah, induzindo que os efeitos da guerra não se restringem a um grupo específico.

Quanto à entrevista, a questão nacional é previamente suscitada, no texto que precede às perguntas e respostas, pelo destaque a uma citação em particular de Siniora sobre a troca de prisioneiros libaneses com Israel: “Por que atribuí-la unicamente ao Hezbollah? Como eu poderia deixar de me preocupar com os libaneses detidos em prisões israelenses?”. A fala de Siniora, selecionada de forma não ingênua, é coerente com a concepção de bem comum externada, por regra, em entrevistas jornalísticas envolvendo personalidade políticas, conforma alerta Charaudeau:

A entrevista jornalística possui as características de qualquer entrevista, mas, além disso, ela é especificada pelo contrato midiático: entrevistador e entrevistado são ouvidos por um terceiro-ausente, o ouvinte, num dispositivo triangular. O primeiro tira sua legitimidade de um “Procurar fazer falar seu convidado para revelar uma verdade oculta”, pelo fato de que seu papel consiste em fazer surgir opiniões; o segundo de um “Tenho algo a dizer que concerne ao bem comum”, pelo fato de que sua presença [...] o consagra nesse papel; o terceiro de um “Estou aqui para ouvir alguma coisa de interesse geral que me seja dada como uma revelação”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 214)

Inicialmente, o primeiro-ministro é apresentado como “amigo e braço-direito do ex-premiê Rafik Hariri”⁸⁶ e “ministro da Economia (1992-1998 e 2000-2004)”. Nesse ponto, é fundamental ressaltar que Siniora é um adversário político do Hezbollah, sendo acusado pela organização xiita, após a guerra, de “receber ordens do embaixador americano em Beirute” (SULTAN, 2008, p. 162). Seu governo, conforme salienta Cathy Sultan (2008), também era alvo de críticas do Hezbollah por problemas como a falta constante de energia elétrica, má distribuição de água potável e o baixo acesso à educação. Portanto, trata-se claramente de um político de improvável simpatia para com o Hezbollah. Contudo, nessa entrevista, concedida originalmente a agência Reuters, Siniora parece reivindicar a responsabilidade pública com a defesa da soberania nacional libanesa, independente do que Hezbollah tenha feito.

Na entrevista, Siniora manifesta seu repúdio à campanha israelense de forma direta ao pedir um “cessar-fogo imediato e total”, apelo, até então, não atendido pelo

⁸⁶ Segundo a cientista política Cathy Sultan (2008), Rafik Hariri foi um bilionário do ramo da construção civil e primeiro-ministro libanês sunita entre 1992 e 2004. Durante seu mandato, comandou a reconstrução do centro histórico de Beirute após os anos de Guerra Civil. Formou uma companhia imobiliária chamada Solidere, que assumiu o controle de todo o centro da capital libanesa, privando milhares de pequenos proprietários de manterem seus locais de trabalho. Hariri foi assassinado em 14 de fevereiro de 2005 em um atentado ainda sem culpados descobertos (SULTAN, 2008, p. 151).

Estado judeu, e utiliza a nominalização ao alegar que busca “resolver a situação dos libaneses detidos em Israel há 30 anos”. Por “situação”, Siniora se refere às prisões efetuadas pelas Forças Armadas israelenses desde sua primeira incursão no Líbano, em 1978. Por repetidas vezes, o premiê reitera a tese de que o conflito israelo-libanês é uma crise entre dois Estados – “o Estado está determinado a estender sua autonomia”, “Quando exijo o fim das violações do espaço aéreo, isso significa que estou adotando o ponto de vista do Hezbollah?”, “Somos responsáveis pela população libanesa” ou “Temos ideias claras, nossa determinação é incansável e defendemos uma causa justa”.

Em uma resposta enfática ao discurso hegemônico em Israel sobre “terrorismo”, Siniora ainda alega que Israel “pratica terrorismo sob as formas mais duras”, remetendo ao conceito de “terrorismo de massa” (LOSURDO, 2010, p. 28). O premiê se vale da metáfora ao frisar que “Israel cria problemas que conserva como chagas abertas, para fazer uso delas como meio de pressão”. Quanto ao que seriam tais “chagas abertas”, ele elucida: “Quero falar dos libaneses que Israel mantém presos, das minas que plantou no sul do Líbano e cuja localização se nega a fornecer” e “Israel viola sistematicamente nosso espaço aéreo e nossas águas territoriais e continua a ocupar as Fazendas de Shebaa, um território de 45 km² que sabe que pertence ao Líbano”. Siniora classifica como “massacre” as incursões do Exército israelense em Aiteroun e Tiro, e termina a entrevista com ironia ao lembrar a falta de um acordo entre os países-membros do Conselho de Segurança da ONU para chegar a um cessar-fogo: “Eles são nossos amigos, mas sua amizade pelos outros é maior”. Por “outros”, entende-se Israel.

A incursão por terra das Forças de Defesa de Israel, momento decisivo no desenrolar da Segunda Guerra do Líbano, faria a *Folha* dedicar um espaço significativo de suas páginas ao conflito na edição de **23 de Julho**.⁸⁷ Na capa, o destaque absoluto vai para a fotografia, enviada pela Associated Press, de uma libanesa de óculos escuros, falando ao celular, enquanto, ao fundo, aparecem os escombros de Beirute após um bombardeio israelense. A foto suscita novamente a complexidade da questão semiótica, já que ela desperta atenção do leitor por sua composição dicotômica, incorporando dois componentes visualmente desarmônicos – a beleza de uma mulher e a destruição total de uma cidade. “O contraste entre a beleza como primeiro plano e a destruição em segundo plano nos leva a ter a sensação de que se trata de uma espécie de editorial de

⁸⁷ A *Folha* de S. Paulo, edição nº 28.235, 23 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238332> Acesso em: 19 de Maio de 2015.

moda. Aqui a interface entre o fotojornalismo e a fotopublicidade fica evidente” (KLEIN; TORRES, 2008, p. 4).

Considerando que as fotografias são objetos complexos, dotadas de elementos sígnicos não decomponíveis, o sentido da imagem só pode se manter a partir do diálogo entre os dois planos (KLEIN; TORRES, 2008, p. 8). Assim, convém aplicar o modelo de codificação binária de mundo, conforme sugere o semiólogo Ivan Bystrina, pelo qual “atribuímos valores positivo e negativo aos respectivos pólos” (KLEIN; TORRES, 2008, p. 9). Segundo o autor, a morte aparece simbolicamente como polaridade negativa em boa parte dos textos culturais. No caso, embora não seja visível, é possível afirmar que a morte se faz presente na paisagem dos escombros, contrapondo-se à beleza da mulher estampada em primeiro plano (KLEIN; TORRES, 2008, p. 9).

Abaixo da polarização sígnica insinuada pela foto, a manchete é eloquente na importância do acontecimento narrado: “Tanques e tropas israelenses invadem área xiita no Líbano” (ANEXO XLIII). Na oração transitiva, a condição das Forças Armadas de Israel como agente da ação, dessa vez, evidencia a responsabilidade do Estado judeu na operação militar, assemelhando-se às manchetes da guerra de 1982. O diferencial maior em relação às publicações de 24 anos antes talvez esteja na especificação de que o local da invasão é uma “área xiita”. A menção à corrente do Islã seguida majoritariamente pelos habitantes da região, incluindo os partidários do Hezbollah, se explica pela própria importância adquirida pela religião dentro das estruturas sociopolíticas do Líbano e do Oriente Médio em geral. Explicitar que a área invadida é xiita também fomenta a apreensão automática, no imaginário do leitor, de que tal local seria um reduto previsível do Hezbollah e, consequentemente, a incursão dos israelenses poderia culminar na exacerbção do conflito como um todo.

Essa edição trouxe uma particularidade interessante é uma seção, publicada no caderno “Brasil”, chamada “Ombudsman”.⁸⁸ Ombudsman, palavra de origem sueca, significa “representante do cidadão” e tem a função de um ouvidor-geral, canalizando problemas e reclamações da população.⁸⁹ No jornalismo, o Ombudsman é encarregado receber e encaminhar as críticas recebidas pelo veículo. Na *Folha de S. Paulo*, o cargo de Ombudsman era, em 2006, ocupado pelo jornalista Marcelo Beraba, e suas

⁸⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Brasil”, 23 de Julho de 2006, p. A6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238527> Acesso em: 19 de Maio de 2015.

⁸⁹ OMBUDSMAN – O QUE É O CARGO DE OMBUDSMAN? **Folha Online**, São Paulo, 23 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml> Acesso em: 20 de Maio de 2015.

considerações eram divulgadas em uma coluna dominical (ANEXO XLIV). O título da coluna – “A eterna vigilância” – consiste um modelo anafórico, isto é, aquele que “lembra os acontecimentos que começaram antes do número [da edição] e dos quais a duração excede a duração quotidiana” (MOUILLAUD, 2002, p. 105). De forma hiperbólica, o jornalista remete o próprio papel do leitor como receptor e decodificador das mensagens enunciadas pelo periódico. Ladeada por miniaturas de capas das edições mais impactantes dos dias anteriores, Beraba informa que “dois assuntos mexem com os nervos e a paciência dos leitores” – a guerra no Oriente Médio e corrida presidencial no Brasil naquele ano. O ombudsman é metafórico ao considerar que ambos os eventos noticiosos, respectivamente, “parecem dividir o mundo entre tucanos e petistas” e “entre árabes e judeus”, aludindo à polarização suscitada pela cobertura jornalística.

Ao observar a radicalização manifesta entre o público da *Folha* no acompanhamento das notícias da semana, Beraba diz que “as páginas dos jornais são lidas com lupas” e “os leitores que escreveram estavam atentos a dois aspectos: a linguagem e o equilíbrio”. Tal ponderação é relevante pelo reconhecimento, pelo próprio veículo de comunicação, do potencial crítico inerente a toda apreensão subjetiva de sua produção jornalística. Em princípio, o ombudsman procura defender o ideal de imparcialidade em que estaria pautada a cobertura jornalística da guerra pela *Folha*: “Os relatos dos ataques perpetrados pelos dois lados foram publicados sem atenuantes, e o jornal editou artigos e entrevistas tentando explicar os motivos da guerra e as possíveis consequências com óticas distintas e algumas vezes dicotômicas”. A coluna ressalta que tem dois jornalistas nas frentes do conflito – Michel Gawendo e Marcelo Ninio –, o que, segundo Beraba, “garantia ao jornal mais independência em relação aos relatos das agências internacionais”.

Outra observação interessante do ombudsman diz respeito à linguagem utilizada pela cobertura, sobre a qual ele próprio parece se engajar em fazer uma breve análise de discurso. Para isso, ele recorrer a alguns questionamentos: “Por que a captura de um soldado israelense na faixa de Gaza é considerada um sequestro e a captura de ministros palestinos dentro de seu próprio território, um aprisionamento?”. Beraba, em sua declaração, infere que não haveria distinção semântica entre as palavras “sequestro” e “aprisionamento” para os casos explicitados e que o segundo termo seria um eufemismo visado para aliviar a imagem do lado israelense. Além disso, o ombudsman questiona a polêmica tautologia da adjetivação “terrorista”: “E como devem ser tratados os libaneses e palestinos que fazem parte de organizações como Hezbollah e Hamas?

Terroristas, militantes, resistentes, milicianos?”. Para responder tal dúvida, convém mencionar a reflexão de Domenico Losurdo sobre a guerra de 2006:

Por ocasião da crise médio-oriental do verão de 2006, os soldados israelenses capturados e feitos prisioneiros pelo Hezbollah libanês durante uma operação militar foram, a julgar pela grande imprensa, “sequestrados”, raptados pelos “terroristas” e feitos “reféns” deles. Os parlamentares e ministros palestinos, democraticamente eleitos e, sem opor resistência, tirados de sua casa de pijamas são, ao contrário, “presos”. Os integrantes do Hezbollah são classificados de terroristas por Israel e pelos Estados Unidos (mas não pela União Europeia, nem pela Rússia e China). [...] Devemos considerar como terrorista um dos maiores movimentos de libertação da história contemporânea, e como protagonista de uma luta antiterrorista a superpotência que espalhou bombas e dioxina sobre um povo inteiro? (2010, p. 51).

De modo análogo, Losurdo problematiza a seleção lexical presente na cobertura da guerra pelos veículos de comunicação hegemônicos. Segundo ele, há um trato distinto quando atos de natureza idêntica são cometidos por árabes ou por Israel. Tal raciocínio é o mesmo externado na autocrítica de Beraba quanto a narrativa jornalística da *Folha* após receber reclamações dos leitores. Dito isso, o ombudsman conclui ainda: “A linguagem não é neutra. O texto deve deixar claro que o jornal tem um compromisso com a cobertura isenta. É necessário refletir e repensar o vocabulário que utiliza para cobertura do Oriente Médio”. Nesse ponto, Beraba, ocupando uma posição-chave dentro do corpo institucional do jornal, revela o mito do ideal de “neutralidade” e admite a composição ideológica subentendida em toda e qualquer forma de linguagem, em consonância a linguista Maria Teresa Abreu:

Cada uma das escolhas lexicais imprime ao texto um dizer tal, que traduz, inclusive, uma visão de mundo específica. Estas escolhas lexicais trazem à tona uma focalização do discurso que revela este olhar social, a que, nesse momento, chamo de olhar marcado ideologicamente. São estes olhos sociais que revelam a nossa ideologia. (2007, p. 183)

No caderno “Mundo”,⁹⁰ o título da matéria principal é substancialmente direto: “Tanques israelenses entram no Líbano” (ANEXO XLV). Em seguida, após os “tanques israelenses” serem colocados como agente de ação, o subtítulo elucida que a “Incursão é limitada, segundo Exército, e visa fazer Hezbollah recuar 20 km da fronteira”. É possível considerar que o subtítulo serve de contraponto ao impacto inicial do título, uma vez que explica ponderadamente as razões da invasão israelense por terra e supostamente a torna justificável. A composição semiótica também merece atenção no

⁹⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238382> Acesso em: 20 de Maio de 2015.

caderno, já que uma fotografia com os blindados israelenses cruzando a fronteira ocupa praticamente metade da página. A foto, da Associated Press, mostra a fileira de tanques seguindo uma longa estrada em direção ao Líbano, o que talvez transmita o sentido ambíguo da imponência militar israelense e da continuidade inexorável da guerra.

A matéria agora é assinada não só por Michel Gawendo, mas também pelo enviado especial a Beirute, Marcelo Ninio, o que comprova um investimento da *Folha* na cobertura do conflito dada a sua repercussão. O lide, como em parte considerável do texto, novamente expõe a supremacia da participação israelense nas operações militares: “Tanques e escavadeiras blindadas de Israel entraram ontem no sul, e soldados assumiram posições em uma aldeia xiita antes dominada pela organização xiita Hezbollah”. Nesse trecho, o jornal não especifica o que consistiria “assumir posições” na aldeia libanesa, omitindo se houve resistência local, e induz um viés de autoritarismo no adjetivo “dominada”, induzindo que o Hezbollah exercia um poder político firme contra a vontade dos habitantes. Por outro lado, nota-se que a edição não opta por chamar o Hezbollah de “organização xiita” e não mais de “grupo terrorista”. A tática de nominalização deve ter alguma provável relação com a interferência de mais um repórter na confecção da matéria, em que o segundo jornalista pode ter influenciado na seleção lexical. A substituição da qualificação “terrorista” por termos de diferente valor semântico se repete na matéria, como “membros”, “guerrilheiros” e “grupo xiita”.

A matéria informa ainda que “milhares de soldados e blindados estão posicionados no norte da Galileia” para participar do que o governo israelense chama de operações “limitadas” e que “não visam reocupar o sul do Líbano”. O uso das aspas, nesse caso, marca o distanciamento do texto do discurso relatado, uma vez que não seria coerente confiar indubitavelmente em uma declaração oficial. A iniciativa de “forçar os guerrilheiros a recuar para além do rio Litani, a pelo menos 20 quilômetros da fronteira” remonta à justificativa formal de Israel em 1982, quando desfechou a Operação Paz na Galileia a fim de expulsar as bases da OLP do sul do Líbano. Outro ponto marcante é a menção às “mensagens por rádio e panfletos para cerca de 300 mil pessoas deixarem o sul do Líbano”, estratégia já empregada na guerra de 1982. Dessa vez, porém, a matéria acrescenta que Israel “atacará alvos do Hezbollah, mesmo se houver risco de atingir civis”, dos quais “milhares não conseguem sair de casa porque as estradas foram danificadas pelos bombardeios israelenses”, em uma nova imputação das causalidades da guerra ao lado israelense.

Na mesma página, outro acontecimento que recebe destaque pela *Folha* é o regresso de 50 cidadãos brasileiros do Líbano. A proeminência de tal notícia se respalda na relevância de tais informações para os líbano-brasileiros e descendentes, potencial público consumidor do jornal, que, segundo a Embaixada do Líbano no Brasil, chega a sete milhões de brasileiros (KLEIN; TORRES, 2013, p. 2). O título da matéria – “Navio canadense retira hoje 50 brasileiros; governo negocia vôo direto de Damasco” – serve justamente de resposta aos prováveis familiares e amigos de brasileiros residentes no Líbano vivenciando o momento de guerra. O texto informa que “o governo canadense ofereceu 50 lugares em uma embarcação que partirá em direção a Turquia”. Apesar da pretensa boa notícia para os imigrantes, a matéria, ainda em tom de alerta, salienta as dificuldades enfrentadas na transferência, como “o medo de ataques”, “as despesas dos vôos” e “dificuldades diplomáticas entre Brasil e Israel”, já que “foram congeladas as negociações de pelo menos dois eventos: a assinatura de acordos comerciais entre Israel e o Mercosul e uma possível visita do presidente Moshe Katsav a Brasília”.

A edição de 23 de Julho também se notabiliza por dedicar três páginas integralmente ao Hezbollah. Na primeira matéria sobre a organização,⁹¹ o título ressalta, de modo indireto, sua capacidade de resistência, mesmo após dias de intensos ataques por parte de Israel: “Hizbollah ainda controla bairro destruído em Beirute” (ANEXO XLVI). Já o subtítulo compara o Hezbollah ao “Estado dentro do Estado”, talvez para informar ao leitor sobre a dimensão da influência sociopolítica protagonizada pelo grupo xiita no Líbano. Com o objetivo claro de relatar detalhes do cenário caótico do distrito de Haret Hreik, principal reduto do Hezbollah em Beirute, o texto apela, principalmente, para a tipologia textual descritiva, que, segundo Charaudeau, serve “reportar os fatos do mundo” e “esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos” (2006, p. 87).

Tal designação é constatada na alusão ao bairro pelas nominalizações “cidade fantasma” e “ruas desertas”, contrastando com as referências que o redator faz ao mesmo local como “a área de maior densidade populacional do Líbano” e a metáfora “formigueiro humano”. Quanto ao Hezbollah, é dito que “para onde quer que se olhe há imagens de Hassan Nasrallah” e que há “uma espécie de senso comum indicando que a reação maciça de Israel tornou difícil condenar Hizbollah”, elucidando o leitor sobre o grau de popularidade do grupo.

⁹¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A15. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238396> Acesso em: 20 de Maio de 2015.

A segunda matéria sobre a organização xiita se intitula “Hizbollah é resultado dos conflitos na região”,⁹² com o subtítulo “Para estudiosos, a marginalização dos xiitas está na gênese do grupo” (ANEXO XLVII). Nesse início, duas táticas de nominalização são nítidas em “marginalização dos xiitas” – não se sabe ainda de que forma teria ocorrido tal “marginalização” – e, sobretudo, em “estudiosos” – não está claro que correntes de pensamentos tais estudiosos aderem. A matéria, assinada por Gustavo Chacra, começa explorando os campos semânticos que ocupam o pensamento tanto de israelenses, como de libaneses, quando cada lado do conflito reflete sobre o Hezbollah:

Quando um israelense de Tel Aviv, escuta a palavra Hezbollah, ele logo imagina destruição de Israel, mísseis contra o norte do país, anti-semitismo e, acima de tudo, terrorismo. Um libanês de origem xiita de Tiro pensará diferente. Ele enxerga a organização como o único grupo que os defendeu durante a ocupação militar israelense do sul do Líbano. Mais do que isso, que construiu escolas, creches e hospitais e que levantou a voz dos xiitas dentro do cenário político libanês.⁹³

Nesse trecho, Chacra remete às diferentes formas de apreensão subjetiva de um mesmo objeto a partir da visão ideológica geralmente atribuída a um tipo de indivíduo, ou seja, seus respectivos “óculos sociais” (ABREU, 2007, 182). Chacra acrescenta: “Um militar norte-americano associa o grupo ao segundo maior atentado suicida realizado em toda a história dos EUA – a destruição do acampamento dos marines em Beirute, em 1983, que matou 241 americanos”. É curiosa a menção a esse atentado contra os fuzileiros da Força Multinacional na matéria, já que sua autoria foi reivindicada pelo grupo paramilitar “Jihad Islâmica” e não pelo Hezbollah (QASSEM, 2010, p. 175). Em seguida, Chacra, em uma alusão ao apoio iraniano ao Hezbollah, afirma: “Já os aiatolás do Irã vêem o Hizbollah como o principal aliado em uma guerra ideológica entre xiitas e sunitas”. Segundo o xeque Naim Qassem, “a relação entre o Irã e o Hezbollah foi forjada pelos esforços do Partido para [...] se assegurar como líder no confronto à ocupação israelense” (2010, p. 388). Portanto, a pressuposta “guerra ideológica entre xiitas e sunitas” não está na pauta do Hezbollah.

A fim de balizar sua análise, Chacra cita a opinião de Amal Saad Ghorayeb, professora da Universidade Americana Libanesa – segundo ele, “a principal estudiosa da organização no Líbano – sobre as razões da existência e da força do Hezbollah: “a ocupação militar de Israel no Líbano, a intervenção de forças como os EUA e a França

⁹² A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238411> Acesso em: 22 de Maio de 2015.

⁹³ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238411> Acesso em: 22 de Maio de 2015.

na guerra civil e a marginalização dos xiitas na sociedade libanesa”. Por “marginalização”, remete-se à composição histórica das camadas mais pobres campesinato sul-libanês por xiitas e as precárias condições de vida dos migrantes xiitas que se deslocaram do Monte Líbano para as cidades em decorrência do processo de urbanização (MAALOUF, 2011, p. 46). A estudiosa também aponta que “os EUA e Israel, na ideologia do Hezbollah, são opressores, enquanto xiitas e palestinos são oprimidos”, tentando simplificar lexicalmente a ótica ideológica do grupo xiita.

Já Karim Makdisi, o outro estudioso citado por Chacra na matéria e também professor da Universidade Americana de Beirute, acredita que o Hezbollah defende valores similares “ao da esquerda latino-americana”. O discurso direto elucida a opinião de Makdisi: “O Hezbollah lembra muito o PT de Lula no passado, contra as privatizações e pedindo mais igualdade. Os xiitas são a camada mais pobre da população”. A fala do estudioso parece referenciar à oposição do grupo xiita às reformas neoliberais implantadas no governo do primeiro-ministro Rafik Hariri nos anos 90, durante a reconstrução de Beirute após a Guerra Civil (CORM, 2008, p. 209). Somente tal convergência ideológica no plano econômico justificaria o paralelo entre uma organização pan-islâmica árabe e um partido político de esquerda brasileiro, porém essa explicação historiográfica não é claramente apresentada no texto, permanecendo no imaginário do leitor a associação improvável entre o Hezbollah e o PT.

A página também conta um perfil de Hassan Nasrallah, abaixo de uma fotografia de uma mulher do Bahrein, inteiramente coberta pelo xador e com um cartaz com o rosto de Nasrallah em mãos. O fotojornalismo novamente instiga, por elementos semióticos, a provável construção da estereotipia da mulher muçulmana, já que o rosto oculto pelo véu religioso, somado ao engajamento partidário manifesto pelo cartaz propagandístico de um líder religioso, podem reincidente à imagem do Islã arraigada ao imaginário ocidental. O título da matéria – “Dualidade marca a personalidade de Hassan Nasrallah, o líder da milícia” – evidencia a natureza paramilitar do Hezbollah ao chamá-lo de “milícia”.

No texto, sem assinatura, a referida “dualidade” do personagem é elucidada na citação à fala de um ex-oficial militar israelense sobre Nasrallah: “Ele tem altos e baixos em diferentes aspectos. Varia o discurso do popular para o literato. Fala em amor aos libaneses, mas não liga para destruição do país”. Essa aparente frieza do líder libanês, seguida da informação de que ele “não demonstrou tristeza quando o cadáver de seu filho foi devolvido por Israel”, compõe também o estereótipo exótico do árabe

muçulmano, sobre o qual o observador orientalista, seja o redator da matéria, seja o israelense citado, desfruta de uma posição privilegiada para abstrair o oriental de sua realidade e expô-lo ao público ocidental como objeto, conforme enfatiza Said:

O oriental é dado como fixo, estável precisando de investigação, precisando até de conhecimentos sobre si mesmo. Nenhuma dialética é desejada ou permitida. Há uma fonte de informações (o oriental) e uma fonte de conhecimento (o orientalista), sem suma, um escritor e um tema do contrário inerte. A relação entre os dois é radicalmente uma questão de poder, para o qual há inúmeras imagens. (2013. p. 411)

Por fim, a terceira página dedicada ao Hezbollah na edição da *Folha* comporta uma entrevista de João Batista Natali com o historiador israelense Efraim Karsh (ANEXO XLVIII). O título, por si só, já evidencia previamente a perspectiva orientalista do entrevistado: “Para historiador, islã se baseia em expansionismo”⁹⁴ Ao ser perguntado pela *Folha* sobre “qual seria a ligação entre islamismo e imperialismo” – pressupondo que tal ligação existe de fato –, o historiador responde que o “islamismo sempre teve como projeto sua própria expansão desde os tempos do profeta Maomé” e que, ao contrário do cristianismo, “não conseguiu separar religião de Estado”. Para ele, no Islã, “há uma vontade coletiva de dominação política sobre os não convertidos”.

Em primeiro lugar, o discurso do historiador externa as principais idiossincrasias do pensamento orientalista, presente na sua pretensão de “falar a verdade sobre o islã, o que por definição – como suas contradições inibem os seus poderes de autodiscernimento – o islã não pode expressar” (SAID, 2013, p. 376). Ao remontar o suposto “expansionismo” do islã moderno aos “tempos do profeta Maomé”, Efraim Karsh perece se enquadrar no que Edward Said chama de “arabistas ou islamologistas”, isto é, historiadores que “ainda trabalham sem revisão”:

Para eles, ainda há coisa como *uma* sociedade islâmica, *uma* mente árabe, *uma* psique oriental. Mesmo aqueles que têm por especialidade o mundo islâmico moderno textos como o Alcorão para compreender cada facete da sociedade egípcia ou argelina contemporânea. Presume-se que o islã, ou um islã ideal do século VII construído pelo orientalista, possui uma unidade que evita as influências mais recentes e importantes do colonialismo, do imperialismo e até da política comum. (SAID, 2013, p. 402)

O orientalismo de Karsh também se manifesta na referida incapacidade generalizada dos muçulmanos de dissociarem fé e política, já que, “ao contrário das ‘nossas’ sociedades normais, as sociedades do islã e do Oriente Médio são totalmente

⁹⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238423> Acesso em: 22 de Maio de 2015.

‘políticas’, um adjetivo empregado como uma censura ao islã por não ser liberal” (SAID, 2013, p. 399). Na entrevista, o historiador cita a influência iraniana sobre o Hezbollah como exemplo de “projeto expansionista” e afirma que, segundo o discurso político do Hamas, grupo palestino sunita que administra a Faixa de Gaza, “o território de Israel é qualificado de islâmico, não de palestino”. Desse modo, Karsh parece deslegitimar a oposição do Hamas à ocupação de Israel em Gaza baseado na concepção religiosa do grupo em relação ao território israelense. Tal tautologia também é criticada por Edward Said, quando este denuncia a crença comum dos orientalistas de que, “se os palestinos se opõem à colonização e ocupação de suas terras por Israel, isso é meramente ‘o retorno do islã’” (2013, p. 159).

Por fim, ao ser questionado por Natali se as comunidades muçulmanas da Europa não estariam “criando um outro islamismo, bem mais moderno” – o adjetivo “moderno” subentende que o islã “normal” representa um anacronismo –, Karsh responde que “persiste nessas comunidades o projeto de expansão” e cita como prova os “50 mil franceses convertidos ao islamismo”, acontecimento que, segundo ele, “criará problemas, cedo ou tarde”. O historiador, portanto, termina a entrevista apelando a um dogma frequente do pensamento orientalista: “o Oriente é no fundo algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis etc.) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e desenvolvimento, pela ocupação cabal sempre que possível)” (SAID, 2013, 401-402).

4.3 Agosto de 2006: O cessar-fogo

O mês de Agosto de 2006 adentraria, e a Segunda Guerra do Líbano, sem a perspectiva de acordo de um cessar-fogo, continuara ocupando as páginas da editoria internacional da *Folha*. Na edição do dia **1º de Agosto**, o conflito israelo-libanês, mais uma vez, foi manchete principal da capa – “Israel ignora a trégua e mantém bombardeio”.⁹⁵ O título põe Israel como agente da ação, enfatizando o possível papel de Israel como promotor maior da violência (ANEXO XLIX). O subtítulo – “Primeiro-ministro diz que ‘não há nem haverá cessar-fogo nos próximos dias’ e quer intensificar ataques” - usa o discurso direto na declaração do Olmert, em que as modalidades temporais de presente e futuro do verbo “haver”, sem referência datada, “desdobram um único horizonte” (MOUILLAUD, 2002, p. 111). Paralelamente, o anúncio de que

⁹⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, 1 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238099> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

Olmert “quer intensificar” atribui ao premiê a narrativa das celebridades (NATALI, 2015, p. 65), pela qual ele aparenta ter individualmente poderes decisórios acima do *establishment* israelense e é capaz, por conta própria, de liderar seu país sozinho.

Pela nominalização “trégua”, o texto chamada da matéria elucida que “Israel quebrou a promessa de trégua por 48 horas após ataque que matou 37 crianças no Líbano no domingo”. Embora a frase seja categórica em responsabilizar Israel, agente de ação na oração, pela “quebra da promessa”, o enunciado emprega outra nominalização em “ataque”, visto que o substantivo por si só não esclarece que o ataque foi desferido pelo lado israelense. Tal dinâmica enunciativa, culpabilizando Israel de início e a isentando da mesma responsabilidade logo em seguida, reforça a provável iniciativa editorial de buscar um ponto de equilíbrio na cobertura da guerra, evitando soluções narrativas excessivamente enfáticas na acusação de só um lado do conflito. Ainda na capa, há a manchete para outra matéria relativa à guerra – “Após ataque, população de Qana foge para cidade vizinha”. Novamente, o fato de o bombardeio ter sido provocado por Israel não é referenciado.

Na edição, a Segunda Guerra do Líbano também foi tema de editorial, assinado por Clóvis Rossi (ANEXO L). O título “O limite insuportável”,⁹⁶ que não comporta em si, *a priori*, esclarecimento prático sobre que assunto faz referência, pode ser caracterizado, segundo Mouillaud, pelo desaparecimento de qualquer marca temporal e o apagamento do próprio processo verbal: “O jornal não se abre mais sobre um processo em curso, fecha-se em uma classificação” (MOUILLAUD, 2002, p. 115). No texto, é explicado que o “limite” referido remeteria ao bombardeio das Forças de Defesa de Israel à cidade libanesa de Qana dois dias antes, em que 56 civis, incluindo 37 crianças, foram mortas, tal qual seria noticiado no caderno “Mundo” da edição. Segundo Rossi, “o horror só para quando ultrapassa os seus próprios limites” e “as 37 crianças foram o limite”. Por meio da metáfora e da tática de nominalização em “horror”, aludindo à guerra como um todo, o colunista não apenas resume sua indignação pessoal, como também parece singularizar os acontecimentos em Qana como a mais contundente prova do despropósito até então do uso massivo da força pelo lado israelense.

No decorrer do texto, é perceptível que Rossi aparentemente encontrou, na notícia das mortes em Qana, o álibi perfeito para enfim condenar Israel sem dar margens para relativizações. O autor chega à conclusão a respeito da imoralidade

⁹⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Opinião”, 1 de Agosto de 2006, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238155> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

irrefutável da guerra citando “uma lição aprendida” com o escritor argentino Ernesto Sábato durante um ato das “Avós da Praça de Mayo”, em Buenos Aires, associação de mulheres que buscam recuperar desaparecidos durante a Ditadura militar argentina (1976-1983): “que culpa podem ter as crianças?”. A partir dessa premissa, Rossi afirma: “Vale para o ataque israelense que matou tantas crianças em Qana, no Líbano”.

No editorial, porém, o colunista permanece crítico sobre o papel do Hezbollah no conflito: “Os ‘adultos’ do Hezbollah podem ter todas as culpas do mundo, e as têm”. Nessa oração, Rossi parece manter uma interpretação fixa da organização islâmica, inexistindo evasivas para não creditar ao grupo responsabilidade por tudo de ruim que estava ocorrendo no Líbano. O ataque em Qana parece despontar como a exceção à regra, visto que, conforme ele alega, “não adianta Israel usar a desculpa de que os militantes do Hezbollah se escondem entre a população civil”. Em seguida, ele apresenta o porquê: “Por definição, grupos terroristas ou guerrilheiros vivem no meio civil, em qualquer parte”. Portanto, mesmo em um texto que condena Israel, o autor prossegue na classificação do Hezbollah como “terrorista” e, consequentemente, sua presença em áreas civis se baseia em sua própria natureza como “terroristas”.

Por outro lado, Rossi é bastante taxativo na tese da ausência de alternativas a não ser imputar unicamente Israel pelo incidente em Qana. Com esse intuito, recorre a todos os itens lexicais cabíveis – “Não há outra palavra para descrever o que aconteceu em Qana [...] que não seja crime”, “Foi tamanha a barbárie em Qana que acabou por provocar o anúncio de 48 horas de trégua”, “Só mesmo uma monstruosidade como essa poderia parar a destruição, mesmo seja temporariamente”. Além de conceituar o ocorrido pelas nominalizações “crime”, “barbárie” e “monstruosidade”, o autor parece esperar resultados positivos da repercussão do acontecimento.

Mais do que isso, parece esperar que a iniciativa de cessar o conflito parta de Israel, pois, segundo ele, “é o Estado cuja tribo sofreu a mais hedionda barbárie do século 20, o Holocausto”. O superlativo recorrido e a alusão aos judeus como uma “tribo”, reforçando seu caráter de unidade, induzem à presumível empatia que tal povo, dada sua própria experiência histórica, demonstraria para com os libaneses ante um morticínio como o de Qana. Rossi também acredita que “um Estado, mais ainda o único Estado democrático do Oriente Médio, não pode se nivelar a um grupo terrorista e atuar como ele”. Nesse trecho emblemático, além da suposta disparidade de “níveis” morais entre Israel e o Hezbollah, sendo este último colocado em um “nível” previsivelmente

inferior em relação ao primeiro, convém lembrar a crítica de Edward Said ao autor orientalista Bernard Lewis quanto à “natureza democrática” do Estado israelense:

Nenhum israelense negaria isso, mas Lewis, o historiador orientalista, apenas omite o fato. Falará da ausência de democracia no Oriente Médio à exceção de Israel, sem jamais mencionar os Regulamentos de Defesa de Emergência usados em Israel para governar os árabes; nem tem algo a dizer sobre a “detenção preventiva” de árabes em Israel, nem sobre as dezenas de colônias ilegais na margem ocidental, militarmente ocupada, nem sobre a ausência de direitos humanos para os árabes, entre eles o importante direito de imigração na antiga Palestina (SAID, 2013, p. 424).

Ainda nessa edição, um ponto interessante é a interseção feita pela *Folha* entre a cobertura da guerra e o contexto político brasileiro da corrida presidencial para as eleições de 2006. No caderno “Brasil”,⁹⁷ há a matéria “Presidenciáveis saem em defesa da soberania libanesa”, assinada por Fabiane Leite, em que o periódico indaga aos três principais candidatos à Presidência do Brasil – Luís Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL) – suas respectivas opiniões sobre a Segunda Guerra do Líbano (ANEXO LI). O subtítulo – “Heloísa Helena e PT criticam os EUA e o Reino Unido, que impuseram condições a uma trégua; Alckmin não comenta” – subentende que o jornal não conseguiu se comunicar diretamente com Lula.

O texto aponta a convergência entre os candidatos: “Os presidenciáveis uniram-se na defesa do Líbano”. A frase, ao contrário do título, parece significar que os três políticos se posicionaram em favor de uma vitória militar do país árabe contra Israel, enquanto, na verdade, apenas se mostraram críticos à violação da soberania nacional libanesa. É dito que “o PT e Heloísa Helena (PSOL) consideram ‘desproporcional’ a resposta israelense”, com as aspas em “desproporcional” marcando o distanciamento do discurso indireto, e que “Geraldo Alckmin disse esperar que o Líbano recupere sua soberania”. Tanto Alckmin, como o PT, se isentam de classificar o Hezbollah como “terroristas”, tendo o primeiro afirmado que “isso significaria tomar partido” e o último, em tom irônico, que “o PT não tem como prática distribuir certificados de terrorismo”. Por fim, a matéria indica surpresa ao relatar que “a campanha de Heloísa Helena (PSOL) saiu na defesa explícita do grupo”. Por “defesa explícita”, o jornal alude ao reconhecimento do PSOL de que “o Hezbollah se formou durante a ocupação israelense” e “lutou em seu próprio território”.

⁹⁷ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Brasil”, 1 de Agosto de 2006, p. A15. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334587> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

No caderno “Mundo”,⁹⁸ o fotojornalismo, mais uma vez, compõe o discurso jornalístico e externa o descontentamento coletivo em relação à continuidade das operações militares. Na parte superior da página, nota-se a fotografia, enviada pela France Press, de um soldado israelense de semblante desolado e com as mãos na cabeça. A simbologia presente na fotografia, explicitando o desalento e a exaustão do oficial que luta contra sua vontade, parece dialogar com o título da matéria principal logo abaixo: “‘Não haverá cessar-fogo’, diz Olmert” (ANEXO LII). A citação a Olmert, disposta em letras garrafais no eixo superior da página, não só apela ao olhar do leitor, como estabelece, por seu significado prático, uma relação de contraste com a imagem do soldado cansado, já que, para o primeiro-ministro israelense, a guerra prosseguiria. Essa dialética planejada editorialmente, em que o enunciado com uma citação direta se interliga ao conteúdo da fotografia – isto é, um texto não-verbal –, reflete a posição privilegiada do jornal no exercício do que Mouillaud chama de “poder de asserção sobre o real”: “Este domínio, o jornal o exerce através de dispositivos que não são apenas os do discurso, mas também os da disposição na página” (2002, p. 126).

O agravamento irremediável da guerra é evidenciado também no subtítulo da matéria: “Primeiro-ministro de Israel desafia críticas internacionais e gabinete aprova ampliação da ofensiva terrestre”. A opção lexical pelo verbo “desafiar” e caracterização das críticas como “internacionais” – ou seja, têm dimensões multilaterais e deveriam deixar Olmert acuado politicamente – desvelam o plausível isolamento diplomático de Israel em persistir e, como se isso não bastasse, ampliar a participação em uma guerra da qual o mundo discorda. Esse conjunto de elementos linguísticos e extralinguísticos que compõem essa edição em particular da *Folha* parece indicar uma mudança, ainda que não definitiva, da posição editorial do jornal de retratar o conflito com relativa neutralidade, denunciando os excessos de ambos os lados. Nesta edição, como já evidenciado no editorial de Clóvis Rossi, a *Folha* passa a direcionar seu tom acusatório preferencialmente contra Israel. Tal modificação na cobertura jornalística talvez se justifique pela repercussão na opinião pública do bombardeio israelense em Qana.

Por critério de relevância, a matéria, assinada novamente por Michel Gawendo, é iniciada com o gesto político de Olmert:

O primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, disse ontem que não haverá cessar-fogo nos próximos dias, refutou as críticas internacionais à ofensiva

⁹⁸ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334589> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

israelense e o Exército do país manteve os ataques contra o grupo xiita Hezbollah no Líbano, apesar da promessa de 48 horas de trégua depois bombardeio aéreo que matou 56 civis em Qana.⁹⁹

A graduação utilizada para enumerar pausadamente as atitudes do premiê e a conjunção concessiva “apesar de”, indicando uma quebra de expectativa, parecem culpabilizá-lo individualmente pelas consequências iminentes da guerra. É curioso observar que o redator optou lexicalmente pela qualificação “grupo xiita” ao se referir ao Hezbollah e não como “terroristas”, como fizera em edições anteriores. Na citação de Olmert, também é registrado: “Vamos parar a guerra quando a ameaça dos foguetes for removida, quando nossos soldados sequestrados voltarem para casa em paz e quando vocês puderem viver em segurança”. O tom inclusivo da fala de Olmert aos cidadãos israelenses não se limita aos pronomes “nossos” e “você”, mas ao recurso da pressuposição subentendido em “a ameaça dos foguetes”, referindo-se às retaliações do Hezbollah, e em “viver em segurança”, expressão subjetiva cujo significado prático é variável de acordo com o interlocutor.

O texto não confirma abertamente se Israel a iniciativa de ampliar a ofensiva militar no Líbano, já que não cita fontes concretas: “Segundo autoridades que se mantiveram no anonimato, o Gabinete de Segurança israelense decidiu ontem à noite ampliar [...].” Em outro discurso direto, é mostrada a metáfora na fala do premiê: “Devemos nos preparar para dor, sangue e lágrimas”. Não está claro se tais angústias referenciadas dizem respeito às vítimas de ambos os lados do conflito ou exclusivamente aos israelenses. Em seguida, Olmert parece se ver obrigado, dada a repercussão global do bombardeio em Qana, a se pronunciar sobre o tema:

Sinto do fundo do coração pelas mortes de mulheres e crianças em Qana. Não são nossos inimigos. Não estamos lutando contra o povo do Líbano. Não estamos lutando contra o seu governo. Estamos combatendo o terrorismo e não vamos parar a luta enquanto não os afastarmos para longe das nossas fronteiras.¹⁰⁰

O primeiro-ministro israelense se utiliza da imagem emotiva das “mulheres e crianças” mortas a fim de direcionar seu pesar às vítimas que potencialmente mais instigam a empatia do público. Os demais mortos no bombardeio em Qana, quem quer que sejam eles, não só são lembrados, como podem ter sido genericamente colocados entre os efeitos colaterais do “combate ao terrorismo”. Tal combate, como explicita em

⁹⁹ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334589> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

¹⁰⁰ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334589> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

seguida, se resumiria no pretexto da expulsão dos prováveis agressores para longe da fronteira israelo-libanesa. Na resposta às críticas internacionais, Olmert apela à retórica religiosa, alegando que “Israel segue as regras morais judaicas” e que “não há necessidade de aprender estas regras com nenhum povo e nenhuma nação”, reiterando a isenção de Israel a condenações por sua suposta coerência com uma moral religiosa.

O texto ainda confirma que a pressuposta trégua “durou apenas algumas horas” e que, depois, “os ataques continuaram”. A matéria, pelo discurso indireto, apresenta a mesma justificativa israelense – eliminação física de membros do Hezbollah – para todos os ataques anunciados: “O Exército disse em um comunicado que atacou o veículo por suspeitar da presença de um líder do Hezbollah”, “Israel disse que vai atacar qualquer veículo suspeito de transportar armamentos para o Hezbollah”, “Escavadeiras estão terminando de derrubar o que restou das bases do Hezbollah”, “o ministro da Defesa de Israel, o trabalhista Amir Peretz, disse ao Parlamento que o Exército vai expandir os ataques contra o Hezbollah”. Os ataques do Hezbollah, por sua vez, apenas são mencionados no breve último parágrafo: “Ontem houve poucas quedas de foguetes do Hezbollah no norte de Israel. Nas cidades de Metula, Kryat Shmone e Haifa, o movimento de carros e pessoas foi maior”.

O teor crítico da edição ao lado israelense se mantém, na mesma página, na matéria “Tragédia incentiva movimento pacifista em Israel, onde 80% apóiam guerra”. O título, por si só, evidencia a posição desconfortável dos opositores da guerra dentro de Israel, já que representam minoria da população civil. A semiótica também complementa novamente o discurso textual na fotografia, da Associated Press, de um protesto em um local não identificado com um cartaz dizendo “Bush is killer” – “Bush é assassino”, em inglês – e uma boneca de olhos fechados, possivelmente representando as crianças mortas no bombardeio. A matéria parte do dilema pessoal de um capitão da reserva israelense cumprindo 28 dias de prisão por se recusar a servir no sul do Líbano. Em seu depoimento, classifica o conflito como “guerra idiota” e é metafórico se chamar de “menino envenenado, com uma faca entre os dentes” quando fez o serviço militar obrigatório. A menção a essa imagem forte ressalta o ímpeto de indignação persistente em parcela da população israelense, construindo o sentido do objeto relatado no texto.

Na verdade, o acontecimento jornalístico novo que incitou a publicação desse tema especificamente foi, conforme afirma o texto, o fato de que “pelo menos mil pessoas na cidade árabe de Sachnin, no norte de Israel, pedindo um cessar-fogo e a troca de prisioneiros com o Hezbollah”. Em seguida, é dito que “os manifestantes levantaram

bandeiras do Líbano e do Irã” e eram “árabes, judeus de esquerda e artistas”, o que, segundo a edição, são “os três grupos que estão liderando a voz minoritária contra a guerra em Israel”. De fato, o caráter dissidente de tais personagens, ontologicamente dissociados do estereótipo do judeu apoiador da guerra, suscita a atenção midiática pelo atípico, de acordo com critérios de noticiabilidade. Salienta-se, por exemplo, que os manifestantes dizem, em uma carta aberta, que “os civis em Israel e no Líbano não são brinquedos nas mãos de generais”, usando a metáfora para reforçar a humanidade das vítimas, ou que “um grupo de cineastas israelenses” mandou uma mensagem para organizadores de um festival de cinema árabe em Paris.

Por fim, a edição dedica uma segunda página do caderno exclusivamente para uma matéria, assinada pelo correspondente Marcelo Nino, sobre os sobreviventes de Qana (ANEXO LIII). O título “Desolação toma Qana após bombardeio”¹⁰¹ coloca toda a cidade libanesa em situação de passividade ante um sentimento, reificado como agente da ação. No subtítulo – “Ruas desertas e pilhas de entulho contrastam com as estradas tomadas por famílias que tentam deixar o Líbano” –, nota-se o prelúdio da natureza descritiva da matéria, escrita com o propósito de fomentar a transmissão do drama dos habitantes de Qana e captar o leitor pelo viés emocional. Tal opção editorial se pauta pelo chamando “enquadramento humanista” do conflito, a partir do qual “concentra-se nos efeitos da guerra sobre as populações submetidas, nas perdas humanas e na destruição civil” (ALDÉ, 2004, p. 17). Esse enquadramento se manifesta também pela seleção de fotos, da Associated Press e France Press publicadas na página, todas mostrando exclusivamente mulheres, incluindo idosas, e crianças vasculhando os escombros ou caminhando em ruas destruídas, reiterando a sensação de desolação.

No lide da matéria, a descrição do cenário da cidade: “Qana está silenciosa e deserta, como a maioria das cidades do sul do Líbano. Cães abandonados perambulam ainda de coleira. O único ruído é o dos jatos israelenses que sobrevoam a região”. A comparação com “a maioria das cidades do sul do Líbano” dá ao leitor a dimensão de que a tragédia no Líbano seria superior ao imaginado, sendo o ataque em Qana, classificada como “silenciosa” e “deserta”, apenas um exemplo. A extensão dos bombardeios em geral é reiterada quando o redator diz que “a casa de três andares que desabou sob mísseis é apenas uma das ruínas da ofensiva”, em uma pressuposição de que o leitor sabe previamente que as mortes de 56 civis decorrem desse incidente. O

¹⁰¹ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238144> Acesso em: 26 de Maio de 2015.

texto também reporta, em tom quase poético, as consequências do fato de que “a maioria da população fugiu para a [cidade] vizinha Tiro, a dez quilômetros”.

O autor aprofunda o processo descriptivo a partir da observação de imagens do cotidiano que compõem o cenário caótico: “Muitas casas estão com as portas abertas”, “Numa há pratos sujos sobre a mesa e porta-retratos de crianças”, “Uma das mesquitas no bairro Husseini foi atingida em cheio, mas ainda está de pé”, “Páginas do Alcorão empoeiradas se misturam aos destroços”. Depoimentos das vítimas, pelo discurso direto, contribuem a fundamentar a impressão negativa quanto à permanência do conflito, além de desconstruir o pretexto dos israelenses para a ação, como no caso de Abbas Hashem, um libanês que teve sua casa destruída: “No ataque de 1996 [que deixou 106 mortos], Israel já tinha usado essa desculpa”. Pela nominalização “desculpa”, o libanês remete à acusação de Israel de que o Hezbollah disparou foguetes daquele local. Além disso, a matéria parece induzir, pela seleção das citações usadas, que o único resultado indireto obtido pela campanha militar seria a adesão de mais libaneses às fileiras da organização islâmica: “Não só aqui em Qana, mas em todo o sul do Líbano somos todos xiitas e estamos unidos com o Hezbollah”.

A matéria, ainda com o intuito de transmitir emoção pela descrição minuciosa da tragédia, informa que “o cenário de destruição só não choca os poucos que chegam porque o caminho de Beirute até Qana serve de preparação para o visitante”. O redator retrata, por exemplo, os viadutos que foram “praticamente quebrados ao meio”. O redator reitera a lembrança quanto à popularidade do Hezbollah, talvez indicando as dificuldades tidas por Israel no seu fervor de dissociar e marginalizar o grupo xiita da sociedade libanesa como um todo: “A partir de Sidon, à medida que se avança rumo ao sul do Líbano, o grupo xiita Hezbollah torna-se onipresente”. Pela opção lexical “onipresente”, a matéria se refere aos murais com as imagens de Hassan Nasrallah, o presidente xiita do Parlamento, Nabih Berri, o aiatolá iraniano Khomeini e os “mártires” mortos por Israel, revelando o papel da propaganda política e religiosa como indicador do etos social libanês.

O término da Segunda Guerra do Líbano daria seu primeiro indício na edição de **12 de Agosto**.¹⁰² A manchete de capa da *Folha* anuncia: “ONU aprova cessar-fogo e envio de tropa ao Líbano” (ANEXO LIV). O subtítulo é ainda mais elucidativo: “Resolução do Conselho de Segurança é apoiada por israelenses e libaneses”. Por

¹⁰² A Folha de S. Paulo, edição nº 28.255, 12 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/12/2//5237664> Acesso em: 27 de Maio de 2015.

“cessar-fogo” e “envio de tropa”, o periódico se refere à resolução 1701¹⁰³, que, de acordo com Cathy Sultan, “segundo negociações entre EUA, Israel e França, que agiram em nome do Líbano” (2008, p. 45). O texto chamada informa que “o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, resolução de cessar-fogo no Líbano”. Também alega que “o texto pede o fim dos ataques do Hezbollah e das ações militares ofensivas de Israel e prevê o envio de força de paz com 15 mil homens”. Nesse trecho, é possível notar opção lexical na atribuição do vocábulo “ataques” ao Hezbollah, enquanto o eufemismo “ações militares ofensivas” é atribuído a Israel.

No caderno “Mundo”,¹⁰⁴ o título da matéria principal, não assinada, acrescenta um dado à manchete na capa: “ONU aprova cessar-fogo, mas prazo será negociado” (ANEXO LV). A indefinição de um prazo, conforme ressaltado logo no título, indica a iminência de que o cessar-fogo seja definido totalmente em um futuro próximo, prenúncio que, segundo Mouillaud, “institui um presente aberto” (2002, p. 111). O lide da matéria em si apresenta ao leitor um curto balanço sobre o que foi a guerra até então, evidenciando a tentativa de elucidação do jornal em relação ao histórico dos acontecimentos no Líbano: “Um mês e pelo menos 864 mortos depois do conflito entre Israel e o Hezbollah, o Conselho de Segurança da ONU adotou ontem por unanimidade uma resolução negociada entre Washington e Paris para tentar por fim ao confronto”. O adjunto adverbial de tempo “Um mês e pelo menos 864 mortos” tem a função de situar o leitor leigo na complexidade e dimensão do conflito israelo-libanês, de modo que ele tenha ciência da importância histórica da notícia que leria em seguida no texto. De certa forma, a *Folha* recorreu à tática enunciativa semelhante ao noticiar a saída da OLP de Beirute na Primeira Guerra do Líbano, na edição de 24 de Agosto de 1982.

Quanto ao prazo, apontado como indefinido pelo título, o texto explica: “o cronograma de sua implementação será no fim de semana pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan”. Também afirma que a retirada israelense “se dará em paralelo ao avanço das forças internacionais e do Exército libanês na região”. Contudo, as explicações parecem ser insuficientes para serem tomadas em práticas até então: “Embora israelenses tenham dado sinal verde ao texto durante o dia, Israel afirmou que a adoção da medida depende de uma decisão do gabinete israelense”. Em seguida, de forma mais

¹⁰³ UNITED NATIONS. Security Council calls for end to hostilities between Hezbollah, Israel, unanimously adopting resolution 1701 (2006). **United Nations**, 11 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2006/sc8808.doc.htm> Acesso em: 27 de Maio de 2015.

¹⁰⁴ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.255, caderno “Mundo”, 12 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/12/2//5334667> Acesso em: 27 de Maio de 2015.

direta, a matéria informa que “até lá, continua ‘com força total’ a ofensiva contra o Hezbollah”. Além da conjunção concessiva “embora” destituindo o conteúdo semântico da metáfora “sinal verde”, a citação “com força total”, sem especificação clara de quem é o enunciador primário, confirmaria a continuidade da postura belicista por Israel.

A matéria ainda elucida que o pedido de cessação dos “ataques” do Hezbollah e das “ações militares ofensivas” consta por escrito no texto da resolução. Desse modo, a diferença lexical empregada, tal qual no texto chamada da capa, se refere diretamente à ao modo com que a resolução foi redigida e não a uma opção editorial do jornal. Segundo a matéria, a resolução “impõe ainda um embargo de todo tipo de arma e equipamento militar a qualquer entidade ou indivíduo no Líbano – uma referência ao grupo xiita” e “pede, além disso, que Israel entregue ao governo libanês o mapa das minas terrestres que instalou no Líbano”. É notória a distinção de tratamento aplicada, pois o texto “impõe” ao Hezbollah e “pede” a Israel. Aparentemente, a julgar pela escolha dos verbos, Israel faz jus a uma abordagem de maior respeito, enquanto o Hezbollah é imposto a uma condição. Por fim, a matéria emprega o discurso direto ao replicar as palavras dirigidas por Olmert a George W. Bush: “‘O premiê falou com o presidente Bush e lhe agradeceu por manter por sua assistência em manter os interesses israelenses em mente no CS’, disse uma fonte do governo de Israel”. Mais uma vez, a relação estreita entre EUA e Israel é evidenciada.

A desconfiança da permanência da guerra, ou mesmo a possível incredulidade quanto o fim rápido do conflito, se mostra em outra matéria da página: “Israel pede que EUA apressem entrega de foguetes com munição de fragmentação”. A matéria consistia em uma reprodução do *New York Times*, remetendo à observação de João Batista Natali de que “o que é para o *New York Times* noticiário interno [...] torna-se para a *Folha* noticiário internacional” (2015, p. 102). Nesse caso, a *Folha* veicula um conteúdo escrito por um jornal norte-americano sobre as relações internacionais de seu próprio país, ou seja, por um repórter com acesso direto a fontes no meio político dos EUA a que um jornal brasileiro não dispõe.

O texto informa: “O pedido de foguetes M-26 – que são lançados de barragens e levam centenas de pequenas bombas que se espalham e explodem em uma vasta área – deve ser aprovado em prevê”. A matéria, portanto, manifesta seu intuito de instruir o leitor sobre o objeto relatado, porém apresenta também o empecilho para a entrega dos foguetes provocado pelos próprios EUA: “Mas alguns membros do Departamento de

Estado buscaram protelar a aprovação por conta de preocupação com a possibilidade de morte de civis e com repercussão diplomática”.

A edição ainda apresenta uma coluna de opinião assinada por Newton Carlos, o mesmo colunista de 24 anos antes. No texto “Expectativas dos EUA frustraram-se”, sendo o título uma ação não-dirigida, Newton pondera sobre o fracasso dos objetivos geoestratégicos idealizados pelo *establishment* norte-americano em projeta Israel como “ponta-de-lança do Ocidente no Oriente Médio”. Atento, dessa forma, à visão orientalista defendida pelos ideólogos neoconservadores “com assento na ante-sala do governo Bush”, para utilizar uma expressão do autor, Newton recorre repetidamente ao discurso direto no texto. Por exemplo, cita o comentarista da Fox News, Charles Krauthammer, para quem o Hezbollah é “um dos mais sérios inimigos entre os grupos terroristas do Oriente Médio”, e o especialista militar Mark Perry, para quem o grupo xiita é “a segunda ou terceira militar força militar mais competente da região, depois de Israel e do Irã”. As aspas presentes em cada caso exercem funções distintas, já que a primeira claramente foi empregada com distanciamento da fala de um personagem neoconservadores em relação à visão defendida pelo colunista, enquanto a segunda apresenta caráter de elucidação por meio de uma opinião especializada.

Na coluna, Newton se vale da tática de pressuposição ao afirmar enfaticamente que, para Israel, “objetivo inicial era destruir o Hezbollah” – “isto foi dito com todas e era o que em Washington se esperava que acabasse sendo alcançado” – e “agora se trata de tirar a milícia islâmica do sul do Líbano”. Inicialmente, o pretexto israelense para a invasão, conforme anunciado nos jornais, era o sequestro dos soldados pelo Hezbollah, porém é inegável o propósito geopolítico de Israel em debilitar as bases da organização islâmica (QASSEM, 2010, p. 37). À medida que a ofensiva das Forças de Defesa de Israel avançava, a imprensa internacional, incluindo a *Folha*, tornava-se clara a iniciativa de criar um duradouro cinturão de isolamento na fronteira israelo-libanesa e cessar os ataques do Hezbollah ao norte de Israel. Provocando o que Newton chama ironicamente de “dor de cabeça dos neoconservadores de Bush”, o autor é hiperbólico ao apontar que “sob influência do Hezbollah, cada família tem membros que podem ser mobilizados facilmente, a qualquer hora do dia ou da noite”. Tal observação corroboraria com imagem de invencibilidade desses “combatentes nada convencionais”, o que, por fim, teriam transformado as “expectativas americanas” em frustrações.

A aplicação do cessar-fogo estipulado pelo Conselho de Segurança da ONU, culminando no fim definitivo da Segunda Guerra do Líbano, foi enfim anunciada na

edição de **15 de Agosto**.¹⁰⁵ Destaque absoluto na capa, o jornal publica uma fotografia, da Associated Press, de um idoso refugiado retornando para casa carregando seus pertences e um lampião de gás. Semioticamente, a foto expõe não só a materialização da vigência da trégua, já possibilitando até o regresso dos refugiados, como a faz focalizando um personagem individualizado, alheio à ideia de massa. Tal escolha, sobretudo em se tratando de uma pessoa visivelmente de origem humilde, pode reforçar a constatação de que a população civil foi a maior derrotada da guerra. A notícia da entrada em vigor da resolução 1701 é a manchete principal: “Trégua começa; Hezbollah e Israel declaram vitória” (ANEXO LVI). Em uma oração curta e de ação não-dirigida, o editor se utiliza do recurso da pressuposição na nominalização “trégua”, concebendo que leitor tem ciência prévia da negociação internacional de um cessar-fogo.

O fato de ambos as forças beligerantes do conflito “declararem vitória” é enunciado com aparente surpresa, já que a trégua não caracteriza necessariamente uma vitória no campo de batalhas, além do fato de que tanto o Hezbollah, como Israel, qualificarem o acontecimento com o mesmo termo. O texto chamada afirma que “Israel e o Hezbollah adotaram discurso vitorioso”, provando que cada ator político desenvolveu um discurso próprio para vender uma interpretação positiva quanto o desfecho da guerra. Ao passo que o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, declarou vitória “estratégica e histórica”, o primeiro-ministro israelense Ehud Olmert “disse que o Hezbollah sofreu um ‘duro golpe’”.

No caderno “Mundo”,¹⁰⁶ ao contrário do enunciado na capa, o espectro de vitória atribuído a Israel não é tão explícito na estrutura textual. A fotografia, enviada pela Associated Press, dos soldados israelenses sorridentes e acenando para o alto sobre os blindados que retornavam a Israel, de fato, corrobora com a sensação de dever cumprido por parte do Estado judeu. Entretanto, o título segue o sentido oposto: “Hezbollah clama vitória, e Israel ameaça” (ANEXO LVII). A “ameaça” pressuposta é explicada no subtítulo: “No primeiro dia de vigência do cessar-fogo, Olmert diz que ‘guerra não acabou’, e rechaça desarmamento”. A atmosfera belicista, incitando a plausível retomada de um conflito de tipo semelhante envolvendo os mesmos atores políticos regionais, é suscitada no discurso direto remetido a Olmert. Por sua vez, o título, antes de qualquer elucidação existente no corpo da matéria, expõe outra

¹⁰⁵ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.258, 15 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/15/2//5237432> Acesso em: 30 de Maio de 2015.

¹⁰⁶ A Folha de S. Paulo, edição nº 28.258, caderno “Mundo”, 15 de Agosto de 2006, p. A13. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/15/2//5237441> Acesso em: 30 de Maio de 2015.

pressuposição – o desarmamento do Hezbollah. Tal medida, rechaçada pelo grupo xiita, já estava prevista desde setembro de 2004, por meio da resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU (*ver capítulo 2*).

Observa-se, durante todo o texto de Michel Gawendo, a proposta de alternar os discursos diretos e indiretos referentes às falas dos dois personagens centrais na guerra – o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, e o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert. As declarações de Nasrallah delineiam a imagem de um líder político-militar ciente de suas convicções, independente das interpretações a que estão sujeitas: “Estamos diante de uma vitória estratégica e históricas, sem exageros” e “Saímos vitoriosos de uma guerra em que grandes exércitos árabes foram derrotados”. A recusa ao desarmamento de sua organização também confirmam essa postura firme: “Isso é um erro, tanto psicologicamente quanto moralmente. O Exército libanês e as tropas internacionais são incapazes de proteger o Líbano”. É interessante observar que Nasrallah, implicitamente, atribui ao seu grupo a defesa da soberania nacional libanesa, algo em que outras forças militares, no seu entender, não exercem de modo eficaz. Além disso, a única menção na matéria a esse presumido papel do Hezbollah é na própria citação de Nasrallah.

Já Olmert, em seu discurso no Parlamento israelense, afirmara que “a guerra não acabou” e que o Hezbollah sofreu “um duro golpe”. As citações correspondem ao reconhecimento do premiê de que o cessar-fogo não significava a resolução dos problemas do Oriente Médio. Tal posição é reiterada em outra recorrência ao discurso direto de Olmert: “Continuaremos a perseguí-los em todos os lugares e a todo momento. Não temos intenção de pedir permissão a ninguém”. A segunda pessoa do plural reforça o ideal de comunhão da nação israelense em direção a um objetivo específico, o que também se manifesta na clara demarcação de independência política de Israel ao “não pedir permissão a ninguém”. É visível, portanto, que Olmert não só não se mostrou satisfeito com a decisão do Conselho de Segurança da ONU, como parece determinado em atender às aspirações dos israelenses revoltados com a não conclusão da guerra no campo milita e todos os reveses sofridos por Israel.

A matéria também faz um balanço do conflito e analisa o papel de Olmert na condução das Forças de Defesa de Israel. Segundo o texto, Israel “destruiu entre 80% e 90% da capacidade do Hizbollah de disparar mísseis de longo alcance”, mas que o grupo “mantém ainda quase intacta as funções de comando e controle de suas tropas e de disparar foguetes Katyusha”. Essa observação expõe a forma difusa como o Hezbollah está entranhado no tecido social libanês, dada a dificuldade de se eliminar o

“comando e controle das tropas”. Números sobre o conflito são apresentados também a título de elucidação – “o serviço de inteligência do Exército afirma que foram mortos cerca de 500 guerrilheiros, e que 20 foram capturados”, “caças israelenses realizaram 15 mil missões contra 7.000 alvos no Líbano” e “ao menos 800 libaneses (692 civis) e 157 israelenses (39 civis) morreram no conflito”. Nesse último ponto, os números de mortos ainda representam uma estimativa, embora isso não seja mencionado no texto. Segundo Cathy Sultan, “no Líbano, 1.109 civis morreram e 4.399 foram feridos” (2008, p. 46).

Em relação a Olmert, a matéria informa que “vem sofrendo duras críticas sobre a condução da guerra”. Segundo o texto, “a esquerda afirma que o governo foi irresponsável ao iniciar uma operação terrestre, e a direita diz que as tropas foram mandadas tarde demais para o sul do Líbano”. As reclamações advindas de ambos os espectros político-ideológicos da sociedade israelense colocaram Olmert em uma posição vulnerável e corroboram com o estereótipo de líder débil e inexperiente, já suscitada no jornal nos primeiros dias da guerra, como na edição de 14 de Julho, que acusou o primeiro-ministro de não ter “passado militar heroico”. Ainda de acordo com a matéria sobre o cessar-fogo, “há divergências na cúpula do Exército, desavenças entre o campo político e militar e dúvidas de inteligência”. Não são explicados a que fatos remetem as nominalizações “divergências”, “desavenças” e “dúvidas”, porém os três termos ilustram as dificuldades enfrentadas por Olmert. Por fim, o premiê admitiu “falhas” e disse que haveria um período de “reflexão”.

A página ainda apresenta uma matéria menor, não assinada, com as opiniões dos líderes dos principais patrocinadores diretos de cada lado do conflito – os EUA, para Israel, e a Síria, para o Hezbollah. Dada a relevância presumível de um pronunciamento oficial da Casa Branca, o título já alude a Washington: “Para Bush, Israel derrotou grupo xiita”. As citações das falas de Bush claramente reiteram o alinhamento dos EUA com Israel e os planos geopolíticos de supressão do Hezbollah como forma de debilitar o poder de influência do Irã. Bush enfatizou, por exemplo, que o “Hezbollah atacou Israel, começou a crise e sofreu uma derrota”. Além disso, suas opiniões são coerentes com o pensamento ideológico que respalda sua “Guerra ao Terror”. O presidente é taxativo ao qualificar a guerra como “luta maior entre a liberdade e o terror” e acredita que “o Líbano não será uma democracia enquanto houver um Estado dentro do Estado”.

Já o presidente sírio Bashar al-Assad é adjetivado pelo jornal como “ditador”, o que indiretamente colabora com uma imagem negativa em relação ao Hezbollah, já que a organização, em tese, é apoiada por uma “ditadura”. Segundo a matéria, Assad disse,

em entrevista a um jornal egípcio, que o “conflito militar terminou com vantagem para a resistência”. Pela nominalização “resistência”, subentende-se o Hezbollah, o que ressalta os óculos sociais particulares do líder sírio, consideravelmente distintos quanto aos de Bush e seus ideólogos e apoiadores. Essa visão é novamente reforçada quando, segundo a imprensa israelense, Assad afirmou que “chegou a hora da libertação dos territórios árabes”. Tal citação, publicada em um jornal de Israel, certamente corrobora com o distanciamento entre as interpretações subjetivas de cada agente político naquela região. O fato de Assad mencionar “libertação de território” tem, para um israelense, um significado material e simbólico agressivo, do mesmo modo que o termo “terrorismo”, repetidamente utilizado por Israel e o Ocidente, tem para um árabe.

Essas paradoxais visões de mundo, além dos próprios acontecimentos objetivos em si, constituem a matéria-prima para o relato jornalístico das dinâmicas sociais, políticas e culturais de duas civilizações distintas – os países árabes e Israel. Todo o conjunto de análises corrobora para que seja reiterado o caráter mítico da suposta “neutralidade” de qualquer forma de discurso. Especificamente no que tange a cobertura da Segunda Guerra do Líbano, é nítida a diferença na abordagem da *Folha* em comparação à invasão israelense de 1982. Por todos os aspectos discursivos elencados, fica claro que o periódico passou a optar pela denúncia explícita das ações de todos os agentes conflitantes, o que pressupõem evitar tomar partido de um lado específico.

5 CONCLUSÃO

A digressão temporal que separa em 24 anos os dois eventos políticos cruciais no conflito intercivilizacional entre árabes e israelenses – a Primeira Guerra do Líbano (1982) e a Segunda Guerra do Líbano (2006) – deve servir de vetor principal para a identificação das diferenças discursivas e estruturais da *Folha de S. Paulo* para cada cobertura da editoria internacional. É relevante, primeiramente, salientar que a conjuntura geopolítica a que estavam submetidos os fatos relatados é significativamente distinta, conforme já explicitada em detalhes no capítulo 2.

A título de elucidação, a Primeira Guerra do Líbano (1982) teve seu desenrolar em um período histórico em que inexistiam canais fixos de diálogo diplomático entre Israel e os palestinos, o que somente veio a se edificar no início dos anos 90. Portanto, uma década antes, o único contato vigente entre Israel e a OLP permanecia sendo o enfretamento militar, com suas respectivas táticas militares de, literalmente falando, eliminação do inimigo ou resistência a ele. Além dos atores políticos regionais envolvidos, convém lembrar que o mundo ainda se dividia na lógica dicotômica da Guerra Fria, disputa que suscitou, como nitidamente observável nas edições do jornal à época, a preponderância dos papéis exercidos pelos EUA e a URSS.

Passados 24 anos, a Segunda Guerra do Líbano (2006) se deu em um contexto global distinto, a começar pela desaparição da bipolaridade do mundo existente durante a Guerra Fria. Com a concentração de poder político, econômico e militar à disposição de Washington, o início do século XXI se marcou pela já explicada “Guerra ao Terror”, por meio da qual os EUA e seus aliados investiram na supressão e isolamento dos países que, segundo a administração Bush, “promoviam o terrorismo”. No plano do conflito árabe-israelense, o inimigo não mais era a OLP, organização laica que já havia se proposto a um diálogo de paz com Israel. O alvo primordial das operações militares israelenses, em concomitância com os interesses norte-americanos, era o Hezbollah libanês, grupo político, paramilitar e filantrópico de matriz religiosa. Portanto, a religião é projetada como um novo aspecto fundamental dentro da luta política, o que corroboraria, conforme aludido no capítulo 4, com a consolidação de estereótipos orientalistas quanto ao ser do árabe-muçulmano.

É imperioso não esquecer o palco comum – ou, mais precisamente, o mesmo campo de batalha – compartilhado nos dois eventos históricos: o Líbano. Ainda que ocasionalmente se cogite a impressão de que tais conflitos bélicos poderiam suceder em

qualquer outro país árabe, sobretudo por envolver agentes políticos que, por vezes, não são libaneses nativos, é imprescindível ressaltar a influência direta da constituição do Líbano como Estado-nação e de sua composição sociopolítica interconfessional no desdobramento de ambas as guerras, como bem salienta Georges Corm:

Não devemos vacilar em partir dos fatores libaneses, já que as guerras dos outros em território libanês não teriam sido possíveis se os responsáveis libaneses tivessem mantido seu país longe das influências estrangeiras. Se não tivessem utilizado os maronitas para a defesa do Ocidente e o cuidado das fronteiras de Israel, os sunitas e os drusos para a defesa da OLP e da arabidade, os xiitas para defesa do Islã e para a glória de Khomeini. (2006, p. 227, tradução nossa)

Corm acredita também que o território libanês e sua população desempenharam “o papel de espaço simbólico, de arena de gladiadores ou ringue de boxe, em que se enfrentaram os grandes atores do conflito do Oriente Próximo: soviéticos e estadunidenses, sírios, palestinos e israelenses, iraquianos e iranianos, etc.” (2006, p. 163). Dito isso, a editoria internacional da *Folha* aludiria de diferentes modos à complexidade societal do Líbano, suas disputas internas de poder e as consequências práticas desses embates exacerbadas a cada conflito militar. Inicialmente, convém observar que o Estado libanês *stricto sensu* raramente foi, em ambas as coberturas, objeto da narrativa jornalística. Por mais que todos os acontecimentos se dessem em solo libanês, é nítido o protagonismo de atores políticos, tanto libaneses, como estrangeiros, dissociados diretamente das instituições formais do Líbano. As autoridades estatais do país, como presidentes e primeiros-ministros, foram referenciadas, na maioria das vezes, como comentaristas da guerra infligida por terceiros, ou seja, por forças total ou parcialmente alheias a sua administração e controle. Uma remota exceção, enfatizando a natureza do Líbano como Estado-nação, está na reprodução da entrevista do primeiro-ministro Fouad Siniora na edição de 18 de Julho de 2006.

Paralelamente a essa impressão forjada de debilidade e inépcia do Estado libanês, ambas as coberturas abordam de forma mais contundente a sociedade civil libanesa, a principal vítima dos confrontos armados. A descrição minuciosa do caos provocado, sobretudo, pelos bombardeios das Forças de Defesa de Israel, e, por conseguinte, as fatalidades decorrentes de ataques dessa ordem se fazem presentes em parte considerável das matérias. Muitas delas se dedicam, particularmente, ao relato da progressiva destruição da infraestrutura das cidades libanesas, em especial de Beirute, e aos dramas individuais e coletivos de populares ao se depararem com suas casas e bairros devastados e perderem entes queridos em meio ao fogo cruzado. Tais relatos,

geralmente, são balizados ainda pela apresentação sempre atualizada das estatísticas da guerra, fornecidas por fontes diversificadas, abarcando desde a quantidade e tipo de munição empregada ao número de baixas civis e militares. O jornal também investe na elucidação do leitor a respeito das particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais do Líbano por meio de textos elucidativos, como a publicação do “Banco de Dados” da *Folha*, em 1982, além de mapas, gráficos e diagramas, características condizentes com a já reiterada exigência de inteligibilidade.

Ainda nessa linha, é possível considerar que as publicações se alternam entre a noticiação das novas informações relativas ao conflito – tanto do próprio front de batalha, como de seus desdobramentos diplomáticos na esfera internacional – e esclarecimentos quanto à dinâmica geopolítica a que o país está envolvido e aos respectivos papéis hegemônicos ou coadjuvantes dos grupos integrantes da sociedade libanesa. Nesse aspecto, convém não limitar a interpretação dos confrontos no Líbano à impressão de que o país serviu meramente de palco para uma “Guerra por procuração” incitada por terceiros. Esse axioma se justifica não só pela importância dos acontecimentos envolvendo a população civil em geral como matéria-prima da produção jornalística, como pelo próprio comprometimento de organizações partidárias, paramilitares e religiosas essencialmente libanesas nas duas Guerras – os falangistas cristãos, em 1982, e o Hezbollah, em 2006.

Dito isso, é compreensível que a distância temporal de 24 anos entre as coberturas estabeleça diferenças na forma de produção jornalística, ainda que dentro do mesmo veículo informativo. Em primeiro lugar, salientam-se as transformações ocorridas nas editorias internacionais das redações em decorrência dos avanços tecnológicos. “A evolução tecnológica mudaria o ‘fazer jornalístico’: com a Internet, a transmissão de informações e o acesso às fontes em qualquer parte do mundo ficariam muito mais fáceis e menos onerosos” (CASTRO, 2006, p. 56). A informatização acelerou o processo de produção da notícia e propiciou ao jornal a possibilidade de reprodução de conteúdos diversificados, multiplicando as vozes publicadas nas edições e livrando a editoria da dependência unilateral dos informes das agências de notícias. É notável também, em paralelo ao próprio crescimento da *Folha* no mercado jornalístico, a maior viabilidade quanto ao envio de correspondentes brasileiros para cobrir *in loco* eventos estrangeiros. Enquanto, no início dos anos 80, o periódico contava com o despacho de informações sobre o Oriente Médio fornecidas pelos comentaristas Paulo Francis, instalado em Nova York, e Claudio Abramo, em Paris, já nos anos 2000

investia na presença dos jornalistas próximos ao local dos acontecimentos, como o caso de Michel Gawendo, em Israel, e Marcelo Nino, no próprio Líbano.

As transformações na elaboração e difusão de conteúdo pela *Folha* foram acompanhadas de reformas em seu formato gráfico. As edições, confeccionadas de forma bastante rudimentar em 1982, se tornaram mais legíveis com o aumento do entrelinhamento dos textos e a diminuição do número de palavras, o que contribui para a maior adesão do público, já que a leitura ficou mais inteligível e atraente (NATALI, 2015, p. 100). Além disso, há um investimento editorial na apreensão da mensagem pelo leitor não apenas pelo código escrito, como também por implicações semióticas, graças ao registro da fotografia. Como afirmam Alberto Carlos Klein e Marina Torres (2008), o fotojornalismo condiz com um contexto de valorização das imagens técnicas, e as imagens, por sua vez, concebem o mundo pela mediação da experiência da escrita. “As fotografias devem ser tomadas como objetos complexos, cujos signos não podem ser isolados sob o prejuízo de se desfazer seu sentido global” (KLEIN; TORRES, 2008, p. 8). Portanto, as fotografias suscitam operações semióticas fundamentais para a produção de sentido, abstraindo-se de sua função simplesmente ilustrativa.

O impacto semiótico da fotografia adquire dimensões ainda mais substanciais quando localizada na capa do jornal. Um dos critérios de seleção das edições analisadas nesse trabalho se pautou pelo destaque a temática do conflito israelo-libanês recebido nas capas das edições. Por conseguinte, a fotografia foi fator determinante na transmissão da mensagem, seja por suas proporções ou posicionamento gráfico nas páginas, captando o olhar imediato do receptor, seja por suas características intrínsecas como discurso não-verbal, ou seja, pelo conteúdo que a imagem por si só está mostrando e por seu diálogo com o texto escrito em seu entorno. Por esse aspecto, nota-se que as operações semióticas nas capas da *Folha* são mais recorrentes nas edições de 2006, haja vista tanto a dificuldade, em 1982, de reprodução das fotos enviadas pelas agências de notícias – as imagens eram em preto e branco –, como pelo próprio investimento do jornal nesse mecanismo de comunicação a partir dos anos 2000.

No campo do código escrito, é possível tecer algumas considerações, a começar pelas manchetes e subtítulos que anunciam os acontecimentos jornalísticos. Do ponto de vista gramatical, convém lembrar o conceito de transitividade aludido por Norman Fairclough (2008), ou seja, os processos relacionais ou de ação que constituem as orações são construídas nos enunciados. Dito de outra forma, os modos pelos quais “os elementos da oração são posicionados de acordo com sua proeminência informacional”

(FAIRCLOUGH, 2008, p. 221). Assim, tal dimensão da linguística, por se tratar de um componente crucial no âmbito da análise de discurso, foi repetidamente utilizada como método de decodificação das premissas aparentes e subentendidas nos enunciados, sobretudo nos títulos, subtítulos e textos chamadas, espaços de total apelo à atenção do receptor da mensagem e responsáveis por resumir a notícia em poucas palavras.

Ao analisar o conjunto de enunciados que servem de inscrição e suporte nas páginas da *Folha*, chamados, por Mouillaud, de “região-chave que o articulado e o articulador do jornal” (2002, p. 99), é perceptível a iniciativa editorial de anunciar o relato dos conflitos a partir de um ator político em particular, já que as orações publicadas, sobretudo, nas manchete dispõem sempre de um agente de ação singular. Dessa forma, o sujeito presente nos títulos das matérias remete necessariamente a um lado específico da guerra, legando ao outro lado a presumida condição de passividade ante a ação efetuada por esse sujeito. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que, conforme a análise feita no capítulo 3, há um nítido propósito de apresentar Israel como a força dominante na guerra, responsabilizando categoricamente o Estado judeu pelo agravamento dos confrontos armados com a OLP e da crise humanitária e diplomática que se instaurou no Líbano e, especialmente, em Beirute. Portanto, a julgar pela maior parte dos enunciados e considerando-os como demarcadores da linha editorial do jornal, não seria exagero supor que a *Folha* assumiu uma posição contrária à invasão israelense e ao cerco a Beirute ou, ao menos, pela maneira pela qual essa incursão se deu.

A imputação da responsabilidade a Israel se manifesta nas edições de 1982 como uma constante pelo caráter ativo das Forças Armadas do Estado judeu nas orações – “Israel bombardeia Beirute”, “Israel lança ataque maciço no Líbano”, “Israel ataca Líbano por terra, ar e mar”, “Israel cerca 6 mil palestinos em Beirute”, “Israel realizam o maior ataque aéreo contra Beirute e ocupam o aeroporto”. Essa responsabilização pode ser verificada na maior parte das matérias analisadas no capítulo 3, em que o jornal parece priorizar as operações militares de Israel em solo libanês e, pontualmente, os bombardeios em Beirute ocidental durante os 70 dias de cerco. Por outro lado, as retaliações desferidas pela OLP não recebem o mesmo destaque no corpo dos textos, sendo referenciados em menos parágrafos ou na parte final das matérias. Pode-se concluir que o jornal enfatiza a supremacia bélica do lado israelense e tenta transmitir ao leitor a impressão de injustiça ou despropósito da Operação Paz na Galileia.

As edições referentes às duas guerras também se apóiam no que foi denominado de discurso técnico, isto é, discursos que designam uma área de conhecimento e o modo

particular como ela é constituída (FAIRCLOUGH, 2008, p. 164). Em ambas as coberturas, a *Folha*, claramente orientada pelos informes das agências de notícias, publica suas matérias descrevendo o movimento gradual e atividades das tropas israelenses, bem como a munição empregada e o contingente de oficiais mobilizados, ou seja, a narrativa em sua quase totalidade apresenta palavras e expressões idiossincráticas ao meio militar. Por esse motivo, coube a designação de “discurso técnico-militar”, haja vista o enquadramento militar ou belicista explicitado no discurso, “centrado em táticas e estratégias de guerra” (ALDÉ, 2004, p. 10).

O diferencial maior perceptível no discurso jornalístico em função desses 24 anos está na maneira como o papel da cada ator político exerce nos enunciados. Em contraponto à posição de agente de ação ocupada por Israel de forma majoritária nas edições de 1982, a Segunda Guerra do Líbano é retratada pela *Folha* a partir de um viés que poderíamos considerar de máxima neutralidade cabível. Tal neutralidade aparente pode ser apreendida não por uma abstenção propositada por parte do jornal, mas pelo ímpeto do jornal em explicitar a parcela de culpa tanto de Israel, como do Hezbollah, na deflagração e continuidade do conflito israelo-libanês. Assim, o periódico se incumbiu de colocar alternadamente cada força bélica como agente de ação nas orações.

Esse gesto teve a finalidade plausível de balancear a cobertura e não passar a sensação de uma abordagem tendenciosa em favor de um lado ou outro. Por exemplo, manchetes como “Ofensiva de Israel no Líbano já matou 67” ou “Israel ignora a trégua e mantém bombardeio” são osciladas com enunciados como “Hizbollah declara ‘guerra total’ a Israel” ou “Hizbollah voltou a atacar ontem a cidade de Haifa, a terceira maior de Israel”. Por vezes, a tentativa de externar um ponto de equilíbrio é notória em um mesmo enunciado, como na manchete “Israel invade o sul do Líbano depois do ataque do Hizbollah”, da edição de 14 de Julho de 2006, ou subtítulo “Israel afirma que continuará com ‘força total para deter o terrorismo’”, de 18 de Julho. Nos dois casos mencionados, os adjuntos adverbiais de tempo e modo, no primeiro enunciado, e de finalidade, no segundo, foram intencionalmente evidenciados a fim de apresentar o pretexto israelense para a invasão e não parecer que Israel adentrou no Líbano sem qualquer motivo. Esse ideal de suposta neutralidade sofreria um abalo com o massacre em Qana, noticiado na edição de 1º de Agosto, em que, por conta da repercussão internacional da tragédia, a *Folha* se viu obrigada a pender para a crítica aos excessos das Forças Armadas israelenses, como mostrado no editorial de Clóvis Rossi.

Com relação propriamente às soluções lexicais utilizadas pelo jornal, observa-se sempre a presença de elementos que, tal qual informa Fairclough (2008), se baseiam em fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos para a composição textual. As edições de 1982, por meio de suas táticas de nominalização e o emprego de variados itens lexicais, se mostraram bem comedidas ao evitar a atribuição de adjetivos tanto aos israelenses, como aos palestinos e libaneses. Por outro lado, como analisado no capítulo 3, o jornal não omite qualificações à intensidade dos ataques desferidos por Israel e a condição de completa desvantagem arcada pela OLP. Já em 2006, apesar dos esforços próprios para manter a visão distanciada da nova guerra, é indissimulável a recorrência à retórica orientalista nas referências ao Hezbollah. A narrativa aplica o estereótipo do árabe-muçulmano, forjado durante a “Guerra ao Terror” anglo-americana, ao repetidamente taxar a organização xiita e seus partidários de “terroristas”.

Tal qualificação simplesmente inexiste nas matérias das edições de 1982 para classificar os membros da OLP, a não ser nas citações de autoridades israelenses ou em algumas colunas de opinião. Aliás, as colunas publicadas representam outro marco editorial da *Folha*, que é sua abertura à livre manifestação de ideias. Em 1982, enquanto Paulo Francis, Claudio Abramo, Newton Carlos e Mauro Santayana repudiavam a invasão israelense e a inércia política norte-americana, Barreto Leite Filho e Henrique Bernardo Veltman respaldavam a ação e criticavam a OLP. Já em 2006, nas edições analisadas, marcam presença João Batista Natali, Gustavo Chacra, Clóvis Rossi e, novamente, Newton Carlos, embora seja evidente a postura mais moderada dos colunistas em não tomar partido abertamente de um lado do conflito.

Por fim, apesar de todas as diferenças, a análise discursiva da cobertura das duas guerras do Líbano demonstra que a *Folha* manteve seu investimento na produção jornalística o mais completa possível. Com todas as nuances presentes no discurso das duas coberturas, o jornal viabilizou todos os meios disponíveis para trazer a informação de longe e, a partir dela, demarcou sua posição editorial perante os acontecimentos gerais e específicos de cada conflito. Simultaneamente, procurou se mostrar como um espaço aberto ao contraponto, publicando opiniões diversas dentro de uma mesma edição ou até mesma página, como bem observou o próprio Ombudsman da *Folha*. Todas essas características do jornal impresso remetem ao seu caráter não só noticioso, como também formador de opinião, já que se pauta pela pluralidade de ideias, dentre as quais o leitor se aproxima daquela mais próxima às suas visões de mundo prévias ou, até mesmo, modifica sua mentalidade ao se informar.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALDÉ, Alessandra. *Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque*. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 2004, São Bernardo do Campo.
- ARAÚJO, P. H. R.; KLEIN, A. C. A. *Sob o Signo das Trevas – Análise das capas da Veja sobre líderes do Irã*. In: XII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2011, Londrina.
- CAVALCANTI, F. G. Organização textual da notícia: uma análise da TV e do jornal. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, Judith; BARROS, K. S. M. (Org.). *Um linguista, orientações diversas*. Recife: UFPE, 2009, v. 1, p. 299-323
- CASTRO, Renata. *Jornalismo Internacional: a mudança na editoria inter nos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto: 2006.
- CORM, Georges. *El Líbano contemporáneo, historia y sociedad*. Barcelona: Editora Bellaterra, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.
- FERREIRA, M. A. F. S. *A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- FISK, Robert. *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina*. São Paulo: Editora Usina do Livro, 2003.
- GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. Salvador: Editora Publicom, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.
- KLEIN, A. C. A., TORRES, M. F. *A beleza nos escombros: estratégias semióticas no fotojornalismo de guerra*. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2008, Guarapuava
- KLEIN, A. C. A. *A sombra, o tirano e o louco: o dualismo Ocidente/Oriente no jornalismo visual*. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 2013, Salvador.

LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MAALOUF, Ramez. *Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 2011.

MOUILAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PARSI, Trita. *Treacherous Alliance: The Secret Dealings of Israel, Iran, and the United States*. New Haven: Yale University Press, 2007.

QASSEM, Naim. *Hizbullah: The Story from Within*. 3. ed. Londres: Editora Saqi, 2010.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 4. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

SULTAN, Cathy. *Tragedy in South Lebanon: The Israeli-Hezbollah War of 2006*. Minneapolis: Scarletta Press, 2008.

TEDESCO, M. T. V. A. Mídia, Língua, Cultura e Ideologia. In: VALENTI, André (Org.). *Língua Portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Editora Kaetés, 2007, p. 181-185.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

Jornais:

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, 5 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184724> Acesso em: 11 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.421, caderno “Exterior”, 5 de Junho de 1982, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/05/2//4184787> Acesso em: 13 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, 7 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185706> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.423, caderno “Exterior”, 7 de Junho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/07/2//4185754> Acesso em: 17 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.425, caderno “Opinião”, 9 de Junho de 1982, p. 2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/09/2//4186210> Acesso em: 19 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.425, caderno “Exterior”, 9 de Junho de 1982, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/09/2//4186264> Acesso em: 19 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, 15 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188231> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, caderno “Exterior”, 15 de Junho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188273> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.431, caderno “Exterior”, 15 de Junho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/15/2//4188266> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.445, 29 de Junho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/29/2//4192703> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.445, caderno “Exterior”, 29 de Junho de 1982, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/06/29/2//4192763> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.452, caderno “Opinião”, 6 de Julho de 1982, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/06/2//5389621> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.452, caderno “Exterior”, 6 de Julho de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/06/2//5389626> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, 10 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389777> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, caderno “Exterior”, 10 de Julho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389783> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.456, caderno “Exterior”, 10 de Julho de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/10/2//5389782> Acesso em: 23 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, 12 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5937416> Acesso em: 24 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, caderno “Opinião”, 12 de Julho de 1982, p. 2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5389907> Acesso em: 24 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.458, caderno “Exterior”, 12 de Julho de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/12/2//5389910> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.472, 26 de Julho de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/07/26/2//5391244> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.479, 2 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/02/2//4193933> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.479, caderno “Exterior”, 2 de Agosto de 1982, p. 6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/02/2//4193968> Acesso em: 25 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, 5 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194577> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194654> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.482, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 13. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/05/2//4194661> Acesso em: 26 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.498, 21 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/21/2//4198834> Acesso em: 27 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.498, caderno “Exterior”, 5 de Agosto de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/21/2//4198879> Acesso em: 28 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.501, 24 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/24/2//4199711> Acesso em: 28 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.501, caderno “Exterior”, 24 de Agosto de 1982, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/24/2//4199741> Acesso em: 29 de Abril de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.508, 31 de Agosto de 1982, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/31/2//4200947> Acesso em: 1 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 19.508, caderno “Exterior”, 31 de Agosto de 1982, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/08/31/2//4200961> Acesso em: 1 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.226, 13 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/13/2//5238635> Acesso em: 9 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.225, caderno “Mundo”, 13 de Julho de 2006, p. A9. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/13/2//5238728> Acesso em: 11 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, 15 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5238627> Acesso em: 14 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334472> Acesso em: 15 de Maio de 2015

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334479> Acesso em: 16 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.227, caderno “Mundo”, 15 de Julho de 2006, p. A12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/15/2//5334500> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, 18 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238336> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Opinião”, 18 de Julho de 2006, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238372> Acesso em: 17 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Mundo”, 18 de Julho de 2006, p. A7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238420> Acesso em: 18 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.230, caderno “Mundo”, 18 de Julho de 2006, p. A8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/18/2//5238433> Acesso em: 18 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, 23 de Julho de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238332> Acesso em: 19 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Brasil”, 23 de Julho de 2006, p. A6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238527> Acesso em: 19 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238382> Acesso em: 20 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A15. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238396> Acesso em: 20 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238411> Acesso em: 22 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.235, caderno “Mundo”, 23 de Julho de 2006, p. A17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23/2//5238423> Acesso em: 22 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, 1 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238099> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Opinião”, 1 de Agosto de 2006, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238155> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Brasil”, 1 de Agosto de 2006, p. A15. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334587> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5334589> Acesso em: 24 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.244, caderno “Mundo”, 1 de Agosto de 2006, p. A17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/01/2//5238144> Acesso em: 26 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.255, 12 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/12/2//5237664> Acesso em: 27 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.255, caderno “Mundo”, 12 de Agosto de 2006, p. A16. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/12/2//5334667> Acesso em: 27 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.258, 15 de Agosto de 2006, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/15/2//5237432> Acesso em: 30 de Maio de 2015.

A Folha de S. Paulo, edição nº 28.258, caderno “Mundo”, 15 de Agosto de 2006, p. A13. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/15/2//5237441> Acesso em: 30 de Maio de 2015.

Anexo XIII

Anexo XIV

Anexo XXXIX

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE EDIÇÃO: OTÁVIO FRAS FILHO

TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2006

EDIÇÃO SÃO PAULO. CONCLUIDA ÀS 0H. • R\$ 2,50

Policia Civil usa barricadas contra ataques do PCC em SP

A sede do Ibov (Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado), que também é responsável pelas atribuições combater o PCC, foi cercada e cercada por blocos de concreto para proteger de ataques.

Desde às 22h, quando teve início o ônibus de terror atingido por tiros, foram contabilizados pelo menos 440 ataques de bandidos no Estado de São Paulo.

Desde seta, o número de

assaltos aumentou.

Suzane nega em julgamento ter planejado a morte dos pais

Suzane Richthofen, acusada de matar os pais, os irmãos e o cunhado, nega que planejou a morte. A defesa da jovem, namorada de Suzane, que a acusou de ser a autora do crime, Daniel tentou incriminar a irmã e afirmou ter matado os pais e ter matado a irmã de ferro.

Maia

Tsunami mata pelo menos 262 pessoas na Indonésia

Um cunhado de dois membros da família que morreram 262 pessoas no auge do tsunami com ressaca e vila de pesca de Banda Aceh, na Indonésia. Há ainda desaparecidos.

A onda foi provocada por um sismo de magnitude 8,7 no oceano Índico. Pelo menos 150 mil pessoas perderam suas casas. A Indonésia é a país mais atingido pelo tsunami, com 262 mortes em 2004, com 165 mil das mais de 220 mil mortes.

Maia

Varig rejeita proposta de recuperação

A Procuradoria Geral da República (PGR) rejeitou a proposta de policias que mataram o brasileiro Jean Charles de Menezes, em 2005 no metrô de Londres.

A onda foi provocada por um sismo de magnitude 8,7 no oceano Índico. Pelo menos 150 mil pessoas perderam suas casas. A Indonésia é a país mais atingido pelo tsunami, com 262 mortes em 2004, com 165 mil das mais de 220 mil mortes.

Maia

Varig rejeita proposta de recuperação

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

rejeitou a proposta de

policias que

afirmaram que

Jean Charles não

sofreu processo

A Procuradoria Geral da

</div

Anexo XLIII

FOLHA DE S.PAULO

Maioria é a favor da adoção de cota racial

Pesquisa Datafolha mostra que aprovação à proposta diminui à medida que crescem a escolaridade e a renda

exporta CORINTHIANS SÓ EMPATA COM FORTALEZA PELO BRASILEIRO Pág. 84

Filme esquecido mostra vitória corintiana sobre o Bologna, da Itália, em 1929 Pág. 84



Ilustrada GLOBO REJUVENESCE ATORES DE 'PÁGINAS DA VIDA' COM PROGRAMA DE COMPUTADOR Pág. 82

BEST-SELLER 'LIVRO DAS LISTAS' GANHA EDIÇÃO COM CURIOSIDADES NACIONAIS Pág. 82



classificados veículos 9.641 ofertas 103 páginas Pág. 82

revista NO MUNDO DOS SONHOS Pág. 82

Entenda como a ciência explica os sonhos. Sabia como Freud, Jung e Lacan interpretavam os sonhos? Saiba mais sobre sonhos e leia o que sonham pessoas famosas. Pág. 82



COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES

Voce é a favor ou contra a criação de vagas para negros nas universidades?

65% A favor

34% Contra

25% Não sei

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Período: 20/7 a 21/7/2006

Nº de entrevistados: 2.000

Margin de erro: 4,5%

Fonte: Datafolha

Anexo L

CLÓVIS ROSSI

O limite insuportável

FLORIANÓPOLIS - Nunca esqueci uma lição aprendida do escritor e humanista argentino Ernesto Sábato. Foi durante o ato de lançamento da associação “Avós da Praça de Mayo”, o grupo de senhoras que buscava recuperar os netos sequestrados durante a ditadura militar do período 1976/83.

Dizia Sábato que os adultos sempre somos culpados de algo. Mas as crianças, “que culpa podem ter as crianças?”, perguntava-se.

Vale para o ataque israelense que matou tantas crianças em Qana, no Líbano. Os “adultos” do Hezbollah podem ter todas as culpas do mundo, e as têm. Mas as crianças, os bebês, que culpa poderiam ter?

Não há outra palavra para descrever o que aconteceu em Qana —como, antes, em outras matanças de civis inocentes— que não seja crime. Não adianta Israel usar a desculpa de que os militantes do Hezbollah se escondem entre a população civil. Por definição, grupos terroristas ou guerrilheiros vivem no meio civil, em qualquer parte.

Um Estado, mais ainda o único Estado democrático do Oriente Médio, não pode se nivelar a um grupo terrorista e atuar como ele. Ao fazê-lo, borra a fronteira entre a civilização e a barbárie, o que é sempre inadmissível.

Mais ainda quando o responsável é o Estado cuja tribo sofreu a mais hedionda barbárie do século 20, o Holocausto.

Foi tamanha a barbárie em Qana que acabou por provocar o anúncio de 48 horas de trégua. Só mesmo uma monstruosidade como essa poderia parar a destruição, mesmo que seja temporariamente.

No mundo da Guerra Fria, havia sempre o receio de reação da outra parte, amparada pela União Soviética. No novo mundo, não há reação militar à vista (exceto a do próprio Hezbollah). O horror só pára quando ultrapassa seus próprios limites. As 37 crianças foram o limite.

Se nem assim parou, não há mais limites para a insanidade.

crossi@uol.com.br

Anexo LI

FOLHA DE S.PAULO

ELEIÇÕES 2006 / POLÍTICA EXTERNA

Presidenciáveis saem em defesa da soberania libanesa

Heloísa Helena e PT criticam os EUA e o Reino Unido, que impuseram condições a uma trégua; Alckmin não comenta

Tucanos e petistas preferem não questionar se Hezbollah é ou não terrorista; PSOL sustenta que grupo luta ‘em seu próprio território’

DIREITO & MÍDIA

Os presidenciáveis brasileiros uniram-se na defesa do Líbano. O PT e Heloísa Helena (PSOL) consideram “desproporcional” a reação israelense, que usou o sequestro de dois de seus soldados pelo Hezbollah em 12 de julho passado co-

mo justificativa para os ataques. Até o Alckmin (PSDB) espera que o Líbano recupere sua soberania.

No último domingo, pior ataque israelense desde o inicio da guerra, 37 crianças morreram no sul do Líbano.

A reação das ações do Hezbollah é “um ato de soberania”, diz Alckmin.

“Ao ser questionado se o grupo seria ‘terrorista’, como defendem líderes israelenses,

ele respondeu que se posicionar sobre isso significaria ‘tomar partido’.

O PT preferiu tangenciar o

tema. “O PT não tem como princi-

pio

de

